

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

José Luciano Pereira Neto

**O Partido Comunista Português (PCP) frente ao
processo político de descolonização da África
Portuguesa (1974 – 1975)**

Goiânia

2013

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR AS TESES E DISSERTAÇÕES ELETRÔNICAS (TEDE) NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: **Dissertação** **Tese**

2. Identificação da Tese ou Dissertação

Autor (a):	José Luciano Pereira Neto		
E-mail:	j.lucianopn@yahoo.com.		
Seu e-mail pode ser disponibilizado na página?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	
Vínculo empregatício do autor			
Agência de fomento:		Sigla:	
País:	UF:	CNPJ:	
Título:	O Partido Comunista Português (PCP) Frente ao Processo Político de Descolonização da África Portuguesa (1974-1975)		
Palavras-chave:	Descolonização, PCP, MFA		
Título em outra língua:	The Portuguese Communist Party (PCP) Facing the Political Process of Decolonization of Portuguese Africa		
Palavras-chave em outra língua:	Decolonization, PCP, MFA		
Área de concentração:			
Data defesa: ((09/10/2013))			
Programa de Pós-Graduação:	Faculdade de História		
Orientador (a):	João Alberto da Costa Pinto		
E-mail:	joaoacpinto@yahoo.com.br		
Co-orientador (a):*			
E-mail:			

*Necessita do CPF quando não constar no SisPG

3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF ou DOC da tese ou dissertação.

O sistema da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações garante aos autores, que os arquivos contendo eletronicamente as teses e ou dissertações, antes de sua disponibilização, receberão procedimentos de segurança, criptografia (para não permitir cópia e extração de conteúdo, permitindo apenas impressão fraca) usando o padrão do Acrobat.

Assinatura do (a) autor (a)

Data: ____ / ____ / ____

¹ Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

José Luciano Pereira Neto

**O Partido Comunista Português (PCP) frente ao
processo político de descolonização da África
Portuguesa (1974 – 1975)**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em História, da Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás como requisito para obtenção do título de Mestre em História.

Área de Concentração: Culturas, Fronteiras e Identidades

Linha de Pesquisa: Sertão, Poder e Identidades

Orientador: Prof. Dr. João Alberto da Costa Pinto

Goiânia

2013

José Luciano Pereira Neto

**O Partido Comunista Português (PCP) frente ao processo político de
descolonização da África Portuguesa (1974-1975)**

Dissertação defendida no programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás para a obtenção do título de Mestre em História.

Aprovada em _____ pela seguinte banca examinadora:

Prof. Dr. João Alberto da Costa Pinto (FH/UFG)

Presidente

Prof. Dr. Antón Corbacho (FL/UFG)

Membro

Prof. Dr. David Maciel (FH/UFG)

Membro

Prof. Dr. Ana Lúcia Vilela (FH/UFG)

Suplente

Agradecimentos:

À Professora Doutora Heloísa Helena de Jesus Paulo, por me receber durante a minha pesquisa em Portugal e pela imensa ajuda prestada, seja na indicação dos arquivos e bibliotecas, ou mesmo pela paciência em ouvir as lamúrias da minha pesquisa e os deliciosos lanches da tarde, contribuindo para aplacar a fome de um sujeito falido em outro País.

Ao professor Dr. Élio Cantalício Serpa, pela ajuda na conquista da bolsa de pesquisa para Portugal, afinal de contas foi pela indicação do professor Élio que a professora Heloísa Paulo aceitou me receber em Portugal.

Aos meus pais, por todo o apoio, compreensão e ajuda, não apenas financeira pelas dificuldades geradas para a conclusão do meu mestrado, mas principalmente pelo voto de confiança e fé em mim depositados.

À Tabacaria Boa Vista, porque nesses tempos de alta no preço do cigarro, o fumo vendido a um preço acessível permitiu a manutenção do meu vício, mais do que nunca útil em momentos de grande tensão.

E aos meus amigos, por todo apoio nos momentos difíceis os quais eu pensei em desistir. Por fim um agradecimento especial à Isadora, que nesse momento de maior dificuldade foi a pessoa que ficou ao meu lado independentemente das dificuldades.

Resumo

A pesquisa sobre a atuação do Partido Comunista Português, frente ao processo de descolonização em África, busca compreender a atuação do partido em relação à questão colonial dentro do Governo Provisório de Portugal nos anos de 1974-75. Para tanto, a pesquisa baseia-se na leitura dos periódicos da época, no caso, o *Avante*, principalmente, e, posteriormente, o folhetim das Forças Armadas, o *Movimento 25 de Abril*. Ambos os jornais trazem a discussão acerca dos rumos referentes à descolonização, colocando o posicionamento do Movimento das Forças Armadas (MFA), que se torna o posicionamento do PCP no que se refere à descolonização, e às formas que o Governo deveria prosseguir para a conclusão do processo de descolonização da África portuguesa.

Palavras-chave: Descolonização, PCP, MFA.

Abstract

This is a research on the performance of the Portuguese Communist Party front of the decolonization process in Africa seeks to understand the role of the party in relation to the colonial question of the Provisional Government of Portugal in the years 1974-75. For this research is based on the reading of periodicals of the time, in case the *Avante* mainly and then the serial *Movimento 25 de Abril*. Both newspapers bring the discussion about the direction to take regarding decolonization, placing the positioning of the MFA, which makes positioning the PCP with regard to decolonization, and the ways that the Government should proceed to completion of the decolonization process of Portuguese Africa.

Key-words: decolonization, PCP, MFA.

Sumário:

Introdução:..... 11

Capítulo 01: O PCP e a Questão Colonial Portuguesa:

A clandestinidade no salazarismo e a eclosão da questão colonial. 14

Capítulo 02: O Difícil Caminho Para um Cessar-Fogo

Do 25 de Abril às vésperas do 28 de Setembro 37

O MFA no Comando do Processo de Descolonização.....57

Capítulo 03: Do 28 de Setembro às Independências Africanas..... 90

Considerações Finais:..... 128

Fontes e Bibliografia: 133

Introdução:

A dissertação visa a compreensão do Partido Comunista Português (PCP) frente à questão colonial durante o período da Revolução dos Cravos (1974 -1975) até as independências africanas, inclusive a última, que é Angola em 11 de Novembro de 1975.

O primeiro capítulo foi feito pensando o período anterior à revolução, o PCP ainda na ilegalidade durante o Salazarismo. As transformações ocorridas dentro do PCP nos anos 40, como a reestruturação dos quadros do partido, a formação desses intelectuais dentro dos quadros é colocada, indicando a afirmação do pensamento político e as formas de atuação que o partido vai tomar durante esse período.

Nos anos 50, com a notoriedade dos problemas africanos ganhando projeção mundial em apoio às independências das colônias, o continente à esquerda mundial começa a se movimentar em torno da questão, logo, o partido comunista também vai tomar seu posicionamento frente à questão. O problema analisado será o da falência de um projeto voltado às colônias portuguesas, este projeto não consegue uma penetração do Partido Comunista Português dentro do território africano ou mesmo dentro dos movimentos de libertação em África.

Frente a esse impasse em África, colocaremos a formação das elites coloniais dentro do território português, onde foram formados os líderes dos futuros movimentos de libertação, colocando os espaços de convivência e debates travados na formação intelectual desses futuros líderes. Para tanto, a Casa dos Estudantes do Império, o Clube Marítimo Africano, além da participação em movimentos legalistas na década de sessenta, como o Movimento de Unidade Democrática da Juventude (MUDJ), Movimento de Unidade Democrática (MUD) e o Movimento anti-colonialista (MAC).

Para assinalar, nesse período, a ruptura dessa elite intelectual africana com o PCP, tomando frente ao processo de contestação colonial e, posteriormente, na criação dos movimentos de libertação e o início da guerra colonial. Por último, é colocado o debate na esquerda portuguesa em torno da questão colonial travado pelo PCP e o

Comitê Marxista-Leninista Português (CMLP), encerrando essa parte introdutória em 1965.

O segundo capítulo insere o *Avante*, o principal órgão de comunicação do PCP junto às massas, nos anos de 1974/75. Nele é colocada as deliberações e críticas do Comitê Central do partido, envolvendo questões referentes à descolonização, ou mesmo à propaganda anti-greves do PCP. Este jornal é uma importante fonte de pesquisa, pois é com ele que se pode identificar a posição do PCP referente à questão colonial. Sendo assim, proporciona o desenvolvimento da análise, mesmo que dentro do período conte com poucos autores.

O segundo capítulo abrange o início do golpe, com a formação do Governo Provisório em 16 de Maio, até as vésperas do 28 de Setembro. Data referente à tentativa de Golpe de Spínola, colocando, nesse período em questão, os problemas envolvendo a descolonização, momento em que o PCP se mostra evasivo. A bibliografia dispõe como expectativa, até o desenrolar dos fatos, o posicionamento dos partidos nas colônias com os movimentos de libertação. Tudo isso devido à própria presença de Spínola que se mostra o principal obstáculo em relação ao processo de descolonização.

Concomitantemente, o Movimento das Forças Armadas (MFA) nas colônias torna-se a principal força de oposição a Spínola. Ele, após várias tentativas de dissolver o MFA e tomar o controle do governo, vê suas expectativas frustradas pela força de seu oponente. Além disso, carrega o ônus do desgaste do seu governo, principalmente, pela demora na resolução do problema colonial e a continuação da guerra em África.

O terceiro capítulo começa com o 28 de Setembro, abordando o 11 de Março, ambas as tentativas de tomada de poder de Spínola. Ele conta com o apoio de grupos conservadores, muito ligados ao fascismo, como era o caso do Exército de Libertação Português (ELP). Este se encontrava estacionado na fronteira da Espanha com Portugal, aguardando o momento do golpe. O golpe de 28 de Setembro foi uma tentativa de golpe dentro da legalidade revolucionária, resultando na renúncia do general, e o golpe de 11 de Março foi uma tentativa de um golpe militar. As negociações para a descolonização tomam um caminho definitivo rumo à descolonização.

O jornal do MFA, *Movimento 25 de Abril*, apresenta algumas das prioridades do Governo Provisório chefiado por Vasco Gonçalves (Vasco Gonçalves entra no II

Governo Provisório após a saída de Palma Carlos). Isso acarreta problemas. Há ainda uma forte instabilidade com os próprios movimentos de libertação, afastando o governo português das negociações para o processo de transição, desde o cessar-fogo oficial de outubro entre as principais forças Angolanas: Movimento popular de Libertação de Angola (MPLA), Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) e União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA).

Tal conflito, nesse ambiente de guerra fria, sofre interferência estrangeira; seja dos Estados Unidos da América (EUA) ou da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), contando ainda com intervenções de países vizinhos, como o caso da África do Sul e o Zaire, que apoiam a FNLA. O ponto a se discutir nesse capítulo final é como a saída de Spínola marca uma virada rumo à descolonização e o descontrolo do processo que foge às mãos do governo português.

A caracterização desse processo mostra ainda um fator importante que é o próprio fechamento de Portugal em relação à questão colonial. Ato derivado de sua falta de controle dos conflitos sociais em Portugal e dos conflitos em território africano, especialmente no caso angolano, além dos próprios problemas internos, entre as greves e tomadas de fábricas e terras no campo. Nesse processo, chegaremos ao 25 de novembro que é quando a Revolução é derrotada, o MFA é dissolvido e um governo aos moldes da democracia ocidental passa a vigorar.

As principais fontes de informação nesse período são o *Avante!*, o principal, e o *Movimento 25 de Abril* que auxilia na compreensão do processo. Este é um veículo de comunicação quinzenal que surge em Outubro de 1974 e dura até Agosto de 1975. É um jornal ligado a setores afetos de Vasco Gonçalves e vem tentar elucidar determinadas bases de atuação do novo governo que se propõe a colocar um ponto final na descolonização e a dar continuidade ao processo democrático. Sem que se esqueça de abordar um problema recorrente do exército: a tentativa que entra em evidência após o golpe, com o propósito de se reestabelecer a hierarquia militar. Ela é contestada e colocada em questão, majoritariamente por oficiais de baixa patente. Assim o jornal tenta dar respostas a esse novo papel que o MFA passa a representar na revolução.

CAPÍTULO 01

O PCP e a questão colonial portuguesa: a clandestinidade no salazarismo e a eclosão da questão colonial.

O Partido Comunista Português (PCP) foi fundado em 1921 por Manuel Ribeiro², influenciado por setores anarco-sindicalistas inspirados na Revolução Russa (1917) e no período de ascensão soviética, no final da Primeira Grande Guerra (1914-1918). A estruturação de um partido comunista em Portugal muito se deve aos novos anseios de prosperidade que a revolução na Rússia trazia consigo. Máxima vista como uma nova possibilidade de esperança que apontava para a construção de um futuro melhor, dando forças a inúmeros setores de esquerda que adotam a formação de um partido proletário como forma de solidificar a luta:

Em particular a partir da guerra de 1914-1918, a crise social e econômica vinham-se agravando no nosso país. A carestia de vida suscitava grandes protestos e realizaram-se mesmo amplas ações de massas contra ela, embora com alguma frustração decorrente da forma e menor oportunidade da sua condução (...). E o grande impacto da recente revolução russa, aliás saudada por diferentes sectores ideológicos, viria a dar uma grande nitidez a esse estado de consciência. Estavam criadas as condições para que um partido comunista aparecesse em Portugal. Mas as condições nacionais que a tal conduziriam são tão específicas que – ao contrário do resto da Europa, em que esses partidos surgiram a partir de cisões nos partidos socialistas que se haviam desacreditado com as suas linhas oportunistas, tal como entre nós, mas conservavam amplitude significativa – é essencialmente a partir do seio do anarco-sindicalismo que o PCP viria a surgir. (VILAÇA, 1997, p.25)

² Manuel Ribeiro se afastou posteriormente dada a sua conversão ao catolicismo e somente em 1929, após a crise mundial e a ascensão dos fascismos, é que o escritor envolvido na formação do PCP volta a ter relações com o partido pela relação com núcleos de intelectuais simpatizantes. (PACHECO, 1999; MADEIRA, 1996)

A situação, anterior à formação do Partido Comunista em Portugal, era de grande crise econômica que já se arrastava desde 1910 com a instauração da República. Portugal tinha pouca expressão no cenário mundial, com perda de territórios ultramarinos, além da dificuldade para manter os próprios territórios restantes. A crise se intensificou com as grandes potências mundiais que não permitiram a unificação dos territórios que iria de Angola a Moçambique, por intervenção britânica Portugal não alcançou a expansão de seu território em África no período de 1880-1898, o período da partilha da África. (WESSELING,1998, p.250)

As mortes do Rei D. Carlos e o príncipe herdeiro D. Luís Felipe, em um atentado a bomba em 1908, são partes de ações contra a monarquia na Europa. A implementação da República³ em 1910⁴ não consegue apaziguar os ânimos nem a crise social e econômica instaurada em Portugal. Em 1911 há a separação da Igreja e Estado, em 1913 os analfabetos são excluídos do processo eleitoral, sendo que estes compunham a maior parte do eleitorado. O período republicano foi marcado por mais de 45 governos e 7 eleições de 1910 à 1926, até o golpe do General Gomes Costa que assume o poder. (SECCO, 2004, p. 45-51)

Salazar assume a pasta de finanças públicas em 1928 a convite do General Carmona⁵, com a responsabilidade de “arrumar” as finanças públicas portuguesas. E isso realmente aconteceu em sua administração, houve um equilíbrio financeiro (MAXWELL, 2006, p.35). Salazar vem a ser aclamado como presidente do conselho dos ministros em 1932. Em 1937, Salazar diminuiu o tempo de promoção dos oficiais das forças armadas, ganhando seu apoio e se firmando no governo de Portugal.

A ditadura Salazarista contava com um apoio repressivo das forças armadas, da Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE), além da própria Guarda Nacional Republicana (GNR) e da Guarda Fiscal. A assembleia e a câmara possuíam um partido único, a Aliança Nacional, sendo que Salazar chefiava o Conselho dos Ministros e era o

³ De acordo com Lincoln Secco a república é associada a ideia de revolução, muito se deve aos próprios ideais provindos da revolução francesa e as experiências republicanas na Europa que geram impactos dentro do pequeno grupo de intelectuais portugueses, que vem na ideia da república a saída para a crise monárquica em Portugal. No entanto os ideais não conseguem sobrepor a realidade portuguesa, marcada por caciques locais que controlavam os próprios colégios eleitorais. (SECCO, 2004, p.47)

⁴ A república é vista como um fenômeno principalmente urbano dentro de Portugal, já que o grande polo de conflito gerado no período, além da formação dos intelectuais se dava principalmente em grandes cidades, mais especificamente, Lisboa. (ROSAS, 2007)

⁵ O General Carmona que apoia o golpe de 1926 posteriormente vai se tornar um dos grandes opositores do regime, envolvido em inúmeras tentativas de golpe militar nos anos de 1940 (SECCO, 2004, p.52).

presidente decorativo. O apoio civil ao regime também era forte, contando com a Legião Portuguesa (Camisas Verdes), a Mocidade Portuguesa (núcleo de jovens afetos ao governo fascista), os sindicatos que eram controlados pelo governo e a própria igreja católica que era uma das principais apoiadoras do regime. (MAXWELL, 2006; ROSAS, 2007; SECCO, 2004).

Luís Reis Torgal apresenta uma análise das características sociais do governo Salazarista. Este governo foi marcado por ser antidemocrático, antiliberal e anticomunista. A ideia é que devido ao período conturbado que se passa, não apenas em Portugal (pelo período sanguinário republicano, nas palavras de Salazar), mas na Europa como um todo, se torna imprescindível a “Revolução Necessária” para se barrar o mal da democracia na Europa. (TORGAL, 2001, p.393)

Salazar recusa a alcunha de fascista⁶. Ele caracteriza o fascismo como exclusivo da Itália sob o governo de Mussolini. A invasão da Alemanha na Polônia na segunda guerra é tida como um mal necessário para não apenas se barrar o avanço soviético, mas também como a frente ocidental de resistência na Europa:

Para melhor entendermos essa situação, deveremos notar que, para Salazar e para toda uma vasta e multifacetada linha de pensamento europeísta de sentido tradicional, “Europa” não significava propriamente um continente, nem uma estrutura econômica e muito menos uma estrutura política supranacional, mas um “patrimônio cultural”, marcado pelo Cristianismo, por valores éticos jurídicos assentes na tradição. Daí partir-se para o conceito de “Ocidente”. Portanto, a “Europa”, para esta corrente, de que participaram as várias linhas nacionalistas, não contradizia uma forte afirmação de nacionalidade, mas queria significar que a “ideia de europeia” ultrapassava a Europa e tinha que ver com o

⁶ No entendimento de Torgal o regime Salazarista é fascista, o autor abre a discussão pelo fato de algumas correntes historiográficas não caracterizarem o regime Salazarista como autoritária, até uma ditadura, mas não fascistas pela especificidade do caso português, que apesar de baseado no fascismo italiano de Mussolini, o qual Salazar declara publicamente sua afeição não apenas pelo regime mas também pela própria pessoa de Mussolini, ao contrário de Hitler. No entendimento de Torgal, o regime Salazarista é tipicamente fascista, essa conclusão foi baseada na estrutura da organização e nos próprios discursos de Salazar que chegaram a partir do contato com a documentação exposta pelos autores nas partes de anexo, além da leitura da bibliografia. Assim a caracterização do fascismo é feita por Torgal baseada em estruturas já consagradas na década de 30 (não apenas dela, apesar de não fazer parte do objeto de estudo, a continuidade de ideias fascistas enrustidas em ideais pretensamente democráticos) de um estado corporativo, no qual a sociedade se encaixa de forma harmônica, com conflitos de classe sendo apaziguados pela própria intervenção do estado, a sociedade é vista como uma engrenagem social na qual todos tem o seu lugar, se acobertando os conflitos de classe dentro da mesma sociedade, baseados em um forte controle de informação e repressão que passam desde a escola, trabalho, meios de comunicação, acarretando uma planificação dos problemas sociais e seus conflitos em nome de um ideal chauvinista no qual o fascismo entra como política social da salvação para os problemas sociais. (TORGAL, 2001, p.392-393)

patrimônio americano e africano, de construção essencialmente europeia. (TORGAL, 2001, p.395)

A construção do termo “Ocidente” é usada também na justificação dos movimentos nacionalistas, seja na Itália, Alemanha ou em Portugal. Desse ponto parte uma das premissas básicas de uma “revolução necessária” feita nas bases dos valores tradicionais renovados. Até um Panfascismo e uma Internacional Fascista foram pensadas na época vitoriosa da Alemanha na Segunda Guerra, pensando a formação da Europa em torno de ideais fascistas. (TORGAL, 2001, p.396)

O posicionamento salazarista frente à Europa tinha um ponto muito específico no que se diz respeito a essa frente ocidental que visa barrar o avanço dessa democracia de moldes ocidentais vista como maléfica, na concepção de Europa fascista. O principal inimigo é o comunismo, que condiciona a política externa de Salazar na luta contra um suposto plano comunista de tentar transformar a Península Ibérica em uma república comunista:

Assim sucedeu quando, num importante discurso na Emissora Nacional, em 27 de Outubro de 1938, criticou o Tratado de Versalhes pela situação de “menoridade” que atribuía à Alemanha, elogiou o Tratado de Munique, que – no seu dizer – se não originou uma nova “Europa”, ao menos criou as perspectivas de “uma Europa muito diferente”, e chamou a atenção para o papel da Itália e da Alemanha no apoio à “Espanha nacionalista” com o objetivo de “erguer barreiras à invasão comunista”. A Rússia era sempre o primeiro objetivo da sua luta. Daí o seu medo em que ela tivesse um papel interveniente na guerra, que criasse uma situação de aliança com países amigos (...) Efetivamente, Salazar e os salazaristas viam com mágoa que o pós-guerra trouxe a “vitória das democracias”, o que implicava, segundo o seu modo de ver – tendo em conta a sua ideia de que as democracias estavam em crise e que a sua esperança apontava para a afirmação dos Estados fortes e de cunho nacionalista - , um nítido retrocesso. (TORGAL, 2001, p.398)

Salazar ainda cria a ideia de que Portugal possuía um “espírito próprio”, especialmente após as convulsões europeias de 1937, que ele as classificou como um perigo ao mundo do ocidente. O regime português se defende, lembrando-se de que em Portugal, com o regime de Salazar, se alcançou a paz, não existiam conflitos entre classes e que a Nação estava em paz salvaguardada pelo regime.

A própria integração do regime na comunidade internacional é dada de forma cautelosa, afinal, como disse o próprio Salazar sobre Portugal: “orgulhosamente sós”. Mas a situação se complicaria muito no caminho à frente, especialmente pelas independências africanas na década de 50, inclusive com a mudança do estatuto de colônias para “Províncias Ultramarinas”. E isso, na prática, não acarreta mudança alguma na estrutura da exploração em África. Com a formação dos movimentos de libertação em África na década de 60, além da pressão internacional que se faz em torno da descolonização africana e mesmo as independências de vários territórios africanos das outras potências coloniais não foram suficientes para alterar a política portuguesa em relação as suas colônias, ou seja, o regime se isolou ainda mais, já não tão “orgulhosamente sós”. (MAXWELL, 2006; PINTO, 2001; SECCO, 2004; TORGAL, 2001)

Outro ponto importante a se comentar sobre Salazar é a sua concepção de “Europeísmo e Antieuropeísmo”⁷, que se centra em pelo menos três ideias no campo da ideologia. A primeira por uma esquerda socialista independente, que se forma no pós-guerra, não vinculada à União Soviética; a segunda composta pela extrema direita que possuía ligações com o fascismo, e por fim, a do comunismo soviético em embate com o nazi-fascismo. No entanto, o que ocorre é a institucionalização dessas correntes europeias que, no plano econômico, vem a se firmar dando origem aos blocos econômicos europeus, a OECE (Organização Europeia de Cooperação Econômica), de 1948, a OCDE (Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico), até a CEE, que já é dos anos 60. (TORGAL, 2001, p.404)

O posicionamento de Salazar se foca em uma visão de uma “Europa trágica” e ao mesmo tempo, de uma “Europa gloriosa”. Em suma, significa que o advento das novas democracias deturparam o sentido europeu de relação cultural:

Europa é, para Salazar, o centro nevrálgico do mundo. Mas não a entende somente numa perspectiva estritamente “europeia, e sim numa perspectiva euro-americana e euro-africana. Se, por um lado, os EUA salvarão os valores da Europa – “o centro de gravidade da política mundial”(segundo dizia) “não é nem pode já ser europeu, mas quando muito euro-americano”- , A Europa também

⁷ O projeto europeísta remonta a Pierre Dubois no séc. XIV, a ideia desses projetos, como podem ser interpretados, giram em torno da concepção de uma sociedade ligada pela cristandade regida sob a ideia de paz e solidariedade entre os povos, com bases políticas imperiais mantendo a ordem conservadora. (TORGAL, 2001, p.403)

não pode viver sem a África, que é o seu “complemento natural”, como por diversas vezes dirá, antes e depois dos conflitos da descolonização. Portanto, a Europa só conseguirá refazer os seus valores se mantiver a sua posição civilizadora na África, se se opuser terminantemente ao comunismo soviético e se conseguir, assim, fazer reviver seu espírito secular. Nesta medida, se a América tem um papel político importante nesta tarefa, um país pequeno, mas historicamente significativo como Portugal, não desempenhará uma função menos relevante: “contribuição que o português deu para o alargamento do espaço sujeito à influencia europeia, a expansão que ele próprio realizou da civilização ocidental e a ação que no mesmo sentido continua a desenvolver nos territórios sujeitos à sua soberania fazem deste pequeno país um obreiro não despreciando da tarefa coletiva da Europa”. (TORGAL, 2001, p.406)

De volta ao PCP, o partido que na década de 1930 já está na ilegalidade, havia passado por reorganizações para que, em 1929, a corrente marxista-leninista se tornasse predominante dentro do partido. Antes dessa reorganização do partido, sob a liderança de Bento Gonçalves, concretizou essa mudança dentro dos quadros de atuação do PCP. O partido era fortemente influenciado por ideias de Kropotkin⁸ que em meio às discussões com os comunistas vão se gerando graves atritos dentro do partido. (VILAÇA, 1997, p.25)

Na década de 30, com a ascensão do fascismo em Portugal e na Europa, no seio das camadas de intelectuais ainda bem seletas da sociedade portuguesa, é que se começa a formar as oposições ideológicas contra o salazarismo. Dentro desse processo, o que é interessante observar é a inserção do pensamento marxista-leninista que vai ganhando força dentro dos setores intelectuais e mais tarde tornou-se a base do pensamento comunista do PCP.

Os debates aparecem, em sua maioria, veiculados em jornais, em revistas⁹ e vários membros do PCP, recém-criado, pertenciam à maçonaria, especialmente nos

⁸ Kropotkin foi dos grandes nomes do anarquismo. A formação do PCP e os seus princípios utilizam a base do pensamento de Kropotkin. Dentro da formação dos Partidos na década de 1920, como o PCP e o Partido Comunista Brasileiro (PCB), foram formados com uma grande presença anarquista nos quadros do partido, dando início a conflitos com a URSS pela presença anarquista dentro dos quadros do Partido Comunista. Isto não significa dizer que o Partido Comunista era anarquista, longe disso, inúmeros conflitos dentro do PCP eram pelas discussões em torno de diferentes pontos de vistas destes anarquistas que entravam em atrito com os militantes comunistas dentro dos quadros da organização do partidária. (VILAÇA, 1997, p.23)

⁹ Alberto Vilaça, João Madeira, ambos os autores elucidam a dificuldade no acesso às fontes para o estudo da história do PCP nesse período, muitos dos estudos são baseados no debate ideológico travado no ambiente intelectual dentro das revistas e jornais da época, como a revista Seara Nova, jornais como “O Alarme”, “Bandeira Vermelha”, “O Avante!”(na ilegalidade).

meios estudantis. O próprio ambiente universitário da década de 30 se mostrava hostil às ideias de esquerda, a universidade era conservadora. Só posteriormente, passou a ser uma das principais frentes para o recrutamento de membros do partido, além da formação de lideranças no ambiente estudantil. (MADEIRA, 1996, p.77)

A fundação da FJUC¹⁰ (Federação das Juventudes Comunistas) ocorreu no início dos anos 30, por um grupo que mais tarde será responsável pela reorganização¹¹ do partido entre 1941-43, Firmino Cansado Gonçalves e Victor Hugo Velez Grilo. A FJUC é fruto da reorganização de 1930 tendo um grande crescimento dentro do ambiente universitário nessa década. (PACHECO, 1999, p.104)

Ainda sobre o período dos anos 30, com a formação da primeira frente de luta universitária do PCP, o debate nos meios intelectuais se acirrava. As discussões giravam em torno do embate entre os diferentes modelos de estética artística defendidos por diferentes correntes de estética literária, a estética fascista e sua forma de concepção pautada em vários movimentos de arte como o próprio modernismo¹². A revista *Seara Nova* se torna a principal oposição a uma estética fascista, na ambiência do crescimento do fascismo nos anos 30 começa-se a aproximação da revista em relação ao marxismo, como forma de direcionamento à esquerda. (MADEIRA, 1996, p.88-89)

A partir de 1934, o contato com a literatura soviética começa a se tornar mais próximo. Álvaro Cunhal¹ viajou até Moscou para o congresso da IJC (Internacional das Juventudes Comunistas), passando pela França e Espanha em missão partidária. Com isso, já começou a estabelecer uma aproximação maior, não apenas da URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas), mas na política e também na própria literatura. A própria Guerra Civil Espanhola vem reforçar a posição de oposição ao fascismo em Portugal, ganhando o apoio dentro de setores estudantis. (MADEIRA, 1996, p.101)

Nesse período de formação de blocos de oposição ao fascismo, encontramos ainda os chamados “AAA” (Ação Anticlerical e Antifascista), fortemente influenciados por setores ligados à maçonaria nas principais cidades portuguesas (Lisboa, Coimbra e

¹⁰ Álvaro Cunhal era um dos militantes FJUC (MADEIRA, 1996; PACHECO, 1999)

¹¹ O PCP é expulso da Internacional Comunista nos anos 30, sob a alegação de membros fascistas estarem infiltrados dentro do partido, para além dessa alegação de vigilância do Estado fascista sob as atividades do PCP, o partido já havia entrado em conflito na Internacional Comunista pela própria presença de militantes anarquistas na formação dos quadros do partido. (MADEIRA, 1996, VILAÇA, 1997).

¹² António Ferro é o principal nome entre os membros fascistas na arte.

Porto). Conjuntamente à formação de uma oposição fascista no ambiente intelectual¹³, o neorrealismo vai se tornando a corrente literária dominante, inspirada no realismo soviético e na crítica ao subjetivismo¹⁴ na literatura. Em 1938, o “AAA” e a FJCP formavam uma aliança de oposição ao fascismo, que foi fortemente reprimida pelo governo. (MADEIRA, 1996, p.112)

A ligação orgânica do Partido Comunista com os seus quadros de militância e a ligação na formação de novos militantes se dava pelo uso da literatura. As obras de Plekhanov e Bukarine que defendiam “A Arte é um meio de socialização dos sentimentos”, essa ideia era defendida entre as obras de cunho marxista, sobre o papel do intelectual comunista na sociedade. Stálin tem sua expressão consagrada, eles são os “Engenheiros de Almas”. No entanto, a maioria das obras é constituída por meros comentários feitos por autores que explanam sobre o marxismo sem aprofundamento e não são as obras marxistas em si. (PACHECO, 1999, p.85)

Os jornais, como já foi dito, tinham um papel importante nesse processo. Os jornais *O Diabo* e o *Sol Nascente* eram os principais na época, *O Diabo* tinha um conteúdo de divulgação do pensamento marxista e de oposição ao regime, sendo censurado a partir de 1937 e posteriormente fechado. Os jornais funcionavam como ligação entre diversos intelectuais que trabalhavam desde suas produções. E também mantinham relações com outros grupos de jornais e revistas, estabelecendo contatos entre diversas cidades, principalmente Lisboa, Porto e Coimbra. (MADEIRA, 1996; PACHECO, 1999; VILAÇA, 1997)

As discussões sobre o papel que os intelectuais deveriam ocupar na sociedade tinham o intuito de difundir o intelectual engajado socialmente. O neorrealismo surge como a corrente dominante de pensamento. A afirmação do marxismo como corrente dominante vem se sedimentando e o PCP vai cada vez mais se alinhando ao pensamento soviético. (MADEIRA, 1996, PACHECO, 1999)

¹³Nesse ambiente intelectual a formação desses intelectuais com formação universitária até os intelectuais autodidatas que assumem um papel relevante dentro da formação de uma corrente de oposição ao fascismo e mesmo no ensino dentro do próprio PCP, esses intelectuais foram os responsáveis pela qualificação dos quadros do PCP em nível de informação e crítica, sendo os principais responsáveis pela doutrinação ideológica dentro das diretrizes do marxismo-leninismo. (MADEIRA, 1996; PACHECO, 1999, 2001)

¹⁴Stalin criticou esse subjetivismo literário, o neorrealismo nesse aspecto vem como forma de defender a ideia de um intelectual engajado em sua sociedade, sendo ele o responsável por “modificar” o mundo ao seu redor. Essa discussão sobre o papel dos intelectuais dentro da sociedade faz parte de uma crítica ao intelectual da “torre de marfim”. (Madeira, 1996)

O PCP em 1940-41 passa por uma nova reorganização partidária, especialmente pela repressão ao partido em 1938-39 que acaba com a prisão de inúmeros membros como Álvaro Cunhal e o fechamento do jornal *Sol Nascente*. A reorganização do partido vem de um longo período de repressões com prisões de membros importantes do partido como Júlio Fogaça que foi preso em 1935 e de 1936 a 1940 fica preso no Tarrafal. Na reorganização do partido, as ligações feitas dentro dos jornais são as responsáveis pelo reestabelecimento de contatos entre os membros, *O Diabo*, jornal editado em Lisboa, contava com Piteira Santa que é o responsável pelas ligações com Álvaro Cunhal que não participou desse período inicial de reorganização, já que estava preso. (MADEIRA, 1996)

O processo de reestabelecimento de contatos entre os militantes era demorado. As próprias organizações do partido, em meios operários se encontravam desorganizadas e o partido ainda tinha dificuldade para expandir sua rede dentro dos setores da indústria. A reorganização do partido vem, então, isolar a antiga direção, constituindo uma nova composta por membros mais jovens:

E assim, surgiu um conjunto de orientações para os militantes e simpatizantes intelectuais seguirem, particularmente no período de férias, em que se deslocavam para as suas regiões de origem ou outras, onde eventualmente não houvesse organização do Partido.

Essas orientações passavam por entrar para sócios de agremiações desportivas e recreativas em meios operários, por procurarem desenvolver trabalho útil neles. Também por dar aulas ou promover sessões de leitura, ou ainda por averiguarem se nas suas relações, mesmo antigas, havia operários ou camponeses de quem se pudessem aproximar para desenvolver um trabalho de esclarecimento e educação.

O objetivo era, naturalmente, o recrutamento, embora isso não fosse, na maioria dos casos, imediato ou possível diretamente (...) O processo de reorganização contou, de modo decisivo, com a reserva militante que se aglutinava em torno dos jornais *Sol Nascente* e, principalmente, *O Diabo*. Tratava-se de reservas intelectuais jovens, bastante aguerridas, que sentiriam, ao participar neste processo, que se concretizava na prática aquilo que vinham proclamando do ponto de vista doutrinário. O PCP reorganizado é um Partido muito jovem, em que os seus principais dirigentes e quadros raramente ultrapassavam os 35 anos. (MADEIRA, 1996, p.151-152)

Apesar dessa formação nova que se configura no PCP, após a reorganização, a mobilidade dos intelectuais ainda era bem restrita. A “Regra de Ouro” que dava primazia aos operários dentro do Partido impedia a ascensão de intelectuais dentro dele (MADEIRA, 1996; PACHECO, 2005). No congresso de 1943, o I congresso Ilegal do PCP, apenas 4 eram intelectuais entre os 17 membros. Entre eles, Álvaro Cunhal, Fernando Piteira Santos, José Augusto da Silva Martins e Miguel Forjaz de Lacerda.

A simpatia pelo PCP entre 1942 e 1944 cresce devido ao próprio recuo do fascismo na Europa. Nesse período, alguns movimentos legalistas começam a ganhar força, a repressão do regime se acentua para conter as manifestações, prisões são efetuadas e o PCP, mais uma vez, sofre com a redução de quadros devido à repressão. Na tentativa de se conseguir novos militantes, surgiu o MUNAF¹⁵ (Movimento de Unidade Nacional Antifascista), e a partir dele contatos foram estabelecidos com o MUD (Movimento de Unidade Democrática). O MUD era composto por diversos movimentos, como a União Socialista, União Democrática e o próprio MUNAF, posteriormente. (MADEIRA, 1996, p.170)

O PCP, que já era o partido melhor estruturado na clandestinidade, foi requisitado para o apoio do movimento e vinha tomando conta das estruturas deste através de comissões. O MUD funcionava como instrumento de pressão interpartidária para a realização de eleições diretas. O movimento contava com amplo apoio de intelectuais da época, como da CEJAD (Comissão de Escritores e Jornalistas e Artistas), que era pressionada fortemente pelo PCP para um posicionamento mais crítico do regime. A difusão de ideias do movimento era dada em espaços de coletividade nos quais palestras e aulas eram ministradas, além da difusão do neorrealismo, apontado como vanguarda do momento. (MADEIRA, 1996, PACHECO, 2001)

No final da guerra em 1945, as expectativas quanto à queda do regime salazarista aumentaram, no entanto, foram frustradas pela não concretização. O PCP defendia a necessidade de aprofundamento das críticas ao governo em todas as frentes, fosse política, econômica ou cultural. Pelas ligações do MUD, o PCP conseguiu reunir informações que seriam úteis à crítica do regime, e a comissão de juristas do MUD forneceu dados para a elaboração de uma crítica ao modelo corporativista. Devido ao

¹⁵ O MUNAF fundado em 1943 é um órgão dirigido pelo PCP no qual os intelectuais ganham destaque, desde o estabelecimento de contatos com personalidades não comunistas até aspectos logísticos como a produção do material de propaganda. (MADEIRA, 1996, p.170)

estreitamento de laços com o MUD, o PCP encerrou o MUNAF em 1949, que foi acompanhado de adesões ao MUD por setores não comunistas que enfraqueceram o PCP dentro do movimento, que após 1948, devido à repressão foi perdendo força, até, posteriormente, ser proibido, deixando o PCP cada vez mais isolado. (MADEIRA, 1996, p.180)

As prisões de 1949, incluindo a de Cunhal, as quais apreenderam inúmeros documentos do PCP, e também uma das tipografias do partido, se enquadraram no quadro de refluxo que o partido passaria. Em consequência disso, a adesão de novos membros se via prejudicada frente ao medo da repressão do regime. Essa vaga repressiva se deu logo após o reestabelecimento de relações do PCP com a URSS, entre 1947/48, nesse reestabelecimento feito por Álvaro Cunhal, o PCP aceitou o alinhamento político com a república soviética e consequentemente aderiu ao relatório de Jdnov¹⁶.

É importante comentar, sobre o MUD e o MUDJ¹⁷ (Movimento de União Democrática da Juventude), que foi no interior desses movimentos que as lideranças dos movimentos de libertação em África começaram a se formar politicamente, e dentro deles iniciaram o contato com o PCP, por exemplo, Amílcar Cabral, Marcelino dos Santos e Agostinho Neto. Nesse período, da década de 1950, é que também começou a ocorrer as independências em África, fazendo assim com que o PCP tivesse que se posicionar frente às independências africanas e, principalmente, sobre sua política face às próprias colônias portuguesas. Assunto, até então, praticamente esquecido pelo partido.

O PCP, no V Congresso Ilegal em outubro de 1957, aprovou sua política direcionada às colônias, seguindo uma tendência mundial de pressão pelo fim do colonialismo, apoiando nas próprias diretrizes da URSS que defendia o processo. O problema do colonialismo foi visto pela primeira vez nas diretrizes do PCP em 1925,

¹⁶ No relatório de Jdnov é colocado que a saída nesse momento referente à atuação dos partidos comunistas seja pacífica, já que de acordo com o relatório o sistema capitalista vinha em crise e por suas próprias contradições e sucumbiria, cabia então aos partidos organizarem as massas e que evitassem o confronto armado. O PCP, com Cunhal já preso, se alinhou sem críticas à política soviética, algo que depois o próprio Álvaro Cunhal critica duramente. (MADEIRA, 1996; BRITO, 2010)

¹⁷ O MUDJ era o órgão estudantil do próprio MUD, ao qual apesar da ligação de subordinação ao MUD, o MUDJ era um dos polos agregadores entre os que seriam os intelectuais formados no ambiente universitário, entrando muitas vezes em embates contra o próprio MUD. (MADEIRA, 1996; MATEUS, 1999; PACHECO, 2005)

quando Bento Gonçalves, até então o líder do partido, chamou a atenção do problema, defendendo a independência¹⁸ das colônias.

Em 1925, a Internacional Comunista (IC) definiu que os partidos comunistas, nos países que eram potências coloniais, fossem responsabilizados por tratar do problema de acordo com suas possibilidades. O PCP manteve certa relutância na criação de um partido comunista nas colônias, elas “não possuíam as condições necessárias” para a formação de um partido. Com a deportação de membros do partido para as colônias, devido à repressão em Portugal, mesmo aqueles expulsos pelo partido foram às colônias começar as tentativas de estabelecer um Partido Comunista (PC). (PACHECO, 2005, p.504)

Foi no período de pós-guerra, de 1945, que essa organização se voltou para a criação de um PC nas colônias, o menor controle da PIDE (Polícia Internacional de Defesa do Estado) nos territórios ultramarinos facilitava, em certa medida, o andamento desse processo. No entanto, inúmeras dificuldades foram encontradas no caminho:

Em consequência destes diferentes processos, havia no império e, salvo um ou outro antigo exilado na Guiné, eram praticamente inexistentes em Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe, Goa, Macau e Timor (...) O partido apelava a que se fizesse um esforço para estabelecer contactos com os comunistas e simpatizantes que estavam nas colónias, ou que viajassem entre elas e Portugal. Na base desses contactos devia enviar-se propaganda do PCP e do MUNAF e tentar recolher o maior número de informações sobre a situação local (...) No caso português, a ideia, em teoria, de organizações de primeira e de segunda estava implícita na análise de que “as massas africanas são a grande reserva revolucionária das massas laboriosas da metrópole” e a “grande reserva do nosso P.”, ou seja, não são nem a vanguarda, nem a primeira linha, mas a “reserva”. A “responsabilidade” de as mobilizar, organizar e “dirigir” era do PCP, menos em relação ao objetivo último da “libertação dos seus países”. (PACHECO, 2005, p.505)

¹⁸ Dentro do PCP havia o debate sobre a questão colonial, o qual uma parte defendia que Portugal se desfizesse das colônias, as vendendo para outra potência colonial. Bento Gonçalves foi aquele que primeiro defendeu a independência das colônias e não simplesmente as repassando para outra potência colonial. Mesmo que de forma ainda tímida dentro das discussões do PCP essa foi a primeira vez que o problema foi abordado pelo PCP, que nos anos posteriores devido ao recrudescimento do fascismo em Portugal o assunto não apareceria nas discussões ou simplesmente notícias superficiais eram dadas. (MATEUS, 1999)

A própria orientação teórica do partido era considerada insuficiente devido às dificuldades de organizar a população para uma oposição ao regime. Em Moçambique, que contava com uma presença maior de comunistas exilados do que em outras colônias, alguns movimentos culturais começaram a se formar, nem sempre sobre a tutela do PCP. Várias organizações como ligas e associações se formavam a partir dos próprios crioulos¹⁹, além da edição de jornais, revistas e poemas. Então, as primeiras expressões de oposição ao colonialismo no plano teórico começaram a aparecer. O PCP, devido às grandes dificuldades de encontrar a adesão dos indígenas, viu a causa com desânimo e se colocou desmotivado em relação ao estabelecimento de um PC em África, o que Pacheco chama a atenção, com um “olhar branco sobre a África”:

Percebe-se a ambiguidade de toda esta política, assente num olhar branco sobre um país negro, lendo um relatório feito no início de 1953 sobre os “negros”. Aí se fazia um balanço muito pessimista da “juventude negra de Moçambique”: uma “força amorfa, sem consciência da situação escrava”. Refere-se como exemplo uma revolta espontânea e “anárquica” dos “jovens serviçais dos europeus” que resultou num tumulto com traços de banditismo: “embriagaram-se no dia de folga semanal e à noite corriam pelas ruas da cidade com instrumentos de música nativa, assaltavam residências de europeus e esfaquearam algumas pessoas”, muma revolta fácil de esmagar pela polícia a cavalo que abateu a tiro alguns negros. Esta juventude “embrutecida” é facilmente domada pelo governo e pela Igreja católica com “promessas celestiais”, queixava-se o autor. (PACHECO, 2005, p.515)

Angola tinha moldes parecidos com os de Moçambique, mas em menor escala de organização que pudesse formar um PC. Algumas singularidades eram presentes como uma maior influência do comunismo internacional, havendo três tentativas de criação de um PC em Angola. A segunda tentativa foi a que se tornou mais relevante pela presença de Viriato Cruz²⁰.

¹⁹ Crioulo é um termo sociocultural utilizado por inúmeros autores para definir esse novo sujeito que surge nas camadas urbanas da sociedade, essencialmente, que sob o estatuto de “assimilado” vem a se organizar inicialmente em formas de ligas e associações, sob o pretexto de se promover eventos culturais, que na verdade serviam como forma de se driblar a censura e a repressão para se discutir os problemas da colônia. É a partir dessas ligas e associações que ligações são estabelecidas dentro das colônias na formação de um pensamento anticolonial. (BITTENCOURT, 1999; MATEUS, 1999)

²⁰ Um dos fundadores do MPLA, nos anos 60, tentou fundar o PCA por volta de 1953 junto com Ilídio Machado, António Jacinto e Mário António de Oliveira, posteriormente ao fracasso da tentativa o PLUAA (Partido de Luta Unida dos Africanos de Angola) que foi formado em 1956 e que mais tarde foi absorvido pelo próprio MPLA. (PACHECO, 2005, p.524-526)

No período da década de 1950, o PCP teve suas expectativas de criação frustradas, mas nesse mesmo período foi que ocorreu a aproximação dos estudantes das colônias com o próprio partido. Como já foi referida, essa aproximação se deu dentro dos movimentos legalistas de Portugal, os quais contam com a participação efetiva de inúmeros estudantes.

A formação dessas elites africanas em território português, muitas vezes, foi patrocinada por igrejas dentro de território africano, especialmente por Igrejas católica e Protestante. Essas elites intelectuais ora apoiavam movimentos nacionalistas como o MPLA, ora apoiavam elites tribais; contribuindo assim, para o acirramento das diferenças étnicas dentro das colônias. (BITTENCOURT, 1999, p.101)

As influências associativas, político-culturais (Casa dos Estudantes do Império), político-orgânicas (marxismo-leninismo, negritude) foram as principais características que marcaram o período de formação dessas elites políticas dos futuros movimentos de libertação em Portugal. A Casa dos Estudantes do Império (CEI) adquiriu um papel fundamental nesse processo. Inicialmente, criada para o controle dos estudantes das colônias, depois a CEI se revelou, gerando o processo oposto de controle previsto pelo governo. Tornando-se então, o polo agregador dos estudantes e facilitando os contatos entre eles, auxiliando na formação de um pensamento anticolonial.

Membros da CEI como Agostinho Neto (MPLA), Amílcar Cabral (Partido Africano de Independência da Guiné e Cabo Verde - PAIGC), Marcelino dos Santos (Frente de Libertação de Moçambique - FRELIMO) formaram ainda o Centro de Estudos Africano e o Clube Marítimo Africano. Centros ligados a estudos sobre a nacionalidade africana e que buscavam uma maior aproximação com os trabalhadores das colônias. Esses mesmos membros eram parte do MUDJ, além de pertencerem inicialmente aos quadros do PCP, onde tiveram contato com o marxismo. Só posteriormente, no final da década de 1950, vieram a romper com o PCP, por não verem na ótica do partido uma resposta efetiva ao problema africano. (MATEUS, 1996; PACHECO, 2005)

O MUDJ contou com a cisão dos membros das colônias, já nos anos 60. Nesse momento, estudantes africanos reivindicaram para si o *status* de representantes de seus respectivos países. A partir daí, formaram outros movimentos como o Movimento Anticolonialista (MAC), que marcou o rompimento com o PCP. Já na década de 1960,

começa a guerra colonial, com a formação dos movimentos de Libertação, em Angola (MPLA, FNLA, UNITA), Moçambique (FRELIMO) e na Guiné (PAIGC).

A experiência trazida pela participação dos membros dos movimentos de libertação, quando ainda pertenciam ao PCP, se refere à organização interna de seus quadros, nesses movimentos, ou seja, a influência do PCP se deu somente em nível organizacional e não ideológico. Além disso, houve a própria internacionalização do conflito que inicialmente foi apoiada por potências, como a FNLA²¹ patrocinada pelos EUA e o MPLA pela URSS, que no decorrer da década, entraram em conflito entre si, além de enfrentarem o próprio governo português. O caso da UNITA foi o mais contraditório em Angola, já que ao mesmo tempo em que luta contra o governo português e contra os dois outros movimentos colaborou, simultaneamente, com o Governo de Portugal para lutar contra o MPLA e a FNLA²². (MATEUS, 1999; PINTO, 2001)

Agora com esse parâmetro geral, podemos acompanhar um pouco mais de perto a formação desses meios de sociabilidade criados em Portugal, esses espaços de interação social onde as elites africanas adquiriam espaço para debater os problemas africanos. Em Bucareste, no ano de 1953, no Congresso da Juventude com os representantes do MUDJ foi onde ocorreram os contatos com os movimentos anticolonialistas mais avançados e onde houve essa abertura de consciência em relação às contradições das militâncias portuguesa e africana:

O contato com os jovens das outras potências coloniais e com os seus movimentos independentistas muito mais avançados do que acontecia com as colônias portuguesas, assim como com as novas ideias nacionalistas então num momento de rápida ascensão, gerou uma crise de consciência nacional nos “jovens colonialistas” da delegação portuguesa (...) Separados os portugueses dos jovens das colônias, estes participaram nas “reuniões de África” onde contataram de forma extensiva com as com as aspirações mais abertamente nacionalistas de outras delegações mais abertamente nacionalistas de outras delegações. Subordinados a um movimento português, o MUDJ, centrado num

²¹ A FNLA, anteriormente era conhecida como a UPA (União dos Povos Africanos), que posteriormente forma a FNLA. (BITTENCOURT, 1999; MATEUS, 1999)

²² A UNITA foi uma dissidência dentro da FNLA, criada a partir da ruptura entre Holden Roberto e Jonas Savimbi. Savimbi criou a UNITA nos anos de 1960. No caso angolano, as bases étnicas formaram a base dos próprios movimentos de libertação. No caso do MPLA, a base étnica é o kimbumdo, da FNLA o bakongo, da UNITA o ovibundo, mas é necessário ressaltar que isso não é uma regra fixa na formação dos movimentos, já que todos os movimentos contavam com membros de todas as etnias, mesmo que em menor escala comparando a sua base étnica. (BITTENCOURT, 1999; MATEUS, 1999; PINTO, 2001)

combate português, o derrube da ditadura de Salazar, aperceberam-se de que os novos movimentos africanos nas colônias inglesas e francesas, com os seus intelectuais e ideólogos, já de há muito tinham cortado o seu cordão umbilical com a dependência das suas lutas dos movimentos comunistas e “progressistas” metropolitanos. (PACHECO, 2005, p.540)

O PCP reagiu às tentativas de autonomia buscadas pelos jovens colonialistas que já apontavam suas diferenças em relação à política do partido para as colônias. O PCP os acusou de intelectualismo e falta de foco do objetivo, o qual deveria ser a luta contra o Salazarismo, já que a queda de Salazar era tida como a única maneira de emancipar as colônias. (PACHECO, 2005, p.542)

Em 1953, essa geração de jovens colonialistas formalizou suas pretensões de autonomia em relação à política do PCP, fazendo: “PCP, temendo a progressiva emancipação dos elementos oriundos das colônias, acentuasse o seu controlo sobre eles com militantes de interina confiança e que tentassem infiltra todo o esforço organizativo que não controlavam diretamente”. (PACHECO, 2005, p.553)

A grande viragem na questão colonial começou em 1955-56, quando o PCUS (Partidos Comunistas) deliberou em favor da orientação ideológica dos movimentos que buscavam autonomia nas colônias, que tivessem independência dentro do território africano e que pudessem fazer suas próprias deliberações, obrigando, posteriormente, o PCP, que não conseguiu dominar ideologicamente os setores anticolonialistas estudantis, a acatar a diretriz soviética:

O PCP, principal partido de oposição ao Salazarismo, foi uma influência organizativa importante para vários jovens anticolonialistas ao mesmo tempo inicialmente evitou a constituição de movimentos de libertação nas colônias, subordinando a independência à democratização metropolitana. Só em 1957, no seu 5º Congresso, é que o PCP declarou o seu apoio à independência das colônias, autonomamente “das modificações que se possam operar na situação política em Portugal”. Esta decisão foi aplaudida por Lúcio Lara convidado como delegado deste grupo anticolonialista ao congresso. (PINTO, 2001, p.36)

A própria dificuldade de controle dos problemas do PCP dentro da metrópole contribuiu para a aceitação de organizações autônomas referentes às colônias, ainda contando com a desconfiança de setores anticolonialistas, como podemos acompanhar na chegada de Viriato Cruz a Lisboa:

Outra variante sobre os objetivos da visita vai no sentido oposto: Viriato teria cuidadosamente evitado contatar com todos aqueles que pensava estarem ligados ao PCP e tentava conseguir a sua legitimação diretamente junto dos PCUS, fazendo de Lisboa apenas um ponto de passagem . Sabe-se que tentou evitar a todo custo encontrar-se com o grupo de estudantes “coloniais” ligado ao MUDJ e ao PCP (..) Nessa reunião é decidido o “rompimento de vínculos orgânicos com as organizações portuguesas de oposição”, mantendo-se no entanto, uma relação logística. (PACHECO, 2005, p.565)

A atuação do PCP era limitada em relação ao problema colonial, muitas vezes foram esses próprios estudantes das colônias que buscavam maneiras de conseguir apoio à causa, vejamos um pouco o caso da CEI e o seu embate com o governo:

Na primavera de 1962, nova “crise acadêmica” alastra por Lisboa, despoletada pela proibição do “Dia do Estudante”, organizado pelas associações acadêmicas. Sucedem-se os comunicados, os plenários com milhares de participantes, a greve às aulas e até uma “greve da fome” de 87 dirigentes estudantis, entre eles associados, e pelo menos, um dirigente da CEI (...) O Governo encerra associação atrás de associação. Resta a Casa dos Estudantes do Império, solidária desde a primeira hora (...) A repressão prosseguirá. Em Março de 1963, o Presidente da Assembleia Geral da CEI envia um telegrama ao Ministro do Ultramar. Informa-o de que aquela Assembleia, reunida em sessão extraordinária, protestara veementemente contra a entrada de agentes da PIDE na sua sede e pede ao Ministro que, como representante do Ministério a que se encontravam ligados, desenvolva esforços para que tal fato se não volte a repetir.

Depois da fuga de mais de uma centena de estudantes africanos, em 1961, a CEI continua a perder regularmente associados, com que os movimentos de emancipalistas vão reforçando as suas fileiras. (BRITO, 1999, p.73)

O Clube Marítimo Africano e o Centro de Estudos Africanos foram criados com intuítos próximos, mas com objetivos diferentes, o primeiro forneceria palestras, debates, seminários na proposta de se estudar os problemas africanos, já o segundo forneceria uma base para a aproximação de trabalhadores africanos situados na metrópole portuguesa. (PINTO, 2001, p.40)

O afastamento de estudantes das colônias da CEI ou mesmo dos movimentos democráticos aconteceu no rompimento de relações do PCP, com a busca por maior autonomia desses estudantes africanos em relação ao partido:

Agostinho Neto que, por motivos conspirativos, se afastara da CEI, frequenta desde o início o Clube, onde membros angolanos lhe dão o pseudónimo de Kilamba. Além dele, teriam sido, também, impulsionadores do Clube, o já Humberto Machado, Lúcio Lara, Pedro Sobrinho, António do Espírito Santo, Fernando Costa Campos, Graça Tavares e outros, designadamente numerosos marítimos (...)

O Clube Marítimo terá sido uma “correia de transmissão” entre os patriotas angolanos que se encontravam em Portugal e os que, em Angola, preparavam os alicerces do movimento de libertação que iria gerar o Movimento Popular de Libertação de Angola. Com efeito, Lúcio Lara, que foi vice-presidente da direção depois de ter sido presidente do Conselho fiscal do clube, envia um duplicador, oferecido pelo PCP, é entregue a um funcionário da Alfândega do Lobito (...) Destinando-se à impressão de panfletos clandestinos, teria permitido publicar “panfletos, que apelavam à mobilização e à luta contra o colonialismo, designadamente o Manifesto Africano, em Fevereiro de 1959, e Aos Militares Angolanos. (BRITO, 1999, p.78-79)

O apoio internacional nos anos de 1960 em relação às independências em África cresceu, mesmo com a abstenção²³ americana, a ONU e algumas potências europeias reconhecem o direito à independência e à autodeterminação. As tentativas de negociação com as potências colonialistas, no caso de Portugal, falharam. Com a fundação da OUA (Organização de Unidade Africana) em 1963, começou uma maior pressão em torno da descolonização. (PINTO, 2001, p.21)

A OUA se posicionou repudiando todas as formas de colonialismo e dando apoio aos movimentos de libertação. Nesse momento, Holden Roberto, líder da até então UPA, se aproveitou da situação para se colocar como o interlocutor do povo angolano. A Guerra colonial, que já havia começado durante 1961, passou por um período de calma durante o ano de 1963, em relação aos movimentos de libertação em Angola, tanto a UPA²⁴ (União dos Povos Angolanos) como o MPLA²⁵. O MPLA, devido aos revezes sofridos no período, passou por um período de reorganização, o qual

²³ A Suécia era uma das exceções na Europa, sendo um dos países que mais faz pressão durante o período para a descolonização da África e da Ásia. (APPIAH, 1997, p.160)

²⁴ Somente em 1966 Jonas Savimbi rompeu com a FNLA para formar a UNITA (BITTENCOURT, 1999, p.148)

²⁵ O MPLA devido aos revezes sofridos, nesse período, passou por uma reorganização, a qual suas lideranças estavam exiladas, muito devido às ofensivas da FNLA e do Governo português. As lideranças se exilaram primeiramente na França e posteriormente em Conacri. (BRITO, 1999, p.140)

suas lideranças eram exiladas, muito devido às ofensivas da FNLA e do Governo português.

No ano de 1962, a FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique) foi fundada juntando três movimentos, a UNAMI (União Nacional Africana de Moçambique), a UDENMO²⁶ (União Democrática Nacional de Moçambique) e a MANU (União Nacional Africana e Moçambique). O PAIGC (Partido Africano de Independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde) foi formado em 1956, anterior ao movimento existia o PAI (Partido Africano para a Independência).

A conferência das organizações nacionalistas das colônias portuguesas, em 1961, colocou a formação de um polo de unidade criado entre os três movimentos formados, o MPLA, UDENMO²⁷ e o PAIGC, três movimentos colocados como aliados na luta contra o colonialismo português, marcados pela afinidade política antissalazarista. (PINTO, 1999, p.40)

A guerra colonial teve o seu início no norte de Angola, em 1957, com a UPA, fortemente marcada por traços étnicos e laços com o Congo. Portugal, nesse período, contou com a ajuda estrangeira, a OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte), que agiu como escudo da política colonialista portuguesa. O apoio americano em empréstimos, armas e defesas nos debates da OTAN auxiliou Portugal na defesa do seu império. (MAXWELL, 2006, p.80)

Angola sob a guerra contava com o controle bélico da FNLA por parte dos movimentos de libertação, com o MPLA isolado e a UNITA sem grande expressão dentro do território. Em Moçambique, a FRELIMO encontrava dificuldade para lidar com os constantes conflitos étnicos dentro do próprio movimento. O PAIGC já havia tido seus conflitos, especialmente pela desconfiança que as lideranças cabo verdianas²⁸ geravam dentro do movimento.

Nesse cenário problemático de organização dos movimentos de libertação não giravam em torno apenas da guerra colonial, mas também da luta para se organizarem

²⁶ A UDENAMO conta com a liderança de Marcelino Alves, posteriormente, envolvido nos acordos de cessar fogo entre Portugal e Moçambique. (BRITO, 1999, p.161)

²⁷ Até então não se tinha a FRELIMO em 1961.

²⁸ Em Cabo Verde, a maioria da malha burocrática era composta por cabo-verdianos que anteriormente trabalhavam para o próprio regime salazarista, a desconfiança dos membros da Guiné sobre os cabo-verdianos não cessou apenas pela adesão ao PAIGC. (BRITO, 1999, p.68)

internacionalmente mesmo com o apoio americano a Portugal. O colonialismo foi cada vez mais criticado, a própria carta das Nações Unidas apoiou o fim do colonialismo, defendendo ainda o direito dos povos à independência e autodeterminação e deu seu apoio aos movimentos de libertação. (MAXWELL, 2006, p.101)

Nesse período, conturbado da década de 1960, foi que em Portugal, à esquerda, começou a se pronunciar sobre o problema da guerra colonial, o PCP²⁹ só deu seu apoio à luta armada e pelo direito dos povos à autodeterminação e independência, pelo viés da luta armada em 1965, de forma programática dentro das diretrizes do Partido Comunista.

O CMLP (Comitê Marxista - Leninista Português) entrou nesse debate, lançando resposta à política colonial empregada pelo PCP, a qual o CMLP classificou como uma nova forma de chauvinismo da classe operária portuguesa, que teve seu principal expoente o PCP. No fundo, a luta travada nesse debate é a tomada de posição radical com apoio à luta armada e suas consequências, defendido pelo CMLP. No outro polo, a via pacifista defendida pelo PCP que, mesmo reconhecendo o direito a luta armada, ainda se posicionava de forma reticente:

Este chauvinismo, que atrasou a formação dos movimentos de libertação das colônias, cobria-se com o argumento de que, conceder autonomia aos africanos para organizarem a sua própria luta pela independência, seria facilitar a substituição do imperialismo português pelo imperialismo inglês ou americano. Esquecia-se que, no espaço de poucas décadas, o movimento de libertação dos povos oprimidos saíra da infância e era já, depois do triunfo da grande revolução chinesa, uma das maiores forças revolucionárias mundiais. Encaravam-se os problemas e aspirações dos povos coloniais pela óptica da unidade anti-salazarista.

Não se compreendia que os revolucionários portugueses não tinham qualquer direito de tutela sobre os movimentos revolucionários de outros países. Na realidade, instalara-se a ideia de que os povos coloniais eram um apêndice do povo português, eram mais uma “força de choque” em potência a mobilizar ao serviço da “Unidade”. Como se vê, o chauvinismo imperialista encontra sempre

²⁹ O PCP até os início dos anos 50 era contra a formação dos movimentos de libertação em África, somente em 1952 que o partido reconhece o direito à independência das colônias. Os conflitos gerados nos anos 60 obrigaram o partido a tomar um posicionamento diante da guerra colonial, pressionado, inclusive, pelo fracasso da tentativa de negociação dos movimentos de libertação com o governo português, na tentativa de resolução do conflito pacificamente, que gerou as ofensivas armadas de maior magnitude por parte de Portugal. (BRITO, 1999, p.88-89)

a forma de se insinuar, mesmo sob frases revolucionárias e a pretexto de “ajuda fraterna aos povos coloniais” (Revolução Popular, nº6, p.147, Dezembro de 1975)

Álvaro Cunhal colocou a evolução dos conflitos armados como dependentes de uma série de fatores, como a intervenção imperialista dentro dos territórios africanos e a situação política interna dos territórios da África (CUNHAL, 1974, p.98). Cunhal colocou a questão do interesse mútuo à independência das colônias, como ponto de conciliação entre os diferentes pontos de vista que defendia a independência das colônias, tanto por parte do povo português, quanto dos povos coloniais:

Pôr termo urgentemente a essa política de guerra é um interesse vital do povo e da nação portuguesa, como é do interesse dos povos das colónias. Quando o Partido Comunista insiste na resistência do povo e dos soldados contra a guerra de Angola e da Guiné, na exigência do termo imediato das operações militares, no regresso dos soldados expedicionários, na instauração de liberdades e na libertação dos presos políticos nas colónias, isto não significa que consideremos possível qualquer solução do problema colonial que não seja o reconhecimento aos povos das colónias portuguesas do direito à autodeterminação e à independência. Significa apenas que devemos, queremos e podemos dificultar a realização da criminoso política colonialista de Salazar. Significa que na luta contra a política de guerra nas colónias devemos, queremos e podemos mobilizar largas massas da população portuguesa na luta contra a ditadura fascista. Significa que devemos, queremos e podemos obter vitórias parciais, que facilitem aos povos das colónias e ao povo português o caminho da vitória. (CUNHAL, 1974, p.99)

Dentro dos problemas africanos que Cunhal destacou, o dos monopólios ganhou espaço, a luta contra os monopólios era tida como imprescindível para a libertação dos povos coloniais e de Portugal. A estreita ligação de grupos monopolistas que lucravam dentro de território africano foi colocada como a causa de interdependência da economia portuguesa que foi alimentada pela exploração colonial, ao mesmo tempo em que ficaria submetida ao capital imperialista. (CUNHAL, 1974, p.90)

Ainda foi colocado que o avanço da luta dentro de Portugal contra os monopólios seria uma das formas de se fazer avançar o processo das lutas de libertação dentro da África, reforçando a ideia do internacionalismo proletário, apoiando a formação de novas políticas econômicas e culturais, baseadas no respeito mútuo que seria vantagem tanto para os povos coloniais, como para Portugal:

Se não fora a política dos colonialistas, as relações amistosas do estado português com futuros estados independentes de Angola, Moçambique, Guiné e outros, poderiam suceder ao termo da dominação colonial. Relações económicas e culturais fundadas na igualdade e no respeito recíproco dos interesses poderiam ser estabelecidas com vantagem para Portugal e para os novos estados. A política fascista está prejudicando uma tal perspectiva. Ela está cavando um abismo entre Portugal e aos povos coloniais, que será extraordinariamente difícil de anular.

Alguns setores da grande e média burguesia portuguesa começam a compreender o beco a que está conduzindo a política de guerra de Salazar. Temem que de tal política resulte a perda total das posições nas colónias. (CUNHAL, 1974, p.102)

O trecho acima exemplifica bem a resposta que o PCP deu em relação às críticas do CMLP quanto à aliança do PCP com setores da pequena burguesia em torno do problema colonial:

A burguesia não-monopolista tem a sua parte nas roças coloniais. Se considerarmos o caso do café de Angola, o mais característico, verificamos que, dos 370 mil hectares de cafezais apropriados em 1962 pelos colonos, cerca de 200 mil pertenciam a pequena e média propriedade (...) Burguesia não-monopolista se considerarmos que nenhum setor da burguesia pode dessolidarizar-se totalmente da exploração colonial, mesmo que dele não tire benefícios diretos. É preciso compreender que nenhum burguês, seja ele pequeno médio ou grande, pode ser indiferente ao destino de um dos pilares em que assenta o sistema capitalista nacional. É sobre o regime colonial que está construída toda a estrutura comercial, industrial e uma parte da estrutura agrícola, é dele que dependem os fornecimentos de matérias primas, os mercados e a animação geral dos negócios. O pequeno e médio capitalista, que teme mais de que tudo a crise, não pode desejar o fim do sistema colonial, que trará a crise, e primeiro que todos, para os pequenos. (Revolução Popular, nº6, p.144-145, Dezembro de 1965)

O CMLP criticou duramente a posição do PCP em acobertar o que comitê chamava chauvinismos portugueses, que seriam cultivados na própria cultura imperialista de Portugal, os colocando como parte de um longo processo que vai desde o ambiente familiar ao escolar e mesmo na política de esquerda portuguesa. Além desses fatores, é chamada a atenção para o deslocamento do foco da questão da responsabilidade do Salazarismo que se apoiou em uma tradição colonialista portuguesa, sendo uma continuação dessa tradição, colocando-a para segundo plano e se

levando em consideração apenas os monopólios, além de deixar setores não monopolistas fora da discussão.

A crítica se passou também na referência da falta de crítica dessa unidade antifascista de Portugal, lembrando que mesmo entre setores anti-salazaristas existiam os neocolonialistas. Por fim, o apoio total é incondicional, para resistência armada dos movimentos de libertação com todas as consequências, não prevendo uma saída que não fosse pelas armas nas colônias para o derrube do fascismo. Bem diferente foi a posição do PCP:

A melhor garantia da vitória total do movimento nacional libertador e da consolidação da independência pelos jovens estados contra o neo-colonialismo, continua a ser a íntima unidade com o campo socialista e com a classe operária dos países capitalistas. Aqueles que, com acusações caluniosas, procuram separar da URSS e de outros países socialistas o movimento nacional libertador e provocar a desconfiança dos povos coloniais, dependentes ou recém-libertados, para com a classe operária dos países capitalistas, causam gravíssimo prejuízo à luta pela democracia, pela independência nacional, pelo socialismo e pela paz (...) Que elementos permitem afirmar que a luta dos povos coloniais alcançará o seu objetivo da independência, antes que o povo português conquiste a democracia? Quando tais ideias partem de portugueses, elas representam uma posição comodista, de quem pretendo que os outros façam o que lhe cabe a si fazer. Nós trabalhamos para libertar Portugal da ditadura fascista e não poupamos esforços para que seja no mais curto espaço de tempo (...) É prematuro afirmar-se quem o conseguirá. O que se pode afirmar é que a libertação de Angola, Moçambique e Guiné, a dar-se antes do derrubamento do fascismo, será um golpe a que o regime de Salazar dificilmente poderá sobreviver. Assim também é a conquista da Democracia pelo povo português, a dar-se antes, tornará inevitável, a muito curto prazo, a independência nacional dos povos das colônias portuguesas, condição da conquista da verdadeira independência de Portugal (CUNHAL, 1974, p.104-105)

A existência de um conflito dentro da esquerda portuguesa, em relação à situação colonial, mostrou as críticas que se acumularam com o tempo com a política fechada e monopolizada do PCP, que gerou o próprio afastamento dos movimentos de libertação de contatos mais estreitos com o PCP. Resta agora saber como foi o posicionamento do partido frente ao golpe de 1974 e sua relação com a nova configuração política de Portugal que surgiu com a proposta de colocar fim a guerra.

CAPÍTULO 02

O Difícil Caminho para um Cessar-Fogo: do 25 de Abril às vésperas do 28 de Setembro de 1974.

Após o 25 de Abril, com a legalização do *Avante*³⁰, o jornal passa a se tornar semanal. O *Avante* era o principal veículo de propaganda política do PCP, um partido que no período de 1974 cresceu vertiginosamente. No período que compreende os dois primeiros governos provisórios em Portugal, o primeiro de 16 de Maio de 1974 até 11 de Julho do mesmo ano, o segundo de 18 de Julho de 1974 a 30 de Setembro de 1974, são marcados por inúmeras convulsões sociais. Nesse clima de instabilidade nacional, uma das questões de maior preocupação nacional foi também a que justificou o próprio 25 de abril, a guerra colonial que se tornou ao longo do período uma preocupação cada vez maior.

O clima de instabilidade nacional e falta de informações sobre os rumos que a guerra colonial tomara adquiriram contornos dramáticos pelo prolongamento da questão durante o período dos primeiros quatro meses da revolução. Para auxiliar na compreensão dos assuntos levantados sobre a questão colonial, serão utilizadas as edições do *Avante* veiculadas no período para melhor análise o processo.

Entre os meses de Maio e Setembro, as edições do *Avante* que abordaram a guerra colonial giram em torno do debate para o cessar-fogo em África e o direito a independência e autodeterminação dos povos. Podemos separar em dois momentos principais o debate travado pelo jornal. O primeiro se caracteriza por uma pressão por atitudes concretas do Governo Provisório para o cessar-fogo e, também, o reconhecimento dos povos da Guiné-Bissau e Cabo Verde, Angola e Moçambique; a independência e a autodeterminação. Mais ainda, o reconhecimento dos movimentos de libertação como os verdadeiros representantes dos povos das colônias, o PAIGC, o MPLA e a FRELIMO, ao menos foram esses os eleitos pelo PCP.

³⁰ O *Avante* foi criado em 15 de Fevereiro de 1931, sendo legalizado somente depois do 25 de Abril. O *Avante* se tornou o principal meio de comunicação do PCP, seja com a população, ou mesmo entre membros que se situavam em regiões afastadas e não tinham contato direto com os membros do CC do partido. Após o encerramento dos Jornais *Sol Nascente* e *O Diabo*, o *Avante* se tornou o principal jornal de imprensa clandestina dentro de Portugal. (MADEIRA, 1999)

O segundo momento sinalizou o reconhecimento³¹ dos povos, a autodeterminação e independência, inaugurando assim, um novo momento nas negociações com os movimentos de libertação. Eles proporcionaram os primeiros acordos para um cessar-fogo com a promulgação da lei 7/74, de 27 de julho de 1974, que reconhece o direito dos povos à autodeterminação e a independência. (FERREIRA, 2001, p.420)

Agora vejamos como se dá a discussão sobre a guerra colonial no *Avante*, começando pelo mês de Maio. O jornal fez sua abertura ressaltando a participação do PCP no Governo Provisório, a tomada de posse do presidente Spínola e a plataforma geral do novo governo. Dentre as propostas da plataforma³², podemos citar algumas, como a liquidação das estruturas fascistas, a guerra colonial e preparar eleições livres para a assembleia constituinte.

A preocupação do PCP, com membros do antigo Governo ligados às antigas estruturas fascistas dentro das esferas de poder do Estado, foi uma preocupação constante. Ela se prolongou durante todo o período da Revolução dos Cravos tanto no que se refere à continuidade do processo revolucionário em questão, quanto no que diz respeito a Portugal, como também às colônias.

A defesa da entrada dos partidos no Governo Provisório foi colocada como necessária para a coesão em relação à continuidade da revolução. Alguns partidos e movimentos eram exaltados pelo PCP, como o Partido Socialista³³, em especial um membro, Mário Soares, assim como Pereira Ramos, líder do Movimento Democrático.

³¹ O período que se sucede entre o primeiro governo provisório e o início do segundo são marcados por conflitos entre o MFA e Spínola em relação ao processo de descolonização, conflito que foi marcado por tentativas de Spínola de reduzir os poderes do MFA. (MAXWELL, 2006, p.112)

³² A plataforma definida pelo MFA sofreu alterações por parte de Spínola às vésperas do 25 de Abril com a supressão da alínea 8c que é referente ao reconhecimento da autodeterminação dos povos. A historiografia sobre o tema traz esse fator como o principal ponto de conflito que o governo passou a ter com o MFA, no qual a intervenção do MFA vai se constituir em tomadas de posição autônomas nas colônias, caracterizando muitas vezes acordos contrários as deliberações do Governo. (RODRIGUES; BORLA; CARDOSO, 1979; p.50) Um caso emblemático é o MFA-Guiné que conseguiu os acordos para o cessar-fogo unilateralmente com o PAIGC e promoveu a formação de cooperativas populares, a participação de todos os oficiais nas decisões dentro do MFA independentemente da patente. (MAXWELL, 2006, p.121)

³³ Maxwell em relação ao PCP coloca o posicionamento do partido com o novo governo, começando por tratar os documentos que a PIDE queima antes de se render em 26 de Abril ao MFA. A omissão do PCP é colocada por Maxwell como uma forma de se manter a discrição em relação aos pontos desconcertantes que o partido preferiu esconder em relação aos membros que funcionavam como informantes da PIDE. Os próprios documentos foram colocados como formas mais efetivas do partido para serem usados como chantagem, não sendo vantajosa sua publicação. (MAXWELL, 2006, p.117-120)

No primeiro impresso do *Avante* foi cobrada a postura legal do governo em relação à questão colonial. Os principais pontos abordados foram: a consolidação da aliança democrática para a continuidade da revolução, a exigência de uma pronta solução para o problema colonial, ressaltou-se ainda que a solução para o problema era “política e não militar”, como foi citada no programa das forças armadas:

O reconhecimento, no programa das forças armadas, de que “a solução das guerras no ultramar, é política e não militar” significa um importantíssimo passo para por fim a guerra. A realização de um debate franco e aberto, a nível nacional do problema colonial será também importante. Não se pode ficar em conclusões e debates de ordem geral (...) Urge abrir negociações, sem condições prévias, com o Movimento de libertação da Guiné-Bissau, Moçambique e Angola, respectivamente o PAIGC, a FRELIMO e o MPLA, a fim de examinar conjuntamente todos os problemas de interesse comum, tendo em vista o rápido fim da guerra e a solução política do problema. (AVANTE, série VII, p.02, 17/05/1974)

As negociações³⁴ para o cessar-fogo, nesse ponto, passaram pela urgência de iniciar as conversações com os movimentos de libertação, com o PAIGC, com FRELIMO e com o MPLA, eles, eleitos pelo PCP como os verdadeiros e principais (algumas vezes dito como únicos) representantes dos povos dominados pelo colonialismo português. Para tanto, seria necessário o reconhecimento dos mesmos por parte do novo governo que se iniciou; algo que ainda levaria algum tempo para acontecer e já era um tanto quanto tarde. A importância no caso da guerra ainda exigia uma coligação nacional de todas as forças, o MFA, o PCP e os outros partidos em um esforço conjunto para se por fim à guerra, assim firmando e ampliando as conquistas adquiridas com o 25 de Abril de 1974.

O 25 de abril gerou reflexos na imprensa internacional, desse modo, também foi uma preocupação do PCP mostrar o apoio internacional em torno da descolonização em África. O apoio dado por organismos internacionais foi colocado aqui como a OUA (Organização da Unidade Africana). Em relação ao reconhecimento aos movimentos de

³⁴ José Medeiros Ferreira coloca a questão da descolonização e o reconhecimento dos movimentos de libertação como representantes das respectivas colônias como um reconhecimento obtido pela força militar, não necessariamente ligado a questões de legitimidade de representação popular. No caso de Angola, especificamente, a decisão do reconhecimento dos movimentos de libertação é colocada mais como uma saída para as despesas e ônus acarretados pela guerra. O autor expõe os problemas acarretados com a fuga de divisas de Portugal para o investimento na colônia, além do aumento da interferência de empresas estrangeiras dentro de território angolano. Nesse ponto, a questão para a descolonização se torna mais uma questão econômica do que política. (FERREIRA, 2001, p.427)

libertação e às negociações deles, até o momento ficaram ignorados pelo governo português.

O *Avante* conclamou as massas para não se deixarem abater pela apatia em relação ao problema colonial. Assim o PCP³⁵ se situou como o partido de vanguarda desse processo no apoio à independência dos povos das colônias, de maneira que vai reiterando a solidariedade do MFA com a luta dos povos pela libertação do colonialismo e o papel do MFA no derrube da ditadura:

O sublevação militar culmina o agravamento da crise do regime, de que foram fatores determinantes as contradições e dificuldades internas, a luta do povo português e dos povos submetidos ao colonialismo português (...) A identificação do Movimento das Forças Armadas com as aspirações do nosso povo ficaram provadas com a declaração de princípios do 25 de Abril e que o Partido Comunista não teve dúvidas em saudar... (AVANTE, série VII, p.04, 17/05/1974)

Assim o papel de vanguarda do MFA surgiu como o opositor à guerra, seguido de sua resistência contra o regime, pelas deserções, protestos³⁶, até sua organização para o derrube o regime fascista. Assim se enalteceu o papel do MFA como agente democrático no desenrolar da revolução, sua aura heroica é construída. A própria declaração de princípios do MFA foi aceita sem questionamentos por parte do PCP, a mesma que no decorrer dos acontecimentos, no referente à questão colonial, já gerou problemas pelas pequenas alterações de Spínola.

O comitê central do partido se pronunciou reiterando pontos fundamentais para a continuidade das conquistas do 25 de abril, como: pôr fim na guerra colonial, no fascismo, na manutenção da JSN (Junta de Salvação Nacional) e até nas eleições, na participação de todos os partidos. E mais, reiterar o apoio e colaboração das massas com o MFA, para o impedimento da contrarrevolução e os adeptos do fascismo que representavam uma ameaça às conquistas da revolução. (VARELA, 2011)

³⁵ Fernando Rosas coloca o posicionamento do PCP desde o princípio contrário às divergências das diretrizes do partido, sempre sendo classificadas a oposição da esquerda ao PCP como derivada de movimentos que ajudariam somente a reação, sendo taxados de “movimentos esquerdizantes”, (ROSAS, 2010, p.107)

³⁶ Manifestações populares contra a continuação da guerra se tornaram frequentes de Maio até Julho de 1974, dentre essas manifestações, a do dia 5 de maio com apoio da população e de militares pressionou para o fim da guerra em África, contra o envio de mais tropas para os territórios africanos. O MRPP (Movimento Revolucionário Popular Português) organizou um boicote ao embarque dos soldados que conseguiu o atrasar em um dia. Esse ato causou a prisão de populares e, também, a do líder do MRPP Saldanha Sanchez. (RODRIGUES; BORLA; CARDOSO, p.57)

Nas edições do *Avante* de Maio de 1974 são recorrentes as referências feitas ao MFA como o movimento responsável pela oposição à guerra colonial. Desse modo, o PCP sempre vem reafirmar a necessidade de se pôr término à guerra, reiterando que a solução é política e não militar. Essas afirmações vão se repetindo ao longo do jornal até o reconhecimento dos povos à independência. A guerra ainda não tinha terminado e o cessar-fogo até então não foi feito; mesmo assim, devido às desconfianças dos movimentos de libertação em relação ao governo de Spínola, em momento algum do jornal, nesse período, aparece referência a esse respeito. (SECCO, 2004, p.120)

O PCP pressionou, desse modo, o governo, na tentativa do reconhecimento dos movimentos de libertação, pela adoção de uma solução pacífica para o conflito, como previsto no programa do MFA, tentando acelerar o processo para um cessar-fogo, se baseando na argumentação da disposição dos próprios movimentos para se por termo ao conflito:

Os interlocutores válidos são os Movimentos de Libertação que dirigem a luta pela independência e gozam de uma merecida reputação entre a população africana e além-fronteiras (PAIGC, MPLA e FRELIMO). E com eles que é necessário discutir e negociar. Esses movimentos nunca se recusaram a fazê-lo. Mas o fascismo português nunca aceitou a via da negociação (...) Entramos numa nova fase da vida política nacional. Essa fase requer que se estabeleçam laços de cooperação e de amizade... (AVANTE, série VII, p.03, 23/05/1974)

De fato, o reconhecimento, a independência e a autodeterminação foram condições prévias imediatas exigidas pelos movimentos de libertação para fazer qualquer tipo de acordo com Portugal, algo que o governo ainda estava muito relutante em fazer. No entanto, o PCP não fazia nenhuma crítica a esse aspecto, mas com a deterioração da situação, o partido foi obrigado a tomar posicionamento. O PCP tentou acalmar os ânimos nesse momento, assim reafirmou os interesses convergentes tanto do povo português como os dos povos de Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, em torno da descolonização:

Outro é o colonialismo e da Guerra Colonial. O Programa do MFA fornece uma base para a solução política do problema colonial. O Partido Comunista sempre se bateu e continuará a bater-se pela terminação das guerras coloniais, pela abertura imediata de negociações com os representantes legítimos dos Povos da Guiné, Angola e Moçambique (PAIGC, MPLA e FRELIMO), com vista a autodeterminação e à independência. (AVANTE, série VII, p.01, 23/05/1974)

No final do mês de Maio³⁷, o editorial do *Avante* fez uma declaração sobre a situação caótica em que vivia o país em meio a inúmeras greves como a dos Carris³⁸ em Lisboa. Nesse contexto, as reivindicações feitas, em geral, pediam melhores condições de trabalho e salários, a oposição do PCP à greve fez o partido perder o controle da situação. O partido argumentou que a greve era um direito conquistado e que não poderia ser usado de forma leviana. Com essa animosidade gerada entre o PCP e os grevistas, o partido atacou de uma forma homogeneizadora todos aqueles que criticaram as medidas do governo provisório, resultando em uma espécie de fórmula que era mais ou menos assim: ou se estava com o PCP e o Governo Provisório, ou se estava com a reação.

Assim, foram classificados como reacionários, oportunistas, partidos esquerdizantes, entre outros adjetivos, todos aqueles que criticaram de uma forma ou outra o Governo, seja de direita ou de esquerda, já que o partido clamava para si o direito de principal representante do povo:

³⁷ Kenneth Maxwell coloca a aliança tática entre o PCP no CDE (Comitê Democrático Eleitoral) e o MDP (Movimento Democrático Popular), que vários membros do PS advêm. No momento posterior ao golpe, o MFA se apoiou tanto no PCP quanto no PS, que possuíam uma aliança tática desde o final do período fascista dentro dos movimentos legalistas. (MAXWELL, 2006, p.120). Passado o golpe, seus pontos de vista discordantes passariam a gerar atrito entre os dois partidos (VARELA, 2011; REZOLA, 2006), mas, nesse momento de aliança, o MFA se apoiou em ambos para a legitimação de um processo democrático. Secco coloca essa aproximação do MFA com o PCP e o PS como necessária pelo vácuo de carisma deixado após o golpe, já que os nomes dos oficiais do MFA ainda não eram conhecidos pela população (SECCO, 2004, p.122). Varela coloca as reuniões de Spínola com Mário Soares, as quais o líder do PS coloca a necessidade da participação do PCP como fundamental, por se tratar do único partido organizado e estruturado. Secco coloca a tentativa de Spínola de controlar o PCP, já que a partir do VI congresso do PCP de 1965, ficou aprovada a via insurrecional para o derrube do fascismo. O autor ainda lembra a ortodoxia do partido em relação aos próprios PCs europeus que já adotavam a via do eurocomunismo, e o PCP se mantinha fiel ao Stalinismo, que poderia se tornar uma “faca de dois gumes” dentro do governo. Varela, no entanto, coloca um ponto importante na discussão, que em momento algum dentro da revolução, o PCP apresentou algum tipo de atitude que visasse a tomada do poder, pelo contrário, foi em defesa do governo, inúmeras vezes, protegendo-o, especialmente nos momentos que foram conhecidos como “greves selvagens”, o qual o PCP sempre se posicionava favorável ao governo, organizando inclusive manifestações anti-greve. (VARELLA, 2011, p.68)

³⁸ Inúmeras greves foram deflagradas, nesse período, como a da TAP, de vários hospitais, de rádios, de televisão, de siderurgias, as quais várias foram organizadas de forma autônoma longe da direção do PCP, que já não conseguia controlar as greves. (VARELA, 2010, p.58-59) L. Pereira Gil, lança um livro em fins de Outubro de 1974, chamado *O Processo de uma Revolução*, no qual é colocado o posicionamento do PCP contra as greves, contra as paralizações que prejudicavam a economia nacional e gerariam um clima de instabilidade, essa paralização da economia nacional, de acordo com o PCP, seria favorável somente à reação pelo clima de insegurança e desconfiança, gerando atrito entre a população e o Governo Provisório. No entanto, o autor coloca o posicionamento dos próprios grevistas, dentro das greves, elencando seus motivos e alguns dos pontos defendidos, o autor chega a elogiá-los em alguns momentos. Esse autor é importante ao mostrar que apesar do apoio popular que o PCP contava, mesmo dentro do partido a relação com as greves ainda é difusa, com membros do próprio partido se posicionando ora a favor, ora contra, ou mesmo se abstendo de se posicionar, como é em alguns casos o de Pereira Gil, que coloca as entrevistas e deixa o leitor “tomar suas próprias conclusões”, de acordo com o mesmo. (GIL, 1974)

A economia portuguesa foi submetida pelos governantes fascistas aos interesses dos grandes grupos financeiros e monopolistas contra os interesses vitais do povo. Foi arruinada pelo parasitismo do aparelho de Estado fascista e por 13 anos duma guerra colonial que nos tem roubado cerca de 50% das receitas públicas. Essa pesada herança não pode ser liquidada em dois tempo por decretos que visam a Solução dos problemas mais imediatos.

(...) Nos conflitos sociais dos últimos dias entrelaçam-se situações contraditórias dos inimigos da democracia de direita e da pseudo-esquerda.. Há na verdade problemas sérios dos trabalhadores que impõe soluções acertadas a curto e médio prazo, mas há também outros problemas que exigem medidas econômicas e políticas de âmbito mais geral (...) Não é a ditadura fascista que está no Poder, é um regime que se propõe encaminhar o País para a liberdade, a democracia e a Paz. (...) A Arma da Greve - que é um direito conquistado - não pode ser usado com leviandade (AVANTE, série VII, p.01, 31/05/1974)

A crise³⁹ foi instaurada em Portugal, devido ao não andamento das negociações com os movimentos de libertação, já que em 25 de Maio, na reunião do Governo Português com o PAIGC, não houve acordo entre as partes. Algumas atitudes foram tomadas pelo PCP para se acalmar os ânimos e também mais uma vez reforçar alguns posicionamentos. (MAXWELL, 2006, p.118)

A pressão pelo reconhecimento dos movimentos de libertação continua com a reunião entre os representantes do governo português, delegação chefiada por Mário Soares, com os representantes do PAIGC. Mesmo assim, acabou não rendendo o andamento esperado, nem estabelecendo os acordos para o cessar-fogo (PINTO, 2001, p.68). Assim foi defendido pelo PCP que as negociações para o processo de solução política deveriam ser feitas sem condições prévias e sem trair o programa do MFA:

Seria um erro porém, pensar que a simples abertura de um diálogo franco sobre o problema fundamental da descolonização basta, por si só, para liquidar a trágica herança africana do fascismo. As questões ligadas a um acordo prévio que estabeleça o cessar-fogo são de um grande complexidade e envolvem opções políticas que, muito justamente, preocupam os representantes legítimos do povo da República da Guiné-Bissau e os dirigentes dos movimentos de libertação de Angola e Moçambique (...) A posição do Partido Comunista Português em face

³⁹ Dentro desse período de greves generalizadas, o Ministro do Trabalho e membro do PCP, Avelino Gonçalves, renunciou seu cargo devido à falta de controle das greves e as críticas que o próprio PCP vem recebendo pela postura contrária às greves. No entanto, Álvaro Cunhal que era o ministro sem pasta (do I governo provisório até o VI) era poupado das críticas. (VARELA, 2010, p.70)

da conjuntura é muito clara. Urge activar o processo de solução política, através da negociação. Sem condições prévias, e sem trair o espírito do programa das Forças Armadas... (AVANTE, série VII, p.02, 31/05/1974)

O único ponto que não foi bem esclarecido pelo PCP é o porquê de a resistência e dos movimentos de libertação terem aceitado prontamente o cessar-fogo. Isso se derivou de algumas condições impostas pelo governo que, em resumo, seria o mesmo que uma rendição, assunto que abordaremos mais a frente. Outro problema foi as acusações contra Spínola, de manobras neocolonialistas e tentar controlar os rumos da descolonização.

O PCP até então se absteve de fazer críticas diretamente ao governo, o que houve foi uma pressão em torno do reconhecimento dos movimentos de libertação e cumprimento do programa do MFA. No entanto, foi necessário identificar que problemas poderiam estar prejudicando o andamento das negociações. Uma das soluções encontradas pelo PCP foi a acusação de interferência de grupos neocolonialistas em terras africanas, incitando a violência e a atuação de grupos financeiros estrangeiros interessados em prejudicar as negociações. Claro que esses fatores existiram, mas também ficou evidente que um dos vetores que estava prolongando esses atritos também partiu do próprio governo liderado por Spínola e que nem sequer foi citado:

Na realidade, há ainda poderosas forças interessadas com dificultar o diálogo com os movimentos libertadores. Há quem prefira persuadir os colonos ultras a sangrentas acções de desespero. Empresas monopolistas tentaculares, como a De Beers (dona da Diamang), a Anglo American Corporation, feudo do grupo Openheimer, e sobretudo a Gulf Oil (...) A denúncia dessas manobras é um dever patriótico e tem dever de solidariedade aos povos de Angola, Guiné-Bissau e Moçambique. Os legítimos representantes dos movimentos libertadores não podem ser confundidos com aventureiros e oportunistas que tratem de aproveitar a conjuntura de transição em benefício próprio... (AVANTE, série VII, p.02, 31/05/1974)

Para a defesa da questão da descolonização⁴⁰, o PCP utilizou a noção de um dever patriótico de apoiar não apenas a descolonização, como também, os movimentos libertadores; retomando sempre o destaque que o partido tinha na denúncia dos problemas coloniais, desde o Salazarismo, e seu papel de vanguarda na defesa dos interesses portugueses.

No decorrer do mês de Junho⁴¹, devido já ao desgaste que causou o prolongamento do conflito em África e a pressão para o cessar-fogo, o PCP não recuou. Continuou pressionando por reconhecimento dos movimentos de libertação e buscando por um acordo que levasse a solução do problema colonial. Para tanto, o reforço da aliança entre o povo e as Forças Armadas foi defendida como essencial para a revolução e para a resolução do problema colonial. Ela foi cada vez mais reafirmada, ressaltando seu caráter pluralista ao agregar várias forças distintas:

Alguns aspectos essenciais da situação atual devem ser sublinhados.

O primeiro. A unidade do Movimento Popular e democrático e o reforço da aliança das massas populares com as Forças Armadas constituem condições indispensáveis para o prosseguimento do processo de democratização (...)

O segundo. Ninguém tem o direito de ignorar que o Governo actual represento uma vastíssima coligação de forças sociais e políticas, unidas em torno de objetivos fundamentais da instauração de um regime democrático e do fim da guerra colonial, mas tendo em vista inevitavelmente pontos de vista muito diferenciados (...)

O terceiro a guerra colonial a prosseguir pode agravar extraordinariamente a situação interna. As negociações começadas dificilmente conduzirão ao sucesso se não forem conduzidas na base de um projeto político comumente aceitável, não

⁴⁰ Recorrência nas edições do *Avante* sobre o dever moral que se tinha com os povos africanos, devido a exploração colonial, o jornal aborda a temática das “cicatrices” que o fascismo deixou em Portugal e nos territórios africanos, tendo aí um inimigo comum, contra o qual as forças democráticas deveriam se unir para derrubar de uma vez por todas, lembrando a ligação cultural que une os países, os colocando em um patamar quase de irmandade.

⁴¹ O MFA nesse período de Junho começou a ter atrito com Spínola, críticas sobre as estruturas viciadas do Estado ainda sem saneamento mesmo após o golpe, com estruturas viciadas e ainda compostas por membros do regime fascista e que apoiam Spínola. Apesar dessa situação, Spínola não conseguiu o controle do MFA, as próprias estruturas do MFA nas colônias adquiriram determinada autonomia em relação à metrópole, o precursor foi o MFA-Guiné que adquiriu autonomia diante das Forças Armadas, percebido com o documento “Directivas para a Estruturação Democrática do MFA e Preservação da Disciplina e Hierarquia”. Documento que questiona a hierarquia autocrática dentro das Forças Armadas, reivindicando uma abertura maior para a participação dos membros na tomada de decisões, não ficando restrito a uma cúpula militar. (RODRIGUES;BORLA;CARDOSO, p.28-33)

é menos certo que certa propaganda esquerdista e irresponsável só prejudica a busca conjunta de uma solução. (AVANTE, série VII, p.01, 07/06/1974)

O Governo⁴², a essa altura, já era muito criticado pela demora nas negociações, que foram tomadas, com o pressuposto encerramento da guerra. Ela não terminou e com o seu prosseguimento, poderia colocar como causa a própria revolução, caso uma solução não fosse encontrada rapidamente. O PCP diante das críticas sobre a demora do processo e as suspeitas sobre uma manobra neocolonialista estar sendo tomada, fez com que parte do Governo se defendesse. Pronunciou que as críticas referidas ao Governo eram tomadas, muitas vezes, de má-fé, provida de grupos esquerdistas que serviam de apoio a reacionários.

Apesar da pressão feita pelo PCP, se percebe que o problema era tido pelo partido como uma diferença de pontos de vista em torno da questão colonial, mas que todos entrariam em acordo com o princípio de se acabar com a guerra. No entanto, a situação que se contornou sobre o assunto não corroborava com essa hipótese do PCP, nem sempre as diretrizes do programa do MFA foram cumpridas ou eram exatamente claras.

No decorrer das negociações para o fim da guerra foram feitos os primeiros contatos entre o Governo com o PAIGC e a FRELIMO. Desses contatos, houve algumas ressalvas em relação à cautela que se devia ter diante da situação, pela sua complexidade. Isso ocorreu devido à dificuldade de se encontrar uma resolução diante heterogeneidade das forças que governam Portugal. A tentativa foi de, então, compreender a dificuldade do processo pela singularidade da revolução e a democratização que gerou o prolongamento do problema. Só que nem sempre se levava em consideração a transparência que o Governo tinha diante do processo de descolonização. Sem se esquecer da importância do debate amplo acerca da questão colonial em nível nacional, que nunca ocorreu e que era previsto no programa do MFA. Este, no entanto, não aconteceu, pois até o fim da revolução, o debate em nível nacional

⁴² As medidas tomadas por Spínola como a criação do documento “Hugo dos Santos”, que tentava devolver as fileiras militares do MFA para dentro dos quartéis novamente, foi justificada pelo não cumprimento do programa das FA (Forças Armadas), prevendo ainda a extinção da Comissão Coordenadora do MFA. Dessa forma, Spínola praticamente eliminaria as “vozes discordantes” dentro do MFA. (RODRIGUES; BORLA; CARDOSO, 1979 p.50). A criação do COPCON foi posta como uma contraofensiva às tentativas de Spínola de controlar o MFA, dando maior autonomia ao MFA, seguido ainda dos acordos unilaterais promovidos nas colônias com os movimentos de libertação.

não foi feito; a busca de solução a portas fechadas e reuniões longe do público se tornou a regra. (FERREIRA, 2001)

A questão colonial foi tomada nesse ponto como imprescindível para assegurar as conquistas da revolução. A necessidade de clareza quanto às perspectivas tanto do Governo quanto dos movimentos de libertação foi colocada em discussão, pois se criticou, nesse ponto, a falta de atitudes concretas do Governo Provisório que não se limitassem às declarações de princípio:

Mas pelo que se conhece desses primeiros contactos, destas primeiras negociações, reforça-se a ideia da complexidade dos problemas em discussão e da necessidade de maior clareza e rigor quanto às perspectivas, aceitáveis para ambas as partes. Sem isso pode cair-se num perigoso impasse.

Não seria caminha para a solução nem a impaciência dos que julgam que tão complexo problema se resolva por uma simples declaração de princípios ou por uma ordem telegráfica, nem com o adiamento das soluções de fundo para um futuro impreciso e incerto.

As forças interessadas na manutenção do colonialismo sob outras formas, manobram também, no sentido de dificultar o processo da negociação, alterá-lo no sentido de seus interesses, fugindo às condições prévias para se chegar a um acordo de cessar-fogo, isto é, o reconhecimento prévio do direito dos povos de Angola, Moçambique e Guiné-Bissau à autodeterminação e independência... Não se podem iludir questões como a legitimidade dos negociadores daqueles povos. As negociações começaram (e bem) com o PAIGC e a FRELIMO. De nada servirá dar cidadania a partidos e agrupamentos fantoches desligados dos respectivos, alguns que estiveram ligados a PIDE e aos fascistas... (AVANTE, série VII, n°05, p.01, 14/06/1974)

Nesse momento, já fica claro que os problemas tratados como obstáculos ao cessar-fogo e às independências africanas ficaram limitados a determinados grupos que se opuseram aos movimentos de libertação. Eles eram colocados sempre como vetores de desordem⁴³. Não era negado que dentro de Portugal possa ter elementos interessados

⁴³ No caso de Moçambique, alguns grupos opositores à FRELIMO se formaram como o GUMO (Grupo Unido de Moçambique), que era uma dissidência da FRELIMO, FICO (Frente Independente de Solidariedade Ocidental) que era um grupo formado por minorias brancas apoiadores de Spínola, ainda se tem o MIMO (Movimento para a Independência de Moçambique), esse grupo apoiava a presença da ONU em território moçambicano e pedia eleições para uma assembleia constituinte e ainda não se enquadrava no mesmo caso da FICO, sendo na verdade uma opositora mais próxima da FRELIMO.

em uma espécie de neocolonialismo, mas em nenhum momento, até posterior ao 28 de setembro, esses grupos interessados eram ligados ao próprio governo, pelo PCP.

A atitude do PCP sempre foi uma tentativa de conciliação, pedindo paciência para se resolver o problema colonial. Diferentemente do que foi posto, o encontro com os representantes dos movimentos de libertação não ocorreu tão bem, as negociações permaneciam estacionadas. Os acordos que foram obtidos de maneira unilateral, feitos pelo exército a revelia do governo. O PCP pontuou a complexidade do problema colonial e tentava acalmar os ânimos tanto da população como dos partidos, lembrando que era um consenso popular o fim da guerra. O partido pedia também paciência para a resolução dos demais problemas: colonial, questões internas de Portugal, reforçando a ideia que para a resolução dos problemas de Portugal era necessário o apoio da população junto ao MFA.

O apoio internacional relacionado à causa da descolonização também ganhou seu destaque nas páginas do *Avante*. Em entrevista, o ministro do trabalho (até o momento) Avelino Gonçalves, membro do PCP falou sobre o congresso da OIT (Organização Internacional do Trabalho) realizado em Genebra na Suíça. Destaca-se na entrevista a nova situação e momento das relações políticas de Portugal com os demais países, alegando que elas podem ser proveitosas. Defendeu-se também das críticas que Portugal recebia pela demora nas negociações com os movimentos de libertação e o prolongamento do conflito em África.

O próprio ministro do trabalho, Avelino Gonçalves, membro do PCP, destacou o clima de calma e cortesia com a delegação do patronato português, liderada por Moralles Leitão, além de continuar abordando o tema colonial quando questionado sobre a desconfiança dos movimentos de libertação em relação ao Governo Português:

Entre nós, portugueses, foi bem relevado o princípio da autonomia de cada uma das três delegações – alias de acordo com a constituição da OIT. É evidente no entanto, que na situação actual, uma autêntica solidariedade de objetivos emerge da acção de qualquer delas: dar de Portugal uma justa imagem de renovação, sim mas também de sinceridade. As relações pessoais que se estabelecem entre os membros das três delegações são, pois, francamente boas (...)

Quanto à representação patronal, apenas o chefe da delegação Moralles Leitão se encontrava já presente na altura da nossa passagem por Genebra... estará, a dar uma imagem de serenidade que, estou certo, favorecerá a situação portuguesa

frente ao patronato estrangeiro, podendo constituir em importante elemento positivo para a normalização das relações comerciais externas do nosso País.(AVANTE, série VII, nº5, p.04, 14/06/1974)

Na continuidade do debate sobre o problema colonial durante o mês de Junho, um dos principais pontos colocados foi o desgaste econômico, diplomático e social que a manutenção da intervenção militar vinha causando na sociedade portuguesa (PINTO, 2001, p.65). O momento de crise econômica foi colocado novamente em questão como um fator a mais para que a solução do problema colonial fosse tomada, pressionando novamente para o reconhecimento dos movimentos de libertação, o PAIGC, MPLA e a FRELIMO. (SECCO, 2004)

No entanto, foi ponderado novamente que parte da dificuldade na solução do problema se deveu à divergência de opiniões sobre a questão colonial dentro do Governo. O principal entrave para um acordo para o cessar-fogo era o reconhecimento irrestrito à independência e autodeterminação sem prévias condições, por parte do governo português, que era o que impedia a assinatura de um cessar-fogo imediato. O PCP se manteve cauteloso nas críticas ao governo:

É geral a compreensão desta situação. Todos os sectores responsáveis na democratização da vida portuguesa, assim como as mais amplas massas populares, pronunciam-se e manifestam-se pelo fim da guerra e por uma solução política do problema.

Negociações com os legítimos representantes dos povos submetidos ao colonialismo português constituem caminho válido para por fim à guerra, há muito reclamado pelo PCP e por outras forças democráticas. Seria entretanto ilusório pensar que é possível pôr fim à guerra e encontrar uma solução política do problema colonial sem o reconhecimento efetivo do direito dos povos à autodeterminação e à independência.

É sabido que, na larga coligação de forças sociais e políticas que participam ativamente na democratização da vida portuguesa, há opiniões diferentes sobre esta magna questão. O agravamento da situação torna cada vez mais necessário o debate franco e aberto, a nível nacional previsto no Programa do Movimento das Forças Armadas, hoje também Programa do Governo Provisório civil. Aspectos militares significam, é certo, certas limitações. Mas, exigindo-se sentido das responsabilidades, um tal debate é possível, necessário e urgente.

O caminho da democratização está ligado ao caminho da Paz. A instauração de um regime democrático em Portugal é indissociável do fim da guerra e da solução do problema colonial... (AVANTE, série VII, n°07, p.01, 28/06/1974)

Na comemoração pelo aniversário dos 12 anos da formação da FRELIMO, o *Avante* fez uma matéria colocando alguns pontos gerais sobre a formação da frente e reforçando outros pontos já defendidos ao longo do processo desde o 25 de Abril. Dentre eles destacamos a ligação que foi feita entre a nova democracia portuguesa que favoreceu os povos das colônias a conquistarem seus direitos. Para tanto, foi reforçada a necessidade de se estreitar os laços de amizade e solidariedade entre portugueses e os povos das antigas colônias. Também reconhecendo o direito à independência e autodeterminação, assim possibilitando um caminho para a paz.

Nesse ponto, a afirmação dos nacionalismos africanos foi feita como uma expressão do patriotismo, de uma luta justa contra a opressão que o Salazarismo significou nas colônias e em Portugal. Afirmando assim, a diferença entre o novo Governo que se instaurava nesse País. Mas esse novo Governo que já se julgava estabilizado ainda provaria que o caminho para a estabilidade era longo, e que não era aquele o momento para tal afirmação.

No início do mês de Julho⁴⁴, a situação se agravou ainda mais, não apenas pela situação econômica frágil e caótica que Portugal estava. O problema colonial desgastou o Governo, já às vésperas da tentativa de Golpe de Palma Carlos, o presidente. O PCP fez a análise do desgaste de como o prolongamento da questão colonial refletia no Governo.

Depois da suspensão das negociações com PAIGC desde o final de Junho, o PCP continuou a pressionar o Governo para a retomada do processo, tida como essencial para a recuperação do prestígio nacional e do próprio governo da revolução que estava sendo abalado pelos fracassos na negociação para o cessar-fogo. Assim continuou-se o apelo para a resolução do problema de forma política e o alerta para as consequências econômicas desastrosas que a continuidade do conflito poderia acarretar.

⁴⁴ É um consenso entre a maior parte dos autores que os atritos entre Spínola e o MFA se deram em relação à descolonização, que foi a responsável, em grande parte, pela queda de Palma Carlos no I governo provisório no dia 9 de Julho.

O próprio desgaste do Governo Provisório estava se tornando evidente com os reflexos já sentidos dentro da própria coligação feita entre os partidos e o MFA. Cobraram uma postura mais efetiva do Governo para a solução do problema. O PCP alertou para as consequências que o conflito poderia gerar, inclusive nas relações econômicas com os demais países capitalistas. O prolongamento da questão prejudicou a própria abertura econômica de Portugal. (VARELA, 2011, p.87)

O PCP voltou a apelar para o debate ser trazido a público, e na realização desse, colocou em evidência os pontos necessários para a realização do processo sob prévias questões. As questões para o debate público, por exemplo, a autodeterminação e independência das colônias reconhecidas sem prévias determinações, deveriam ser tomadas. Apoiando-se nas forças políticas e nas massas populares, para pressionar o reconhecimento desses pontos pelo governo, como um primeiro passo para a resolução do problema.

No discurso de Álvaro Cunhal reproduzido no *Avante* de 5 de Julho, o autor nomeou quatro razões que poderiam pôr em causa a luta. A primeira era o excesso de reivindicações, taxadas em grande parte de reacionárias, feitas por oportunistas se aproveitando da situação para desestabilizar o novo regime democrático. A segunda era a crise econômica que facilitava a atuação desses mesmos reacionários. O terceiro ponto era os problemas sociais e econômicos causados pela grande leva de greves que vinha paralisando a economia portuguesa. Por fim, a guerra colonial, reforçando os mesmos pontos tratados ao longo de todo o período desde o início da revolução:

A luta dos trabalhadores tem de continuar e continuará. Entretanto, o nosso partido chama a atenção para três problemas ligados a luta reivindicativa.

O primeiro é o nível das reivindicações. É imprescindível formular reivindicações, tendo em conta que estamos em uma sociedade capitalista; certas reivindicações irrealistas sopradas por demagogos e fascistas e pelo próprio patronato reacionário (...) O segundo problema ligado à luta reivindicativa é o da situação econômica do País. De momento gostaria apenas de sublinhar que uma situação económica grave não só atingiria as condições de vida dos trabalhadores como criaria um terreno favorável às conspirações contra-revolucionárias (...) O terceiro problema relacionado com a luta reivindicativa respeita às formas de luta (...) Ao mesmo tempo que defendemos o real direito de greve, temos chamado e continuaremos chamando a atenção dos trabalhadores para as incidências económicas, sociais e política das greves, na complexa

situação política existente sobretudo quando afeta sectores vitais para a economia nacional (...) O partido insiste em que na situação atual, a multiplicação de greves não servirá os interesses dos trabalhadores (...)

A questão colonial tornou-se mais complexa, na medida em que não se pôs ainda fim à guerra e não existe uma clara perspectiva da solução do problema, se compararmos a situação com a existente ainda há pouco mais de dois meses, no tempo da ditadura fascista, veremos naturalmente uma diferença notável. Hoje todas as forças e sectores que participam no processo de democratização estão de acordo em três ideias fundamentais: que o problema só pode ter não uma solução militar, mas uma solução política, que é necessário pôr fim a guerra e que é necessário realizar negociações com os movimentos de Guiné-Bissau, Moçambique e Angola. (AVANTE, série VII, n°8, p. 04-05, 05/07/1974)

No decorrer das publicações, mais algumas pontuações foram feitas acerca do problema colonial, medidas de saneamento foram exigidas contra setores ligados ao salazarismo, que prejudicavam o andamento da questão. Novamente é retomado o ponto das divergências de opiniões que deveriam ser respeitadas, pois todas entraram em acordo em um fim comum, que era o término da guerra colonial, mesmo que essas tais divergências nunca tivessem sido especificadas exatamente em que ponto viria a divergir.

Assim, o apoio internacional em relação à descolonização foi colocado novamente com especiais ressalvas à retomada de relações com a URSS, que o PCP sublinhou muito bem como sua grande apoiadora (MAXWELL, 2001, p.110). Novamente a unidade entre o povo e as Forças Armadas também foi colocada como imprescindível para pôr fim à guerra colonial. Para tanto, uma união social, política e militar se tornaria necessária para assegurar as conquistas da revolução e a continuidade das mesmas.

Desde a reorientação política de 1949/52, sob a orientação do relatório de Jdanov, o PCP adotou uma política centrada na via pacífica⁴⁵, que previa a falência do sistema capitalista por suas próprias contradições. Alegando que não era necessária uma

⁴⁵ VI congresso do PCP de 1965 a via revolucionária foi aprovada para o derrube do fascismo, nesse congresso ficou preconizado que os levantes populares aconteceriam pelo desgaste do próprio Governo Fascista, essa resolução adotada pelo PCP seria uma das principais justificativas para o apoio já tardio aos movimentos de libertação em África durante essa segunda metade da década de 60. Obviamente com o acontecimento da Revolução dos Cravos o PCP adotou uma via pacífica na tentativa de acalmar os ânimos e controlar parte do processo através da defesa da Paz, inclusive nas colônias, mesmo com a continuidade do conflito pela relutância do governo.

ação de cunho militar ou guerrilheira dentro dos países, a preocupação seria ganhar espaço nas vias legais. (MADEIRA,1996)

O PCP mesmo dentro do processo de descolonização prezava por uma via pacífica, a qual o apoio internacional era imprescindível, especialmente o soviético, não apenas em relação ao novo Portugal democrático, mas também para a continuidade da descolonização. O PCP reforçou essa relação para um estreitamento nas relações com países socialistas, o tendo como seu grande apoiador internacional:

A luta pelo fim da guerra colonial, pelo reconhecimento do direito à autodeterminação e à independência dos povos de Angola, Moçambique e Guiné-Bissau e pela cooperação fraterna entre todos os povos do mundo, objetivos esses indissociáveis da construção de um Portugal democrático e independente, constituíram as linhas dominantes para o congresso da paz efectuado no Porto. Constantin Simonov, o autor de Odessa, o correspondente de guerra que, lado a lado com seus compatriotas, viveu inúmeras atrocidades nazis, disse, perante a vibração da assistência: Como eu, todo o Povo soviético estaria emocionado se aqui pudesse estar presente (...) o que tem sido a acção do Conselho Mundial da Paz, o que tem sido a acção de milhares de pessoas desde o apelo de Estocolmo, assinado por cientistas como Joliot-Curie, artistas como Picasso, escritores como Ehrenbourg. Referiu que igualmente a corajosa atividade dos membros portugueses do Movimento da Paz sob a feroz repressão fascista (...) Finalmente acentuou que a coexistência pacífica não é forma de qualquer compromisso entre classes antagónicas nem de abdicção ideológica. A coexistência pacífica é um produto e um fator do processo revolucionário mundial. As forças democráticas e revolucionárias estão vitalmente interessadas na defesa da paz. Para os comunistas, os focos de tensão são criados pela própria natureza do imperialismo. (AVANTE, série VII, n°08, p.07, 05/07/1974)

Depois do dia 9 de Julho, após a demissão de Palma Carlos⁴⁶ como presidente, o PCP no dia 12 de Julho fez seu parecer sobre a situação e aceitação da demissão de Palma Carlos. A tentativa frustrada de pôr fim ao processo revolucionário não poderia passar despercebida. Alguns motivos foram elencados para a aceitação da renúncia, dentre eles foram apresentados a tentativa de centralização dos poderes no primeiro ministro, um referendo aprovando uma constituição provisória, antes mesmo das eleições para a assembleia constituinte.

O PCP, então, pediu uma clarificação das posições quanto à formação do novo Governo Provisório, lembrando o apoio do PCP e dos partidos ao governo desde que se seguisse o Programa do MFA. Assim prosseguiu exigindo que se assegurassem as liberdades adquiridas, encaminhando as medidas de saneamento do Estado, o fim da guerra colonial, o reconhecimento do direito à independência e à autodeterminação dos povos, a retomada das negociações com o PAIGC e também com os outros movimentos de libertação. Sem se esquecer da resolução da crise com encargos que não caíssem apenas sobre os trabalhadores, mas também sobre os grandes grupos financeiros, ainda se cobrava as primeiras nacionalizações.

Algumas outras medidas foram cobradas, como a melhoria de vida dos trabalhadores e suas condições de trabalho. A intensificação das relações diplomáticas com a URSS, medidas de saneamento contra a propaganda anticomunista que eram fortemente divulgadas, e mais uma vez, o reforço da unidade entre o povo e as Forças Armadas.

Foram apresentados três pontos fundamentais sobre a questão colonial. O primeiro é a necessidade do debate franco e responsável em nível nacional, sobre o

⁴⁶ A demissão de Palma Carlos seguida da entrada de Vasco Gonçalves, iniciando o II Governo Provisório, abriu caminho para o questionamento de Spínola e aumentaram as críticas sobre a continuidade da guerra colonial, fazendo-se uma maior pressão para um acordo de cessar-fogo imediato (já obtido informalmente na Guiné pelo MFA-Guiné). Buscando cada vez mais a institucionalização do movimento o MFA, em 1º de Julho, conseguiu criar o Conselho dos Chefes dos Estados Maiores tentando adquirir maior autonomia (legislativa) em relação ao Governo. Essa medida deu maior autonomia nas decisões internas do MFA, contribuindo para acirrar mais os ânimos em relação à Spínola. Spínola tentou frear as medidas tomadas pelo MFA, já que o atrito gerado, entre o Spínola e o MFA, tomaram proporções enormes que se julgavam que fosse só uma questão de tempo até um conflito armado. O abaixo assinado “Engrácia Antunes” conseguiu restringir a função de militares em funções não militares, conseguindo afastar alguns membros do MFA, sendo eles enviados às colônias (RODRIGUES; BORLA; CARDOSO, p.50). No entanto a medida gerou o efeito contrário, já que nas colônias o MFA ganhava mais autonomia e se opondo a algumas deliberações do governo. O MFA-Guiné defendeu a não diluição do MFA para a continuidade do processo de descolonização, “se recusando a ficar de braços cruzados”. (RODRIGUES; BORLA; CARDOSO, p.52)

problema colonial. Pela primeira vez desde o início do governo, o PCP lançou críticas ao governo diretamente, cobrando um posicionamento sobre o “silenciamento” do governo em relação à questão. Para tanto, o PCP cobrou uma abertura maior do debate que contava com o apoio popular. Mesmo assim, o sigilo das questões militares não é posto em causa mesmo que fosse um problema de interesse nacional.

O segundo motivo é o direito a independência, tido como ponto fundamental para o prosseguimento das negociações. O PCP lançou denúncias sobre grupos interessados em prejudicar as negociações com o Governo Provisório e também em tentar implementar medidas neocolonialistas em Angola, como a Frente Nacional de Cabinda e a UNITA. Estes eram considerados grupos separatistas. Retomando assim, seu apoio ao MPLA, reafirmando-o como o verdadeiro interlocutor do povo angolano.

O terceiro motivo é a necessidade de se tomar medidas de saneamento referentes a grupos fascistas. Eles incitariam o racismo e estariam envolvidos com atentados à bomba em Moçambique, defendendo a intervenção da FRELIMO conjuntamente com o exército para conter as manifestações racistas. Em Angola, o PCP repreende as manifestações violentas e os confrontos contra a polícia. Então, mais uma vez, o PCP lembrou o momento crítico pelo qual Portugal passava e a delicadeza desta fase que exigiu medidas imediatas para a continuidade da descolonização, antes que a situação se degradasse ainda mais.

No decorrer dos acontecimentos, com o novo presidente sendo indicado para o cargo no dia 11 de julho, Vasco Gonçalves, apesar da relutância de Spínola, o PCP afirmou novamente os desafios que o novo governo tinha pela frente.

O PCP requisitou o afastamento de membros fascistas ligados à malha burocrática do Estado, pedindo medidas imediatas do novo governo. A participação direta do MFA no novo governo foi defendida como necessária. O PCP lembrou o novo governo que se formava a necessidade de pôr fim ao problema colonial, pelo arrastar da questão e o desgaste que ela causava não apenas ao governo como também em Portugal e colônias. Assim reafirmou a necessidade de se retomar urgentemente as negociações.

A queda do I Governo Provisório fez com o que o PCP aumentasse a pressão por um acordo de cessar-fogo para a garantia da continuidade do processo de descolonização, se apoiando na figura de Vasco Gonçalves. Ele possuía conexões com o

PCP, o partido então passou a explorar melhor esse fator a seu favor, passando a adotar novas argumentações para o fim da guerra colonial (MAXWELL, 2001, p.127). Com o desgaste⁴⁷ que era evidente sobre o problema colonial, o Partido Comunista, começa a identificar os inimigos da descolonização. Entre eles estavam membros ligados ao fascismo dentro e fora de Portugal, grupos financeiros, reacionários e grupos que não representavam os povos de africanos, de acordo com o PCP:

Ao mesmo tempo, a ofensiva racista e fascista em Angola e Moçambique comprova a necessidade urgente de medidas que levem à prática os objetivos fixados no programa do MFA.

As hesitações e delongas nas negociações a falta de clarificação das perspectivas de solução política, os atrasos na aplicação de medidas efectivas para a paz, contribuíram para aumentar as resistências à inevitável e irreversível evolução para a liquidação do colonialismo. Há todavia razões para crer que a viragem do problema colonial anunciada no 25 de Abril irá concretizar-se agora em novas medidas práticas. Colocando a questão entre os problemas prioritários da actual situação política, o novo Governo Provisório aumenta as razões de confiança que nele deposita o povo português. (AVANTE, série VII n°11, p.08, 26/07/1974)

Nesse momento, no transcorrer do mês de Julho, o PCP começou a identificar esses grupos em território africano. Eles estariam prejudicando as negociações, gerando os conflitos raciais que estão acontecendo em Angola. Cita-se o caso de ataques aos musseques⁴⁸ de Azang, onde se colocou o avanço dessas revoltas raciais que se tornaram mais agudos com o prolongamento da guerra colonial. Colocou-se, então, outro problema em pauta: o retardamento no processo de descolonização que poderia pôr em causa os rumos da revolução.

⁴⁷ O MFA apoiou publicamente a institucionalização do movimento, com nomes agora que começaram a ser consagrados com o processo da revolução, como Otelo Saraiva e Salgueiro Maia, contando ainda com membros do próprio movimento que ganharam cargos considerados chaves para o processo de descolonização, como Rosa Coutinho (Angola) e Vitor Crespo (Moçambique), ambos assumiram os cargos de alto-comissários nos respectivos países.

⁴⁸ Habitações na maioria para pessoas pobres que migram do campo para a cidade.

A evolução dos conflitos raciais ⁴⁹foi colocada não apenas como uma intervenção de grupos interessados em atrasar o processo de descolonização, mas também como uma forma de criar a desordem para a implementação de projetos neocolonialistas por parte desses mesmos grupos. Para se barrar a ação deles se exigia medidas de controle por parte do MFA.

No dia 26 de Julho, o *Avante* veio a saudar o tão esperado reconhecimento constitucional do direito à independência e autodeterminação dos povos submetidos ao colonialismo. O PCP, então, veio a exaltar o MFA como um “bem precioso que precisa ser salvaguardado”. Agora uma nova abordagem começou a ser colocada pelo PCP, um período breve de celebração pela conquista dessa vitória que é o reconhecimento à independência e à autodeterminação. Essa comemoração adentrou os meses de Agosto e Setembro, claro que os problemas ainda foram colocados, mas a celebração dessa vitória foi ao PCP primeiramente. Depois ao MFA e ao Povo português, como bem colocou o jornal que colheu os louros da vitória ao apoio que era dado pelo PCP desde “longa” data.

Somente no jornal do dia 26 de julho é que o *Avante* fez menção à nomeação da Junta Governativa de Angola. Agora assumida por Rosa Coutinho, que substituiu Silvério Marques, antigo apoiador de Salazar. Este nomeado para Governador-Geral de Angola conseguiu colecionar críticas tanto dos Movimentos de Libertação como de membros do próprio governo, que viram sua nomeação feita por Spínola, no mínimo, pouco sensata. O jornal mostrou que o principal entrave para a descolonização não esteve nos conflitos só das colônias, mas que na realidade, o perigo da contrarrevolução se encontrava no próprio governo.

O reconhecimento à independência dos povos africanos foi analisado como um fruto do desgaste do fascismo, derrubado por suas próprias contradições. Chegando ao limite da degradação moral, seguindo assim, uma espécie de lei geral de crise do capitalismo que o PCP defendeu. O MFA, nesse momento, foi aproximado, na análise do PCP, como um movimento próximo ao movimento popular, muito pela aura revolucionária que envolveu o movimento pelo derrube da ditadura. O interessante é que com o desenvolver da questão colonial, como o cessar-fogo sendo negociado tanto

⁴⁹ A relação de Spínola com movimentos contrários aos movimentos de libertação, compostos por minorias brancas começou a ser evidenciada, contribuindo para a degradação das relações do General com o MFA, já que as minorias brancas eram veiculadas a vetores separatistas.

na Guiné, quanto em Moçambique, o PCP se colocou como aquele que dá forma à revolução, pela mobilização dos trabalhadores e o vanguardismo dentro das lutas reivindicativas. (MAXWELL, 2001; FERREIRA, 2001; VARELA, 2011)

O MFA no comando do processo de descolonização

Analisaremos agora, um pouco mais de perto, a política de descolonização do Governo Provisório. Um pouco já se falou sobre ela e a omissão do PCP, então nos cabe no momento, acompanhá-la um pouco mais de perto, voltando próximo ao golpe de dia 25 de Abril.

O MOFA (Movimento de Oficiais das Forças Armadas) era o movimento antecessor do MFA, seu principal redator era Melo Antunes, em 5 de Março de 1974. Em uma reunião de plenário em Cascais, o MOFA publicou seu primeiro documento de manifesto, apelando para a consciência dos militares sobre a grave crise pela qual passava Portugal. (PINTO, 2001)

Nesse documento, os pontos sobre a solução para o problema do Ultramar e a reforma do sistema tem coincidência em determinados aspectos foram colocados, com o livro do General Spínola. Ele, por sua vez, apesar de ter gerado um grande impacto na sociedade portuguesa pela publicação de *Portugal e o Futuro*, seu livro, em suma, não apresentou nenhuma proposta que se diferenciasse das resoluções da ONU. O que veio a ser mais surpreendente não foi o conteúdo do livro, mas sim um General afeto do regime que se posicionava criticando uma das bases do próprio regime, o colonialismo. (FERREIRA, 2001; MAXWELL 2006; MARTELO, 2001)

A resistência dos adeptos de Spínola em dar apoio ao MOFA, muito se deveu a diferenças sutis nos textos. Apesar do livro dele ser mais moderado, o texto de Melo

Antunes⁵⁰ foi considerado mais exaltado no tocante à desarticulação e culpa pelos fracassos aferidos às Forças Armadas pelo Governo. Outro fator evidente é o da resistência dos apoiadores⁵¹ de Spínola em aceitarem um ponto essencial: a autodeterminação dos povos.

No dia 22 de março de 1974, um esboço do programa político de Melo Antunes foi apresentado na casa da Vitor Alves, com a Participação de Otelo Saraiva de Carvalho. Ele, por questões de facilidade de contato com Spínola, se tornou o elemento de ligação com o general. Algumas alterações foram feitas no documento como pontos que excluía questões fundamentais, como o debate popular sobre a descolonização, sendo o debate passado a uma função da assembleia constituinte. As alterações de Spínola foram feitas de última hora, como a da não extinção da DGS (Direção Geral de Segurança), a manutenção dos secretários gerais nas funções de encarregados do Governo e a não extensão da anistia política aos presos de delito comum. Após o 25 de abril, houve a suspensão de um dos pontos do programa, no que nos interessa, o ponto 8c, que trata exatamente da questão referente à autodeterminação dos povos.

A crise de hierarquia proveniente pela Revolução dos Cravos, sendo motivada pela guerra colonial em África, apresentou um programa ainda ambíguo, especialmente, em relação ao problema colonial. O próprio Spínola em seu discurso do dia 26 de Abril declarou que iria “garantir a sobrevivência da Nação soberana no seu todo pluricontinental” (MARTELO, 2001, p.84), além de não ter tido contato com os movimentos de libertação e o principal problema, que era a questão colonial ter sido omitida nos discursos. (RODRIGUES; BORLA; CARDOSO, 2000).

Os movimentos de libertação exigiu a independência sem prévias condições, muito se deveu ao fato da desconfiança dos mesmos em relação ao novo governo que ainda não tinha dado provas de colocar fim na guerra. Os próprios movimentos de libertação exigiram o controle na transição, algo que não foi feito pelo governo que, ao contrário, ainda declarava a continuidade da guerra. Tanto a FRELIMO como o MPLA

⁵⁰ O Major Melo Antunes foi aquele quem conseguiu assinar os acordos de cessar-fogo na Guiné, devido ao desgaste do governo de Spínola e ainda um de seus opositores foi aquele que conseguiu o cessar-fogo, o qual sob sua tutela não aconteceria e ainda se viu mais desprestigiado pelo protagonismo do MFA nas colônias (FERREIRA, 2001, p.495). Em 18 de setembro, o MFA-Angola em assembleia com mais de 500 membros aprovaram o apoio à descolonização, no mesmo momento em que Spínola tentou chamar para si o controle do processo de descolonização angolano, conduzindo o processo pessoalmente. (FERREIRA, 2001)

⁵¹ Spínola estava cada vez mais isolado, os apoiadores spinolistas do MFA já estavam desprestigiados, pelos revezes da descolonização e pela falta de entendimento do general com praticamente todo Portugal.

se manifestaram pelo direito à independência e o reconhecimento dos mesmos como representantes legítimos de seus povos, com notas em nome dos movimentos, ou entrevistas, como a cedida por Agostinho Neto (MPLA). Assim, não aceitando quaisquer tipos de manobras neocolonialistas que tentassem intervir na autonomia de seus respectivos territórios. (MARTELO, 2001, p.130)

A política ultramarina do Governo Provisório se limitou ao reconhecimento de uma solução política e não militar do problema, apesar de continuar o conflito, e sem a criação de um debate franco e aberto e o lançamento de fundamentos de uma política que conduza a paz. A própria Junta de Salvação Nacional (JSN), criada após o 25 de Abril, subestimou os movimentos de libertação, apelou para a confiança no novo governo que se formava, mesmo libertando antigos prisioneiros nas colônias, ligados aos movimentos de libertação, numa tentativa de acalmar os ânimos. Ainda invocou atenção ao desarmamento dos movimentos, sendo que nem o próprio exército havia cessado suas atividades. (REZOLA, 2006, p.38)

Assim os movimentos de libertação não estavam dispostos a ceder tempo para uma transição que não pudessem controlar, com a relutância do próprio governo em ceder. O caminho continuado foi o da guerra, já que os apelos da JSN, muitas vezes, foram interpretados como um convite arrogante à rendição dos próprios movimentos. (MARTELO, 2001, p.134)

Dois caminhos principais eram tidos para a resolução da descolonização. O primeiro por uma via democrática, que inicialmente, teria o apoio de grande parte da sociedade portuguesa, seguido da crença na democracia pluralista. Além de setores afetos do regime anterior, que viram nesta opção uma forma benéfica de ganharem tempo no período de descolonização, se aproveitando da própria resistência dos movimentos de libertação em se aceitar o viés democrático para a descolonização. Mostrou-se na prática uma maneira de se afastar os movimentos de libertação do debate e controle do processo, assim a guerra se prolongaria ainda mais.

A segunda opção era a via revolucionária⁵², que era baseada no reconhecimento dos povos à autodeterminação e o direito à independência, transferindo os direitos

⁵² Rezola apresenta a intervenção do exército nas descolonizações como parte de um longo processo de intervenção na vida política portuguesa que desde o século XIX, de 1820 para ser mais preciso, no qual o MFA se encaixou. (REZOLA, 2006, p.30)

políticos aos movimentos de libertação. Assim pondo termo à guerra, uma proposta defendida desde o início pelo PS e o PCP, além de ser a única alternativa aceita pelos movimentos de libertação para se por fim à guerra.

Na prática, o Governo Provisório alegou que a solução do problema competiria à nação decidir. Mas era responsabilidade do Governo criar condições para um debate franco e aberto acerca do problema colonial. Ele na realidade se traduziu em um ganho de tempo por parte do Governo e a não solução do problema, agravando-o ainda mais.

Uma das questões principais, que foi posta em discussão nesse período por parte do Governo, era de um debate sem paz, ou a paz sem debate. Em Angola, a luta se desenvolvia em três frentes inimigas entre si, o MPLA, a FNLA e a UNITA. Um caso complexo de difícil negociação, que não encontraria uma solução pacífica nem mesmo após a independência. Na Guiné, a situação já era mais controlada pelo PAIGC, que já havia declarado sua independência e já contava com o reconhecimento de mais de 82 países. Em Moçambique, era encontrada uma maior facilidade de diálogo com o Governo, mesmo que militarmente a FRELIMO já possuísse um maior controle sobre o território.

Mário Soares foi nomeado embaixador da revolução, com o 25 de Abril já se tornara o ministro de negócios estrangeiros, além de possuir um diálogo maior com Spínola:

O general logo se apercebeu de que as ligações que o líder do PS possuía por essa Europa fora seriam de grande utilidade para o rápido reconhecimento internacional do novo regime. Soares transformou-se, assim, em embaixador da revolução, ainda antes de assumir as funções de ministro dos Negócios Estrangeiros no I Governo Provisório. Para Soares e para o PS, a ligação a Spínola cobria-lhes o flanco direito e conferia-lhes credibilidade, interna e externa, num momento decisivo da implantação do sistema partidário em Portugal. (MARTELO, 2001, p.114)

A presença de Soares colocava uma aura democrática em torno da revolução, além de apelar à convergência de forças na construção de um Portugal democrático. Assim, pelo menos era a propaganda feita e a ONU acompanhava de perto a situação. Em 9 de Maio de 1974, a ONU reiterou seu apoio à independência e o reconhecimento dos movimentos de libertação, alertando para a urgência da questão colonial e a

necessidade de uma rápida resolução por parte do Governo; não deixando de lado sua desconfiança com o novo regime que estava se formando.

O PPD ⁵³(Partido Popular Democrático) que foi fundado só em 13 de Maio de 1974, ligado a setores liberais, declarou seu alinhamento à política de Spínola, defendendo o cessar-fogo, mas sem reconhecer os movimentos de libertação, ou mesmo a independência imediata das colônias. (CERVELLÓ, 1994, p.02)

Em 15 de Maio de 1974, Spínola proferiu em seu discurso algumas das dificuldades do processo revolucionário em andamento, fez apelo à continuidade de um processo que fosse democrático, não cedendo a pressões de minorias. Agora a novidade nesse discurso era que pela primeira vez os movimentos de libertação estavam sendo reconhecidos desde o 25 de Abril. No entanto, ainda se recusando a aceitar os direitos dos povos à independência, o que pode ser visto já como um retrocesso na questão colonial contribuindo para o agravamento do problema. (MARTELO, 2001)

No dia 16 de Maio de 1974, foi publicado o programa político do Governo com a posse do I Governo Provisório e Palma Carlos como Primeiro Ministro. No programa, pela primeira vez, foi reconhecido o direito do princípio de autodeterminação pelos povos das colônias. Mesmo que de forma bastante ambígua, o governo reiterou que a solução para o problema colonial era política e não militar, ainda se mantendo operações militares nos territórios ultramarinos, ditos como meramente defensivos.

Para o Governo português, nesse momento, diferente do que era para os movimentos de libertação, um acordo para o cessar-fogo era um objetivo a se chegar para que então começasse as negociações. Só haveria um acordo para a transferência de poderes, após a deposição das armas, que em meio a uma guerra se tornou complicado aceitar a boa vontade do inimigo.

O convite do até então presidente do Senegal Léopold Senghor, para uma delegação portuguesa se deslocar até Dacar para um encontro com Aristides Pereira, presidente do PAIGC foi aceito. Mário Soares foi até a capital senegalesa acompanhado com o tenente-coronel Almeida Bruno ⁵⁴. A situação militar já degradada na Guiné fazia

⁵³ *Cronologia das Organizações de Direita entre os anos de 1973 e 1976* é uma obra de Joseph Sanchez Cervelló, que pontua os caminhos de várias organizações de direita e sua institucionalização principalmente durante o período revolucionário.

⁵⁴ Chefe da Casa Militar da Presidência da República.

com que se urgisse uma solução para o problema, além de o acordo ter a necessidade de ser feito com cautela já que os movimentos de libertação tanto de Angola quanto de Moçambique acompanhavam a situação com cautela.

No entanto, as negociações que já começavam a ser feitas após a tomada de posse do I Governo Provisório não caminhavam muito bem, já que a diferença entre os projetos de ambos os lados não conseguiam alcançar um acordo. Para o PAIGC, o reconhecimento da República da Guiné-Bissau e o direito a independência e autodeterminação tanto para Guiné quanto para Cabo Verde e os outros territórios em África, eram pontos dos quais o PAIGC não estava disposto a abrir mão. (PINTO, 2001, p.87).

Novas negociações foram feitas em 31 de Maio de 1974 com o PAIGC, a delegação foi chefiada por Mário Soares, acompanhado de Almeida Bruno, o Professor Jorge Campinos e o Dr. Almeida Santos⁵⁵. A delegação africana era chefiada pelo comandante Pedro Pires acompanhado de José Araújo e Gil Fernandes, entre outros. O PAIGC já havia suspenso as operações contra tropas portuguesas, no decorrer do encontro, não foram feitos grandes avanços, apenas um membro do PAIGC foi destacado como representante (delegado) para fazer parte de uma delegação junto à JSN na Guiné. (FERREIRA, 2001, p.493)

A situação de falta de acordo não era diferente em Moçambique, onde muito pouco se tinha avançado também, já que a saída que se desenhava seria uma reformulação política nos moldes das argumentações de Spínola. A FRELIMO tinha preocupações em evitar uma saída rodesiana, com os brancos declarando a independência unilateralmente, evitando-se organizações contrárias à própria frente. Com o arrastar do impasse com o Governo Provisório de Portugal, a situação começou a se desgastar, já que as negociações dos dias 5 e 6 de Junho em Lusaca fracassaram. (MAXWELL, 2006, p.142)

A capacidade de negociação de Mário Soares era bastante limitada, já que o mesmo era limitado pelo Governo a ter que conseguir um cessar-fogo o mais rápido possível, sem poder dar garantias aos movimentos de libertação. A FRELIMO tinha como premissa para um cessar-fogo: o reconhecimento ao direito de independência e autodeterminação, aceitação da transferência de soberania para o povo de Moçambique,

⁵⁵ Ministro da Coordenação Interterritorial.

ou seja, para a FRELIMO e o reconhecimento da FRELIMO como o legítimo representante do povo moçambicano. (MARTELO, 2001)

No decorrer do mês, houve uma intensificação das ofensivas da FRELIMO contra tropas portuguesas, aumentando o número de baixas do exército português, já que o próprio exército se recusava a tomar ofensiva, fora o fato de vários acordos unilaterais estarem sendo feitos para um cessar-fogo informal por parte do exército com os próprios guerrilheiros:

Apercebendo-se de que as autoridades portuguesas persistiam em posições ambíguas, a FRELIMO, na sequência do encontro de Lusaca, tomou a decisão que lhe convinha: uma forte intensificação da atividade operacional contra as tropas portuguesas, a qual, naturalmente, causou enorme abalo moral no militares a quem haviam dito que a solução da guerra era política e não militar. Para agravar a já precária situação moral das tropas combatentes, quase trinta por cento das unidades metropolitanas haviam já ultrapassado os vinte e quatro meses de comissão, verificando-se o atrasos significativos na sua rendição. (MARTELO, 2001, p.131)

Em 11 de Junho de 1974, foi empossado Soares Melo, Governador-Geral de Moçambique e Silvério Marques, Governador-Geral de Angola. Silvério Marques era um antigo salazarista já bastante conhecido em Angola, já que ocupara o mesmo cargo nos anos 60 no salazarismo, uma atitude que não era nada bem vista por parte dos movimentos de libertação e ele foi muito criticado, sua posse foi interpretada como uma tentativa de implementação de um modelo neocolonialista. (MARTELO, 2001, p.130)

Em 13 de Junho do mesmo ano, novas tentativas de negociação com o PAIGC em Argel foram feitas, com nenhum avanço obtido, ainda acontecendo uma manifestação no dia 14 de apoio ao PAIGC na Guiné. A intransigência do governo português estava sendo criticada pelo PAIGC que não via nenhuma mudança de posição, desde a primeira reunião para discussão da descolonização. (PINTO, 2001, p.75)

A questão colonial e seu arrastamento geraram um grande descontentamento popular em Portugal, os impasses geraram uma desilusão da população em relação à via democrática defendida pelo Governo. Desse modo, algumas atitudes unilaterais foram tomadas por parte do próprio MFA para a tentativa de se amenizar o problema, o brigadeiro Fabião, membro do MFA, pressionou o Governo para um acordo de cessar-

fogo, o exército na Guiné fez acordos unilateralmente com PAIGC para se ter um cessar-fogo, mesmo contra as ordens do Governo.

O Presidente Spínola⁵⁶ não deixou passar despercebida essa situação, ele criticava a insubordinação das tropas, ainda tentou usar a via eleitoral e o apoio dos brancos da Guiné e Cabo Verde para ganhar apoio. Assim o presidente condenou os acordos de cessar-fogo unilaterais, proibindo a assinatura de protocolos sem sua prévia autorização.

O próprio MFA-Guiné publicou, em 9 de Julho, um comunicado no qual veio a criticar o impasse nas negociações alertando para o comprometimento que poderia ocasionar a não solução política para o problema colonial, podendo colocar em causa o próprio Governo Provisório. Enquanto o impasse se arrastava na Guiné, a situação em Angola e Moçambique piorava, a pressão militar dos movimentos de libertação aumentava, o próprio exército já desmoralizado, começou a oferecer resistência aos prosseguimentos das operações militares:

Desmobilizados pela controversa alínea 8.a. do Programa do MFA – reconhecimento de que a solução das guerras no Ultramar é política e não militar --, pelos ecos que iam recebendo dos familiares da Metrópole, e com um relacionamento distante com a população europeia das colónias, algumas unidades começaram a oferecer resistência à execução de operações de carácter ofensivo. Na contra guerrilha, contudo, não há postura mais perigosa do que a que resulta da inactividade, com já atrás se referiu. Como seria de esperar, essa atitude só facilitou os ataques das unidades guerrilheiras, e, conseqüentemente, o número de mortos em combate, do lado português, subiu em flecha em Angola e Moçambique. Se o moral já estava abalado, mais degrado foi ficando, começando a desenhar-se, no caso de Moçambique, a perspectiva de um colapso militar. (MARTELO, 2001, p.140)

No caso de Angola, com a presença de Silvério Marques, os ânimos só se exaltavam cada vez mais, a tentativa de acalmar a situação não dava certo, o seu passado salazarista voltava para atormentá-lo, e se questionava a atitude e confiabilidade do próprio MFA por essa escolha um tanto atrapalhada. A situação de

⁵⁶ A relação de Spínola com setores brancos, ligados a movimentos separatistas é em muito abafada pela imprensa que não divulga muitos dos problemas e atritos entre o MFA e Spínola. (MAXWELL, 2001, p.117), após a reunião de Spínola com Mobuto (Presidente do Zaire e apoiador da FNLA) a penetração do FNLA aumenta dentro do território angolano, Spínola que já era alvo de críticas pelos movimentos de libertação cai ainda mais em descrédito. (FERREIRA, 2001, p.499)

conflito social em Luanda se agravou, com inúmeras greves, assassinatos, conflitos raciais. As próprias patrulhas do exército em vários casos foram divididas por cores, entenda-se por cor de pele, o próprio recrutamento local utilizado pelo exército contribuiu para isso, no próprio exército o número de africanos já era superior aos da metrópole. (FERREIRA, 2001, p.431)

Vários casos envolvendo problemas de hierarquia⁵⁷ foram colocados pelo governo, o clima de insegurança só aumentou, na verdade, após a nomeação de Silvério Marques acabou piorando. Em 17 de Julho, o MFA-Angola, após uma assembleia, pediu a saída de Silvério Marques, agora com Rosa Coutinho em 25 de Junho sendo enviado como o presidente da recém-criada Junta Governativa.

Todas as conversações com os movimentos de libertação estavam suspensas desde 14 de Junho, a situação de crise em Portugal contribuiu e muito para o desgaste do recente e já tão criticado Governo Provisório. Mesmo com a situação tão desgastada, o Primeiro Ministro Palma Carlos foi a público declarar seu apoio ao projeto de Spínola.

Palma Carlos lançou sua proposta em 8 de Julho, para contornar a situação de ingovernabilidade instaurada em Portugal, para tanto, eleições para presidente até 31 de Outubro do mesmo ano, e para a assembleia até 30 de Novembro de 1976, no entanto, considerou a hipótese de negociação direta com os movimentos de libertação. O projeto de Palma Carlos foi rejeitado e sua demissão foi apresentada no dia 9 de Julho, alegando falta de governabilidade. (RODRIGUES; BORGA; CARDOSO, 2000)

O parecer dos partidos aceitando a renúncia de Palma Carlos teve aceitação unânime, com o PCP e o PS, mais uma vez reforçando a ideia da necessidade de acelerar o processo de descolonização. No entanto, é curioso notar que dentro da modificação constitucional proposta por Palma Carlos, é a primeira vez que foi colocado que “Portugal reconhece o direito à autodeterminação, com todas as consequências, incluindo a independência, aos territórios portugueses da África e da Ásia”:

⁵⁷ As divergências entre o MFA e Spínola já eram irreconciliáveis pela diferença entre seus projetos. Diante da intervenção direta de Spínola no processo de descolonização, fosse buscando apoio a setores de minorias brancas, notórias em Moçambique e Angola, fosse pelas tentativas de dissolução do MFA. A nomeação de Veiga Simão, por exemplo, que não foi vista com bons olhos pelo MFA, por se tratar de uma tentativa de Spínola de ganhar apoio internacional contando com um antigo membro do regime fascista. (FERREIRA, 2001)

Menos de três meses após a fatídica emenda que Spínola impusera no parágrafo 8 do programa do MFA, as principais forças políticas portuguesas apostavam todas na defesa do mesmo princípio. Prudentemente, todavia, abstinham-se de pormenorizar o que quer que fosse sobre a aplicação desse mesmo princípio, o que lhes daria, mais tarde, o conveniente espaço de manobra para críticas e recriminações. (MARTELO, 2001, p.151-152)

Após a nomeação de Vasco Gonçalves, membro da Comissão Coordenadora do MFA, como o substituto para o cargo de Palma Carlos, o Governo agora contava com mais de sete ministros militares dos dezesseis do Governo, algo muito bem aceito pelo público na época.

No tocante à questão colonial, outros setores conservadores da direita nacionalista da sociedade também se pronunciaram em relação ao problema, se opondo à independência imediata das colônias, esse passo foi visto como um abandono da causa portuguesa, se aproveitando muito para lançar críticas em relação ao secretismo das negociações e a falta de informações ao público, criticando os próprios movimentos de libertação e sua legitimação conquistada pelas armas.

Moçambique já estava em um momento delicado de tensão, mais da metade do exército português era composto por moçambicanos, mais de sessenta e cinco por cento das tropas portuguesas estavam recusando missões, além de várias manifestações de insatisfação popular. O MFA-Moçambique enviou um telegrama apelando a um rápido acordo, que pedia o reconhecimento da independência e o reconhecimento da FRELIMO como representante do povo moçambicano, para se evitar um colapso militar na região. (RODRIGUES; BORGA; CARDOSO, 1979)

Spínola se aproveitando do momento promulga a lei 7/74, em 27 de julho de 1974, reconhecendo finalmente o direito à autodeterminação e à independência, tentando voltar atrás nos impasses criados nos últimos três meses. Tática que até então deu certo, com o discurso do dia 29 de Julho, manifestações de apoio popular e dos partidos políticos foram feitas dando apoio à medida.

Depois dessa medida, as relações de Portugal com a ONU começaram a se normalizar, com o compromisso assumido por Portugal em negociar com os movimentos de libertação, especialmente nos casos de Moçambique e Angola. Na Guiné, a medida abriu caminho para negociações para o reconhecimento da

independência e a transferência de poderes, além da retirada das tropas portuguesas. O cessar-fogo e o reconhecimento da independência da Guiné oficial foram em 10 de Setembro de 1974, sendo dado o limite para a retirada das tropas portuguesas até 31 de Outubro de 1974, sendo celebrado o acordo em Argel em 26 de Agosto. (MARTELO, 2001)

No caso de Angola só a UNITA aceitou um cessar-fogo provisório, já em 14 de Junho. Só em 28 de Julho a FNLA e o MPLA anunciaram a intenção de estabelecer uma frente de negociação com Portugal para a negociação dos termos para o cessar-fogo. As ligações de Spínola com membros do ‘Forças Vivas’ de Angola, um grupo identificado com minorias brancas e conservadoras, era claramente alvo de desconfiança por parte do MPLA. O próprio MPLA se encontrava dividido no momento, sob três tendências:

Por outro lado, o próprio MPLA se encontrava dividido em três tendências: a que incluía a direção do movimento, obedecendo a Agostinho Neto; a “revolta activa”, dissidência de pendor intelectual, na qual se incluíam alguns nomes históricos como o de Joaquim Pinto de Andrade; e a “revolta do Leste”, ala combatente da zona Leste de Angola, encabeçada por Daniel Chipenda, que tinha por base o território da Zâmbia e estava em processo de aproximação à FNLA. (MARTELO, 2001, p.166)

O MPLA comprometeu-se a suspender as ofensivas somente a partir de 29 de Julho, no mesmo dia do ataque ao enclave de Cabinda, mas sem nenhum compromisso escrito entre o movimento de libertação e o Governo português, apesar de haver contatos entre a guerrilha e o exército no estabelecimento de acordos informais. A JSN publicou um comunicado na tentativa de acalmar os ânimos, o qual propunha que todos os grupos étnicos de Angola fossem representados, incluindo a minoria branca, além de dentro de um período de dois anos se realizarem eleições para uma assembleia constituinte, para só então a partir dos resultados os órgãos de soberania angolana poder decidir suas atitudes referentes a Angola. (MARTELO, 2001)

O caso de Angola se apresentou mais complexo, especialmente a posição do MPLA⁵⁸, que exigiu uma análise um pouco mais detalhada sobre o problema, principalmente sobre a “Revolta Activa⁵⁹” em 1974.

As críticas lançadas à liderança de Agostinho Neto já não eram novidade, Adolfo Maria esclarece inúmeros pontos de deficiências operacionais dentro do MPLA, verticalização de decisões que faziam da cúpula do MPLA uma verdadeira oligarquia, com todas as decisões sendo tomadas e controladas por Agostinho Neto e seus membros de confiança mais próximos.

Adolfo Maria era membro do MPLA, militou no movimento em várias áreas, seja no Centro de Estudos Angolanos (CEA), na rádio do MPLA no Congo Brazaville que transmitia para Angola, em programas de educação para adultos do MPLA, no qual conjuntamente com outros membros elaborou métodos de ensino para o ensino e apostilas com conteúdos variados desde matemática a história.

Por ser de uma família de portugueses de classe média em Angola e, principalmente, por ser branco, Adolfo Maria era proibido de assumir cargos de diligência dentro dos quadros do MPLA, sendo assim, suas funções dentro do movimento muitas vezes assumiam uma espécie de forma de consultoria, ele também participou da ‘Revolta Activa’.

Adolfo Maria em sua entrevista a Fernando Tavares Pimenta abordou inúmeros pontos, desde a formação dos nacionalismos africanos até a estruturação do MPLA e seus diversos problemas. Os problemas de infraestrutura do MPLA apresentavam

⁵⁸ Maxwell coloca a posição do MPLA como a única em Angola como tendo algum projeto que visasse combater o racismo (MAXWELL, 2006, p.115), mas a entrevista de Adolfo Maria colocou problematizações em torno do tema, mostrando as diferenças do que se estava escrito no programa do MPLA para a realidade angolana que se mostrava muito mais problemática, com divisões e controle de membros mesmo do próprio movimento e se ignorou determinados problemas, como no caso de Adolfo Maria que era visto com muita desconfiança por alguns membros do MPLA, um problema que de fato foi extremamente traumático dentro da descolonização, mas que contou também com a própria omissão do MPLA. Nesse período que separou os dois primeiros governos provisórios, autores como Maxwell dividem o MFA em cinco tendências em Spínolistas, adeptos ao modelo de democracia ocidental, do socialismo democrático e o marxismo leninismo. Rodrigues; Borba; Cardoso definem como dividido entre os militares envolvidos no golpe, os expectadores que não tomaram partido e os militantes de Spínola. Rezola os divide entre Gonçalvistas (após a entrada de Vasco Gonçalves), os conservadores e uma vertente alternativa ainda não era clara nesse momento sob a liderança de Melo Antunes e Vítor Crespo, vistos como uma vertente alternativa.

⁵⁹ A “Revolta Activa” surgiu após a tentativa de “reajustamento” propostas por Daniel Chipenda, em 1973, após Agostinho Neto conseguir apaziguar as críticas e centralizar a direção do MPLA em sua pessoa, em 1974, em Fevereiro os membros dissidentes do “reajustamento” formaram a “Revolta Activa”. (PIMENTA, 2006, p.110)

grandes deficiências operacionais, seja técnica ou mesmo de números de quadros, que por deliberações de Agostinho Neto, não permitia que os membros dentro do movimento passassem períodos muito extensos juntos.

Um exemplo é a transferência de Adolfo Maria da CEA que possuía sede em Argel, para o Congo Brazaville em 1969, uma das ideias dessa transferência era reforçar a 1ª Região Militar do MPLA. Várias críticas a respeito da liderança de Agostinho Neto já vinham sendo feitas, como resposta a muitas delas o deslocamento de quadros de militantes era constante, espalhando os grupos críticos.

A própria eleição de Agostinho Neto foi marcada por perseguições a adversários, indo desde assassinatos e coerções físicas até morais, em 1962. Agostinho Neto criou uma equipe para se cercar politicamente de membros que fossem de sua confiança:

Por narrações de militantes e de quadros da II Região político-militar, onde eu estava, fui tomando conhecimento de que a presidência de Neto fora logo de início marcado por uma estratégia de subjugação dos seus adversários ou mesmo de sua eliminação (recordo, por exemplo, a eliminação física de Matias Miguéis e de José Miguel, em 1963).

Na realidade, Agostinho Neto, após a Conferência Nacional de Dezembro de 1962, começou por criar uma equipa onde se apoiar politicamente – os chamados “jovens turcos” (entre os quais Henda, Kito, Condessa, Talangongo, Spencer, Nzaji, Nvunda, Bula Matadi) – para reduzir as vozes de veteranos como Domingos da Silva, Azevedo, Lara, Eduardo Santos ou Iko Carreira, restando a estes seguir o chefe para se manterem no poder. Lúcio Lara, por exemplo, era um homem do aparelho e uma peça essencial para o funcionamento do movimento; tinha informação suficiente tanto para ser o homem de confiança, como para ser um perigo para o chefe. Apesar de várias contradições com Lara, o Presidente preferiu conservá-lo, concedendo-lhe a proteção necessária contra os assomos racistas de alguns militantes. Em troca, Lúcio Lara foi-lhe sempre fiel, pesem embora vários períodos de grande tensão entre os dois que fizeram até perigar a vida de Lara, quando este esteve no Leste angolano. Digo isto na base de confidências que alguém, muito a par da situação, me fez em 1973 na base Kalunga, alguém que hoje é destacado elemento do Estado angolano. (PIMENTA, 2006, p.89)

Essa situação problemática, do MPLA, ainda piorou com a saída de Viriato Cruz em 1963, resultando na condução do movimento de forma ainda mais despótica por parte de Agostinho Neto.

Os problemas estruturais do MPLA eram latentes. Com a desorganização do próprio movimento, a grande repressão fascista, o autoritarismo dentro do movimento, denúncias de corrupção que muitas vezes eram feitas pelos próprios membros do movimento, além do desprezo pelos próprios militantes.

Inúmeros departamentos tinham dificuldades como o Centro de Instrução Revolucionária (CIR), Departamento de Educação e Cultura (DEC), Departamento de Informação e Propaganda (DIP), Serviços de assistência Médica (SAM), e Serviço de Rádio e Telecomunicações (SRT). Com o constante mau funcionamento desses departamentos, dispersão dos quadros e escolhas de reposição de pessoal, muitas vezes feitas de má-fé, o que pode ser entendido como autossabotagem. Muitas vezes, essas atitudes caracterizavam uma falta de estratégia por parte da direção para o desenvolvimento da própria luta do MPLA:

Pude constatar um número anormal de viaturas acidentadas e com as reparações por fazer, o desperdício em munições, armamento e materiais, a falta de fardamentos, quando havia ali um alfaiate. Além disso, ouvi histórias sobre desvios (feitos por responsáveis do MPLA) dos abastecimentos e vestuário chegados dos países de Leste, que depois eram vendidos no mercado Congolês. Isto, para mim, foi um choque brutal que comuniquei a Agostinho Neto em relatório que lhe enviei para a Zâmbia. Algum tempo depois, Neto enviou Kito a Brazaville que falou comigo sobre os problemas. Mas a verdade é que nada se modificou e, em breve, apareceriam situações gravosas. Mais tarde, em longa conversa pessoal com Neto sobre a situação do movimento no Congo, ele apenas me disse que era necessário fazer algumas modificações que, a seu tempo, viriam. (PIMENTA, 2006, p.92)

Outro grande problema dentro do MPLA era o racismo no movimento, seja contra brancos, ou contra membros de outras etnias, nenhuma medida foi tomada pela direção para se tentar resolver o problema.

As tentativas que eram feitas no intuito de se corrigirem alguns problemas normalmente partiram dos próprios militantes que eram afastados da direção como o manual desenvolvido por Maria do Céu e Pepetela, que criaram um curso de formação

política, que produziu alguns resultados politizando vários dos membros, mas como isso acarretou exigências de melhorias por parte dos mesmos que não foram ouvidos pela direção do movimento, ocasionando inúmeras desistências e desilusão com o movimento.

O movimento do reajustamento começou na Frente Militar do Leste, movimento puxado por intelectuais dentro do MPLA como Gentil Viana, que propôs uma discussão vasta dos problemas do MPLA, propondo-se o congelamento do Comité Diretor, e a anulação temporária da hierarquia existente, a discussão seria aberta à população e aos militantes. Assim, após o congelamento do Comité Diretor, a discussão seria feita pelos militantes e população e depois seria feita uma eleição para se eleger uma assembleia de militante ativos, chamada de Comissão Provisória de Reajustamento. No entanto, a intervenção de Agostinho Neto não permitiu o andamento do movimento de reajustamento, que ficou controlado pela direção.

O MPLA contava com três regiões militares, nos distritos de Luanda, Kuanza Norte, Uíje e Zaire correspondiam a 1ª Região Militar. Cabinda a 2ª Região Militar, que constituía a frente norte, a frente leste englobava a 3ª Região Militar composta pelo Moxico, Kuando e Kubango. Posteriormente seria formada a 4ª Região Militar de Luanda e Malanje, depois a 5ª composta por Bié, Huambo, Kuanza do Sul, Benguela, a 6ª por Huíla e Moçâmedes. (PIMENTA, 2006, p.87)

Em Abril de 1972, os membros do reajustamento foram separados, Adolfo Maria que pertencia a 2ª Região Militar foi mantido nela, enquanto os demais foram separados nas demais regiões. Em Fevereiro de 1974, uma assembleia geral foi feita pelos militantes ativos, que assim foram sendo identificados após o movimento do reajustamento, foi uma assembleia bastante conturbada. Em seu conjunto foi um fracasso para os membros da “Revolta Activa”, o esvaziamento da discussão política não pôde ser contornado, houve uma completa apropriação dos órgãos diretivos por parte da direção de Agostinho Neto, além do aliciamento de alguns membros, para manter o controle dos mesmos.

Após a assembleia o MPLA, se encontrava com a 1ª Região Militar isolada, a 2ª com atividades quase inexistentes com a revolta da Chipenda ainda não solucionada, as bases de refugiados do Congo e da Zâmbia estavam completamente desorganizadas, assim os membros do grupo ativo se reuniram:

Nos dias subsequentes à assembleia geral dos militantes activos de Fevereiro de 1974, muitos militantes, em vários locais, continuaram a discutir a situação do MPLA, a estagnação da luta armada e o perigo do descalabro geral.

Em Brazaville, Gentil Viana e Monimanbo multiplicaram contactos com quadros e militantes e, por último, reuniram-se na minha casa, no bairro do Bakongo, para discutirmos concretamente o lançamento de um movimento de contestação que relançasse a discussão no seio do MPLA. O projecto consistia na redacção de um apelo aos militantes e quadros (mais tarde conhecido por Apelo dos Dezanove), que deveria expor a situação do país e do movimento e apontar soluções. Com isso, pretendíamos: a captação dos militantes no exterior, muitos deles afastados voluntariamente ou empurrados pela direcção; a realização de um Congresso do MPLA, donde saíssem novas políticas e novos métodos democráticos e caminhos para uma estratégia adequada à complexa situação nacional e internacional; tirar o movimento da crise que atravessava e torna-lo numa forte organização política e militar. (PIMENTA, 2006, p.110)

Como fica claro no trecho acima, o carácter da “Revolta Activa” tinha uma característica de se reformar as bases do MPLA, não se prevendo em nenhum ponto a ruptura com o movimento. Com os fatos do 25 de Abril em Portugal, alguns acontecimentos prejudicaram o andamento do movimento de contestação no seio do MPLA.

Ironicamente, o 25 de Abril ajudou no refluxo da “Revolta Activa”, fazendo vários membros ou desistirem e voltarem a apoiar a direcção de Agostinho Neto, ou simplesmente deixarem para um momento mais oportuno a reforma prevista dentro do movimento, com vários desses membros se revoltando quando questionados sobre o refluxo do movimento da “Revolta Activa”, dizendo simplesmente que o momento não era propício:

Ora, o aparecimento do 25 de Abril veio colocar esta questão aos militantes: “A independência está à porta! Qual vai ser a minha atitude perante esta nova situação?” A maior parte dos quadros e da massa militante reagiu desta maneira: “Vamos aproveitar a ocasião!” Era outro o entendimento dos membros da Ravolta Activa, ou pelo menos o seu núcleo mais activista: “Vamos pôr o MPLA forte, resolvendo os seus males crónicos, para podermos avançar com mais segurança numa situação política e militar muito complexa e que tem muitas incógnitas!” Aí, os outros quadros do MPLA, que, semanas ou meses antes faziam cora ‘mudo’ conosco, passaram a insurgir-se contra a nossa atitude, dizendo apenas: “Este não é o momento

oportuno!” E Houve uma mudança radical de campo em que muitas vezes não foi alheio o oportunismo. Um oportunismo que era alimentado pelas próprias condições de servilismo que Agostinho Neto Criara. (PIMENTA, 2006, p.114)

Os reflexos da mudança que o 25 de Abril causou nas colônias, junto com a febre pela independência que foi mais do que capaz de refrear o movimento, serviu para a reafirmação de Agostinho Neto no poder, assumindo não só a presidência, mesmo sendo dois membros de correntes discordantes como seus vice-presidentes. Contando ainda com o apoio do PCP nas negociações em Portugal, Agostinho Neto foi aos poucos recuperando o controle do próprio MPLA, além de ganhar tempo para reestruturá-lo, ao menos em parte, no que diz militarmente com um grande apoio da URSS, que apoiou militarmente o MPLA na região, para então se fazer frente a FNLA, que era o movimento mais forte militarmente. (PIMENTA, 2006, p.112)

Diferente da situação que se encontrava antes do 25 de Abril, com a guerrilha totalmente paralisada, a liderança de Agostinho Neto estava fortemente abalada e ainda desacreditada no exterior. O momento em que a “Revolta Activa” poderia ter mais sucesso, obtendo apoio de militantes, foi barrado pelo próprio 25 de Abril, mesmo com toda a divulgação feita acerca dessa revolta, com publicações em vários países da Europa, traduzido ainda para o inglês, francês e distribuído em órgãos de imprensa. O movimento acabou sendo abafado, nas páginas do *Avante*, por exemplo. Não se tem nenhuma menção ao movimento da “Revolta Activa”, mas isso já se deveu às prioridades dadas ao PCP, que não interessavam em criar atrito com o MPLA, mas sim, mais do que nunca, ganhar apoio na causa colonial para ser eleito em Angola.

Obviamente que o MPLA e a FNLA rejeitaram a proposta, a questão em Angola ainda era delicada, seja com o MPLA que já vinha com seus problemas internos, mesmo sendo o movimento mais forte politicamente em Angola, mas sendo até então inferior militarmente a FNLA. Assim as negociações para o cessar-fogo continuaram:

A formalização de um acordo de cessar-fogo com a FNLA surgiu na sequência de contactos estabelecidos, em Kinshasa, entre uma delegação portuguesa e o presidente do movimento, Holden Roberto. Estas conversações – que decorreram sob o patrocínio do presidente zairese Mobuto – conluíram-se, em 12 de Outubro de 1974, com um acordo de cessação de hostilidades que produziria efeitos a partir de 15 de outubro.

O acordo final com o MPLA foi compreensivelmente, mais complexo, porque teve de ser precedido por um entendimento entre as três tendências existentes no movimento. Esse entendimento, marcado pela fragilidade, tomaria forma, em 3 de Setembro de 1974, em Brazzaville, durante um encontro dos chefes das três alas do MPLA. Agostinho Neto continuaria como presidente, tendo os outros dois líderes de tendência, Joaquim Pinto de Andrade e Daniel Chipenda como vice-presidentes. Com este acordo, ficava Agostinho Neto em condições de se apresentar perante o Estado Português como interlocutor do MPLA.

Só a 21 de Outubro, porém, foi possível levar a cabo um encontro formal, na região do Moxico, entre uma delegação portuguesa presidida pelo Comodoro Leonel Cardoso e outro, do MPLA, presidida por Agostinho Neto. Ao fim de algumas horas de conversações, as duas delegações acordaram o estabelecimento para um cessar-fogo, formalizando, assim, uma situação já existente, na prática, desde o final de Julho. (MARTELO, 2001, p.167-168)

Em relação a Moçambique a Lei 7/74 e o discurso do general Spínola tiveram boa aceitação, acarretando a estabilização de uma situação mais amena e o começo da normalização da hierarquia militar. Em 30 de Julho, o ministro Melo Antunes entrou em contato com a FRELIMO em Dar-es-Salam⁶⁰, para a verificação da aceitação das novas medidas do Governo, além de outras questões como a preocupação com a África do Sul e a intervenção da mesma em território moçambicana. Melo Antunes ainda defendeu o secretismo da reunião, longe da imprensa, que a seu ver poderia prejudicar o andamento das negociações, justificando aí o encontro secreto, seja pela preocupação de intervenção externa, ou no vazamento de informações do Governo. (MARTELO, 2001; BORLA; SILVA; CARDOSO, 2000)

Em 31 de Julho, coincidindo com a reunião de Melo Antunes com a FRELIMO o incidente do Rádio Clube de Moçambique:

Explorando habilmente o clima resultante de notícias incorrectas difundidas, em 31 de Julho, pelo Rádio Clube de Moçambique, segundo as quais se chegara a um acordo de cessar-fogo, um grupo de guerrilheiros da FRELIMO, através de palavras lançadas por um megafone, atrai à pista de aviação, para conversações,

⁶⁰ David Martelo tem uma abordagem que o diferencia dos demais autores, ele é um dos únicos que estuda a crise instaurada até o cessar-fogo nas colônias, partindo de discursos do próprio governo e dos membros do MFA, como Melo Antunes e Otelo Saraiva, além das obras de Spínola. O autor defende em seu livro que a abordagem de Spínola se mostrou até mesmo contrária a sua interpretação do problema em seu livro *Portugal e o Futuro*, que reconhece o direito a determinação e a independência das colônias, mesmo que se tenha o problema do federalismo colocado por Spínola, que é nesse ponto que os demais autores já abordados formam a crítica sobre um projeto neocolonialista por parte de Spínola.

o alferes miliciano (do recrutamento local) que comandava interinamente a unidade e, posteriormente, a maior parte dos efectivos da companhia. Aparentemente, todos se encontram desarmados. Todavia, quando no interior do quartel já só se encontra o pessoal de guarda, uma força armada de cerca de cem guerrilheiros penetra no aquartelamento por uma porta das traseiras, rapidamente dominando o pouco pessoal presente. Logo em seguida, uma outra força, que permanecera escondida, cerca a companhia na pista de aviação. Os militares da companhia são então, conduzidos para a Tanzânia, sendo o acontecimento imediatamente comunicado a Dar-se-Salem, a tempo de ser utilizado como forma de pressão perante a delegação portuguesa aí presente. (MARTELO, 2001, p.171)

Apesar do incidente, as negociações continuaram. Na volta de Melo Antunes, conjuntamente com a Comissão Nacional de Descolonização e o Presidente Spínola, fez o parecer positivo das negociações. No entanto, na reunião do dia 15 de Agosto da delegação portuguesa com a FRELIMO, ficou claro o receio com a figura de Spínola que gerou desconfiança:

Nessa reunião, foi patente, para a delegação português, que a figura de Spínola ainda inspirava sérios receios à FRELIMO (...). Por outro lado, a situação moçambicana apresentava, relativamente a Angola e à Guiné, a peculiaridade de ser muito sentida a proximidade física de dois Estados – Rodésia e África do Sul – cujos regimes de minoria branca não deixariam de favorecer as correntes políticas de feição mais conservadora. O resultado dessas desconfianças era a recusa, pela FRELIMO, de m período de transição longo, como pretendia a parte portuguesa. (MARTELO, 2001, p.172)

Ainda assim, o acordo em 7 de setembro de 1974, contando com a presença de dos ministros envolvidos nas conversações anteriores, juntamente com o futuro Alto-Comissário de Moçambique, Vítor Crespo, pareceu fechar esse período de acordos para o cessar-fogo, o acordo foi assinado e entrou em vigor em 8 de Setembro de 1974. (REZOLA, 2006, p.44)

Agora voltemos às páginas do *Avante* de Agosto até Setembro de 1974 e acompanhemos novamente o que era divulgado no jornal, que não muda em nada o que diz respeito à atitude do Governo em relação às colónias, nem mesmo em relação ao presidente Spínola.

Algumas comemorações foram feitas pelo cessar-fogo, várias delas organizadas pelo PCP, no Porto uma dessas comemorações conseguiu congrega, de acordo com o Partido, mais de quinze mil pessoas, comemorando o papel de vanguarda do PCP na luta contra o colonialismo, sendo lembrado desde os anos 60. No *Avante* é comum se encontrar as manchetes das edições mais antigas com as reportagens de capa que se referem à guerra colonial.

Nesse momento, o Partido veio a público praticamente dizendo que o reconhecimento da independência se devia quase que a um fator “espontâneo” da revolução, que o 25 de Abril tornou irreversível, sempre lembrando em um tom bem dramático as vidas perdidas e as cicatrizes deixadas pela guerra em ambos os lados:

... Lembrou o papel de vanguarda da classe operária e dos trabalhadores, associando a luta anticolonial às reivindicações mais sentidas do povo português durante à noite fascista. E lembrou ainda a heroica luta dos povos coloniais, sob a direção dos seus destacamentos de vanguarda, o PAIGC, a FRELIMO e o MPLA, e a acção conjugada das forças democráticas e o Movimento das Forças Armadas – que conduziram à situação que hoje alí essa enorme multidão... Terminara assim uma grandiosa jornada popular em que ficou expresso quanto respondeu aos anseios do nosso povo o reconhecimento do direito à independência dos povos das colónias portuguesas, que projectou para o presente a longa luta que se travou debaixo da repressão fascista e na qual o PCP teve o papel de vanguarda, e mostrou a determinação popular de apoiar todas as medidas que acelerem e concretizem o processo de descolonização em curso. (AVANTE, série VII n°12, p.04, 02/08/1974)

Nessa mudança do Governo Provisório, com a entrada de Vasco Gonçalves o PCP cada vez mais reafirmou as “razões para ter confiança” no Governo. Álvaro Cunhal conferiu uma entrevista ao *Avante*, em 9 de Agosto de 1974, reafirmando as propostas defendidas pelo PCP ao longo do período.

As colocações feitas por Cunhal giraram em torno de inúmeros pontos que, em suma, resumiram a situação de Portugal até o momento pela ótica do PCP. Entre esses pontos foram colocados à crise econômica, posta como uma herança do fascismo com os monopólios econômicos dominando a economia, além da própria guerra colonial que se mostrou uma das grandes sanguessugas das receitas públicas, e defendeu-se que, apesar do cessar-fogo, as despesas já adquiridas com equipamentos e o próprio exército na sua manutenção nas colônias, e que as futuras despesas que ainda viriam por conta

das independências ainda seriam sentidas pela população. Não sendo possível ainda ser sentido a redução dos gastos públicos pela delicadeza da situação. (CUNHAL, 1976, p.147)

As sabotagens econômicas de grandes grupos financeiros afetos de grupos reacionários foram criticadas como um dos grandes problemas que afetaram a economia portuguesa, as quais foram os responsáveis pela instabilidade não apenas política de Portugal, mas que também causaram focos de tensão entre a população e o Governo Provisório.

Cunhal ainda fez referência ao 27 de Julho, pela declaração do direito à independência das colônias, uma vitória que ele elenca pertencente ao PCP, pela sua tradição na luta anticolonial e, claro, também uma vitória para Portugal e os povos das colônias. Ainda foram ponderadas as diferenças específicas da particularidade que se deveria tratar a descolonização em cada colônia que requereria atitudes específicas por parte do Governo, a não ser o caso da Guiné que foi tomado como uma exceção, atentando a esse novo momento histórico:

Estamos quase no limiar de uma nova era histórica para Portugal. Livres os povos submetidos ao colonialismo português, Portugal poderá também, finalmente ser livre (...) Desejamos fazê-lo em estreita relação de amizade e cooperação com os povos libertados do colonialismo português. Trabalharemos para enterrar na história os ódios e desconfianças pela exploração colonial e por uma guerra injusta e para que, por cima de mares e continentes, possamos dar fraternalmente às mãos na construção do nosso futuro como países livres e iguais. (AVANTE, série VII, n°13, p.01, 09/08/1974)

Mais uma vez foi lembrada a importância de se consolidar as liberdades adquiridas com a revolução, Cunhal foi a público ainda defender o MFA, que foi criticado pela repressão à manifestação contra o próprio MFA, do que o Cunhal e o PCP

tomaram como injúrias aferidas ao MFA⁶¹, dizendo que estava havendo um abuso da liberdade de expressão:

Perguntamos entretanto: Poderá admitir-se que existindo hoje de facto como existem amplas liberdade, a liberdade de imprensa seja utilizada para insultar, caluniar e injuriar o Movimento das Forças Armadas, o Governo Provisório e os partidos democráticos, em tais termos que em cada página se praticam por escrito crimes qualificados? Poderá admitir-se que o direito de manifestação seja utilizado para levar a cabo acções de pura provocação contra o actual curso democrático da política portuguesa? Poderá admitir-se que fascistas e esquerdistas procurem conjuntamente ou paralelamente criar um clima de inquietação e desassossego, a falta de confiança que abra caminho a conspirações contra-revolucionárias? Os principais culpados das medidas referidas são aqueles que se recusaram a compreender a real situação portuguesa e querem em aliança com a reacção, sabotar, o curso da democratização. (AVANTE, série VII, n°13, p.01, 09/08/1974)

Qualquer semelhança com a santa inquisição julgando os infiéis na Idade Média e Moderna é mera coincidência para aqueles que cometiam a heresia de se criticar a boa vontade e pureza das intenções do MFA. O tom inquisidor do PCP, quando se tratava de criticar qualquer um que criticasse o Governo, seja de fato da reação ligados a grupos de extrema direita como o ELP (Exército de Libertação Português), envolvido em conspirações na tentativa de golpe de 11 de março de 1975, até mesmo os conselhos de fábricas que se opuseram a determinadas deliberações do Governo, o PCP incluiu esses grupos dentro de um mesmo movimento de esquerdistas ou reacionários, uma fórmula bastante conveniente para todos que se opusessem ao Governo independente das suas acções. (VARELA, 2011, p.198)

Apesar de, praticamente a maior parte do tempo, o PCP não elencar o que viria a ser de fato a tal reação desses grupos interessados em desestabilizar o regime democrático, fica claro que para o PCP o rumo tomado no 25 de Abril já era mais do que o suficiente e mudanças de ordem estrutural na sociedade não eram bem-vindas, na realidade eram até mesmo combatidas pelo partido.

⁶¹ Os ânimos em Portugal estavam bem exaltados nessa altura, com acusações já feitas pelo próprio PS de que o PCP estaria interessado em implementar uma ditadura do estilo soviético em Portugal. O PCP veio então a defender o MFA das acusações de repressões a greves e se defendeu das acusações de outros partidos, sempre dizendo que são acusações de setores vinculados a uma política anticomunista, visando prejudicar o PCP, que o próprio partido se intitulava como o principal defensor das conquistas da revolução. (VARELA, 2011, p.198)

A questão colonial foi posta como a conquista que deveria ser salvaguarda ao conjunto das forças democráticas, com ressalvas a MFA e ao PCP. Dentro desse processo, o problema da descolonização, que era tido como uma obrigação começou a se tornar uma espécie de barganha política para comprovar a eficiência do novo regime que vinha se firmando. A questão colonial já deixou de ser uma obrigação pressuposta do Governo, já que foi a guerra colonial que acarretou o estopim para o derrube do regime fascista, agora ela já se apresentava como uma propaganda para o próprio Governo e as forças democráticas envolvidas na afirmação da nova ordem.

Apesar do avanço já tardio do reconhecimento da independência das colônias e a comemoração que vinha seguindo em torno do fato, o PCP veio ainda chamar a atenção para a continuidade das negociações, tanto com a FRELIMO quanto com o MPLA e mais uma vez cobrar medidas a serem tomadas pela onda de violência que as colônias vêm passando:

É no ambiente incerto das questões ainda pendentes que o colonialismo e às forças mais reacionárias procuram encontrar campo para as suas manobras, para as confrontações violentas que lhes sirvam de argumento contra o rápido avanço do processo de descolonização. Para cortar tais manobras pode grandemente contribuir como a têm provado os últimos acontecimentos, o reforço e alargamento dos contactos a vários níveis, com os movimentos de libertação representativos dos respectivos povos (...) Na actual fase tem-se vindo igualmente destacar a importância de alargamento e cooperação de Portugal com a ONU e o interesse que teria o estabelecimento de contactos com as várias organizações internacionais interessadas no movimento de libertação africano como a OUA. (AVANTE, série VII, n°15, p.02, 23/08/1974)

A importância do apoio internacional que órgãos, como a ONU (Organização das Nações Unidas), vinha dando ao processo de descolonização e a reaproximação de Portugal do órgão foi bem colocada como peça importante para a garantia do apoio internacional à descolonização e também aos movimentos de libertação africanos afetos do PCP especificamente. (MAXWELL, 2006; SECCO, 2004)

No dia 30 de Agosto, o *Avante* publicou o reconhecimento do Governo da independência da Guiné-Bissau, que já havia se declarado independente bem antes, já em 1973. Agora com o reconhecimento da independência na Guiné, o PCP começou as saudosas comemorações que foram até o final de Setembro celebrando esse fato

histórico, o reconhecimento das independências e o caminho que agora se poria para finalmente liquidar o colonialismo.

As saudações do PCP, no geral, foram em tom de apologia, em uma linguagem que chegava a ser hagiográfica, que no decorrer dos fatos colocaremos mais explicitamente. O importante de se tratar nesse momento é que o PCP colocou o reconhecimento da independência da Guiné como o primeiro fato concreto da política de descolonização marcada para 10 de setembro, reconhecendo o PAIGC como o legítimo representante da Guiné o novo país que se formaria.

Os louros da vitória agora começaram ser colhidos, postos como fruto do apoio do povo português. O sólido apoio do MFA e a atuação do PCP apoiando a luta ao longo de sua trajetória, atuação através da mobilização popular pelo fim da guerra e pelas negociações. Ainda é colocado o clima festivo que o reconhecimento gerou, exaltando-se as confraternizações entre o exército português e o PAIGC, sem nunca se esquecer de ressaltar o vanguardismo do PCP, nessa longa empreitada que levou a independência. No *Avante* ainda foi feita uma espécie de retrospectiva apresentando as tiragens mais antigas do jornal e mostrando as reportagens de capa referentes à guerra colonial.

Adentrando o mês de Setembro, os problemas envolvendo questões relacionadas às colônias foram colocados em questão, sem muita reflexão, na maior parte do tempo, só com notícias mais rápidas como, por exemplo, conflitos os quais o exército vinha a intervir. Muitas vezes esses conflitos se davam em Angola, onde o PCP colocou o foco dos problemas em setores racistas interessados em incitar a violência. Notícias também foram postas sobre a retomada das negociações com a FRELIMO, que após a declaração da independência da Guiné se tornou possível a retomada do processo.

O PCP ressaltou, nesse momento em que a descolonização dava novos passos a sua fidelidade ao programa do partido, mais especificamente ao texto programático do partido escrito por Álvaro Cunhal, o *Rumo à Vitória*, de 1965, o qual o capítulo VI é exatamente sobre o reconhecimento das colônias à independência e à autodeterminação, onde foi reconhecido o direito de se rebelar mesmo através do uso de armas. O PCP reforçou a ideia do seguimento estrito ao programa do partido e de sua fidelidade desde o início da revolução a seus valores, dentre eles reforçar os laços de amizade com os povos das colônias, reforçando sempre a aliança do povo com as Forças Armadas,

referindo-se sempre como a parte mais progressista da sociedade portuguesa que sempre esteve à frente como vanguarda, especialmente em questões como a defesa das colônias pelo seu direito à independência. (CUNHAL, 1974, p.112)

Os acordos do Governo com a FRELIMO que foram secretos discutidos em Argel foram colocados como fundamentais para o estabelecimento de laços entre Portugal e Moçambique, colocados como atendendo a interesses mútuos das nações que colaboraram no intercâmbio cultural e econômico entre os dois países, deixando-se claro um dos pontos do acordo que implicava em não intervenção em questões internas.

Alguns dos problemas das colônias foram postos, mesmo que de forma superficial, sem muitas informações, no entanto, o projeto de descolonização começou a dar seus primeiros passos. O PCP nunca se esqueceu de celebrar a grande viragem da questão que tanto já tinha desgastado e ainda vai desgastaria o Governo.

Dentre alguns dos heróis que foram eleitos estandartes da revolução, o PCP elegeu, no caso da Guiné, Amílcar Cabral, colocado como um dos mártires da revolução. Nas palavras do *Avante*: “inimigo irreconciliável do colonialismo português e amigo do povo português”. A trajetória de luta do PAIGC foi disposta sempre associada à imagem de Amílcar Cabral, colocando-se algumas citações de apoio à luta pela independência, luta contra o fascismo e o reconhecimento de igualdade entre os povos. Inserindo-se assim sempre a similaridade de ideias que uniram os povos de Portugal com o das colônias:

Através da nossa luta de libertação nós contribuímos, eficazmente para a queda do fascismo português e damos ao povo de Portugal a melhor prova da nossa solidariedade. Este facto é motivo de orgulho para o nosso povo, que espera do povo português a mesma solidariedade, pelo reforço da luta contra o fascismo.

(“Guiné e Cabo Verde face ao colonialismo português”)

(AVANTE, série VII, p.05, 06/09/1974)

As edições do *Avante* mais do que nunca reforçaram a ideia de convergência de objetivos com a descolonização e com os movimentos de libertação, a ideia de que apoiar a independência das colônias era apoiar por consequência os movimentos de libertação. Enfatizando esse ponto e sem nunca esquecer o esforço feito pelo próprio governo e do MFA que tornaram possível esse novo “momento histórico” sempre

lembrado pelo PCP, que só em outubro, após a queda de Spínola é que o PCP foi a público criticar as ações desse mesmo governo que tanto ajudou na questão da descolonização.

No dia 5 de Setembro, as negociações foram retomadas com a FRELIMO em Lusaka, o PCP colocou suas expectativas em torno do acordo que vinha a gerar o tão desejado cessar-fogo. Para tanto, o PCP se lembrou da necessidade de supressão de manobras colonialistas, lembrando os conflitos em António Enis e Nampula, associados a setores ligados ao colonialismo.

O PCP lembrou bem de que em grande parte de Moçambique já se havia um cessar-fogo proveniente de acordos unilaterais do próprio MFA-Moçambique e, apesar de o *Avante* não colocar, foram acordos feitos à revelia das ordens dadas pelo Governo. (MARTELO, 2001; BORLA; CARDOSO; RODRIGUES, 1979)

O PCP ainda sugeriu que para se controlar a situação era necessário fazer maiores contatos entre o exército e os guerrilheiros, a fim de garantir a proteção da população dos ataques racistas providos por esses setores colonialistas.

No dia 13 de Setembro, o *Avante* publicou a concretização do acordo de Lusaka, no qual foram previstos 19 pontos para o cessar-fogo e o prosseguimento da descolonização. Esse acordo foi firmado em 8 de Setembro de 1974. Dos 19 pontos firmados no acordo, o *Avante* destacou especialmente 3 deles: o reconhecimento da FRELIMO como legítimo representante do povo de Moçambique, os direitos salvaguardados dos portugueses residentes e o próprio cessar-fogo.

A exaltação do Governo Provisório pela forma “sincera e responsável” pela qual veio lidando com a questão da descolonização sempre foi lembrada. Nesse período, o PCP ainda recebeu delegações do PAIGC, compostas por Pedro Pires, Victor Saúde e Octávio Pato, para conversas a portas fechadas com o Comitê Central do Partido.

No meio dessas comemorações, o PCP lembrou que a situação ainda não estava estável, comentando fatos como a ocupação do Rádio Clube de Moçambique, colocado como um atentado à democracia portuguesa, cobrando-se do novo eleito a Alto Comissário de Moçambique e membro do MFA, Vítor Crespo, atitudes para conter os conflitos que, de acordo com o partido, eram promovidos por pessoas ligadas ao fascismo, mesmo antigos membros da PIDE estavam envolvidos nos ataques. O PCP

ainda lembrou que, para a continuidade da democratização de Portugal, era extremamente necessária a necessidade da descolonização, convocando a população para se posicionar contra atitudes de membros fascistas que estavam interessados em prejudicar o processo da descolonização.

O apoio popular cedido ao MFA, seja nas colônias, seja na metrópole, foi repetitivamente comentado e saudado pelo PCP. Uma clara maneira de sempre reforçar a ideia de que o MFA era aquele que não apenas fez a revolução, mas também era aquele o responsável por continuá-la, construiu-se a ideia do MFA como motor da revolução, uma ideia que o próprio PCP construiu e defendeu desde os primeiros dias da revolução. (CUNHAL, 1976; GIL, 1974)

O PCP ainda comentou vários dos avanços dos acordos, como a presença de mais de dois terços do Governo de Transição serem compostos por ministros da FRELIMO, a data marcada para a independência fixada para 25 de junho de 1975, sempre reforçando a ideia do vanguardismo do PCP na frente para a luta contra o colonialismo. Outros pontos do acordo eram em torno do compromisso que a FRELIMO assumia em eliminar as causas das divisões entre grupos étnicos, lutando contra o racismo. Alguns dos trechos foram publicados pelo *Avante*:

- “O povo moçambicano quer viver em paz. O nosso povo quer governar-se a si mesmo, escolhendo ele próprio os seus dirigentes quer elevar o seu nível de vida e construir ele próprio a sua economia. O nosso povo quer igualdade nas relações sociais e económicas. Quer seguir e desenvolver sua cultura. O nosso povo quer viver num Moçambique independente, próspero, evoluído e democrático.”
- “A FRELIMO propõe-se eliminar todas as causas de divisão entre os diferentes grupos étnicos moçambicanos; construir a nação moçambicana na base da igualdade de todos os moçambicanos e do respeito pelas particularidades nacionais.” (Do programa)
- “O Estado português e a Frente de Libertação de Moçambique comprometem-se a agir conjuntamente em defesa da integridade do território de Moçambique, contra qualquer agressão.”
- “O Estado português e a Frente de Libertação de Moçambique, que no seu combate sempre soube distinguir o deposto regime colonialista do povo português, desenvolverão os seus esforços a fim de lançar as bases dum cooperação fecunda, fraterna e harmônica entre Portugal e Moçambique. (AVANTE, série VII, p.02, 13/09/1974)

Apesar da desconfiança e desgaste do governo pela demora no reconhecimento da independência das colônias e do atrito que isso acarretou dentro do próprio governo, o avanço inevitável na questão não deixou de ser comemorado como um passo inevitável para o fim do colonialismo, colocado sempre como uma vitória do povo português, mostrado muitas vezes como indo de encontro aos anseios dos povos das colônias, quase como nações irmãs que deram as mãos depois de um período conturbado. (MARTELO, 2001, VARELA, 2011)

O *Avante* sempre colocou a questão da aproximação de objetivos com os movimentos de libertação como uma condição de patriotismo inerente ao apoio à descolonização, mais do que isso como um dever moral de uma nação que deveria reparar um erro histórico, mesmo que grande parte do desgaste na reparação desse erro tenha provindo do próprio governo, algo que provavelmente já é sabido pelo PCP, mas taticamente deixando de lado.

A Guiné, por ser um caso diferente, foi a primeira colônia a ter a independência reconhecida e já com a situação controlada. Começaram as comemorações para o PAIGC, as saudações do PCP foram em tom de extrema apologia. (MAXWELL, 2006, PINTO, 2001)

As medidas tomadas na Guiné, no que dizem respeito a eventos culturais, foram colocadas nas páginas do *Avante* como, por exemplo, as rádios que passaram a tocar músicas africanas ao invés das europeias. Colocou-se a formação de base feita junto à população por parte do PAIGC, com uma linguagem mais acessível, que permitia a interação da população com o movimento para se lutar contra o colonialismo.

O uso da estrutura colonial também foi comentado, com o uso dos quartéis que agora dariam lugar a escolas para o povo, um sistema de ensino que voltado para a cultura nacional, transcendendo as culturas tribais:

Mas sua missão consiste agora em contribuir para o advento de uma autêntica cultura nacional que, transcenda as velhas culturas africanas locais, seja uma síntese dos seus valores permanentes. Foi com entusiasmo que Lilica Boal, a grande educadora guineense, directora do Instituto da Amizade, falou ao “Avante!” dos projectos concebidos durante a longa noite da guerra. A existência de dezenas de quartéis portugueses em pequenas aldeias do interior veio, inesperadamente, proporcionar à nova República uma infra-estrutura que

facilitará o êxito dos programas de alfabetização integral ao serviço de uma mudança revolucionária da sociedade. (AVANTE, série VII, p.08, 20/09/1974)

Nas páginas do *Avante* ainda foram tratadas questões referentes ao papel unificador que a língua portuguesa teve em um mundo tão heterogêneo, muitas vezes, em uma linguagem teleológica. O PCP colocou praticamente a África em seu conjunto como cultura, no ponto de vista da heterogeneidade de sociedades quase que como vivendo em um período sombrio e sem esclarecimento antes da chegada dos revolucionários que trouxeram ordem a um mundo de desordem. O que se caracterizava era uma celebração da entrada em um mundo capitalista, onde os movimentos de libertação, quase como enviados divinos que chegaram para salvar o povo de sua ignorância.

Um etapismo foi posto, em uma evolução de fatores que caracterizava a emergência desses movimentos de libertação, que foram colocados como a evolução da sociedade, no caminho para um socialismo, se libertando das amarras de um mundo conservador e estático. Na apologia feita pelo PCP muitas vezes se revelaram vários preconceitos que não eram tão evidentes sobre a África, seja no detrimento da cultura e simplificação da mesma em benefício de uma ideologia defendida a unhas e dentes que totalizavam o pensamento e não deixavam espaço à reflexão:

A agricultura de subsistência autárquica e o universo estático da tribo não continham germes revolucionários, mas não ofereciam resistência à penetração da ideologia revolucionária.

A guerra de libertação mudou tudo. Com mais facilidade entre as etnias onde a família era o núcleo fundamental da organização social; com maior dificuldade entre as etnias, islamizadas em cujo seio a religião funcionou como instrumento de preservação de uma sociedade de classes com uma rigidez quase feudal.

Poderia talvez dizer-se que o PAIGC ganhou a guerra antes mesmo de disputar a vitória nos campos de batalha. Venceu-a dia à dia, a partir de 60, no silêncio das tabancas, onde seus militantes lutavam contra um mundo cultural em desagregação. Amílcar Cabral e seus camaradas agiram com uma paciência infinita. Eles sabiam que as chefias ligadas ao colonialismo estavam condenadas. Não precisavam sequer eliminar os conselhos dos anciões, “dos homens grandes”. O prestígio perdido pelos partidários da capitulação foi conquistado pelos jovens rebeldes. Os “comités” de base das tabancas competiram vitoriosamente com as hierarquias obsoletas.

Nesse processo catalizador, a tribo, como entidade superior o intangível, identificável com as origens e o destino da comunidade, desmoronou-se pouco a pouco. Em seu lugar, como símbolos muito mais amplos e dinâmicos de uma unidade nacional antes desconhecida, surgiram o Exército, a Língua, o Partido Revolucionário.

É ainda muito cedo para uma abordagem científica, mesmo superficial, do papel desempenhado pelo PAIGC como instrumento transformador de sociedades tribais heterogêneas numa sociedade nacional de vocação revolucionária. (AVANTE, série VII, p.08, 20/09/1974)

A atuação do PCP no período que situou entre os dois primeiros Governos Provisórios de Maio a Setembro de 1974 era caracterizada por um posicionamento mediador entre tensões e conflitos sociais. Dentro do Governo, o PCP funcionava como agente, institucionalizando e verticalizando as lutas sociais, se opondo às greves e tomando conta dos sindicatos, se opondo a organizações autônomas de trabalhadores, pelo viés institucional. O PCP foi lapidando lutas autônomas que se opuseram ao novo governo em formação.

Na questão relacionada ao problema colonial, o PCP vinha poupando o Governo e o MFA de críticas, colocando sempre inimigos externos como vetores da desordem, como monopólios e fascistas afetos do antigo regime deposto. Assim havia uma preservação do Governo que sob a presidência de Spínola que em nenhum momento foi criticado abertamente, mesmo com os problemas gerados pelo próprio governo que era um dos principais responsáveis pela degradação da questão colonial dentro do Governo, em um primeiro momento se recusando a reconhecer os movimentos de libertação, ou mesmo o direito à independência e à autodeterminação.

As polêmicas postas pelo Governo e o atrito com os movimentos de libertação foram postos como simples desacordos em como se chegar a um fim que supostamente era comum a ambos. No entanto, o próprio Governo Provisório sob a intervenção de Spínola foi aquele que dificultou o processo de descolonização, através de manobras que visavam ganhar tempo, como por exemplo, usar uma suposta via democrática que no fundo representava uma forma em não reconhecer a independência das colônias, prolongando o conflito e desgastando o próprio Governo.

As polêmicas envolvendo os acordos para o cessar-fogo que só em Julho encontrariam uma saída depois do reconhecimento da independência e da autodeterminação dos povos é que viria a abrir um caminho para um acordo. O PCP desde o início pode ter apoiado o direito à independência e à autodeterminação dos povos, mas ao mesmo tempo isentou o próprio governo da relutância em reconhecer o direito de independência e autodeterminação, sempre colocando o impasse como o fruto de discordâncias em relação ao meio para se chegar até as independências e não no reconhecimento das mesmas.

Raquel Varela (2011) coloca um ponto importante, onde ela defende que o PCP para preservar a estabilidade das relações internas em Portugal abriu mão de aspectos de sua política externa, em grande parte isso realmente aconteceu. No entanto, o PCP acaba se situando em paralelos em relação a questões que se tornam irreconciliáveis: de um lado o Governo que ainda reluta em ceder a dar o direito à independência agia contrariamente, dá continuidade ao conflito, aumentando ainda mais as baixas e as despesas com a guerra, colocando sempre o ônus no regime anterior e se ausentando de culpa em relação ao conflito, que foi posto como intransigência à boa vontade do Governo em negociar. De outro lado houve os movimentos de libertação que se recusaram a negociar, sem a premissa do reconhecimento dos próprios movimentos e do direito a independência e autodeterminação sem prévias condições.

Nesse ponto o PCP não poupou apenas o Governo Provisório, mas também omitiu inúmeros problemas dentro dos próprios movimentos de libertação, preservando assim seu apoio aos eleitos em África, o PAIGC, a FRELIMO e o MPLA. O Caso do MPLA foi o mais emblemático, o movimento que já vinha enfraquecido e dividido por tendências internas, que buscavam reformar o próprio movimento, acusado não apenas de corrupção como também de extrema verticalização de decisões por parte da direção e exclusão e perseguição de membros os quais se propunham a criticar, entre várias outros problemas. O próprio caso da invasão do Rádio Clube de Moçambique executada pela própria FRELIMO para pressionar as negociações entre os dias 7 e 8 de Setembro, que o PCP colocou como uma invasão de um grupo interessado em prejudicar as negociações, omitindo o fato de ser a própria frente a ter tomado tal atitude.

Dessa forma o PCP atuou em duas frentes, tentando sempre buscar afirmação e apoio a suas causas, muitas vezes independentemente das intenções daqueles que o

próprio PCP apoiava. A questão colonial, que deveria ser resolvida, não como uma forma de propaganda do Governo e do partido, mas sim como um pressuposto da própria justificativa da revolução, foi se tornando uma moeda de troca e auxilia na afirmação do próprio PCP dentro do Governo, já que o partido se autorreferiu como o principal representante das vozes dos povos coloniais pelo grito de liberdade. No que se refere aos “povos coloniais”, pode-se muito bem entender os movimentos de libertação e o apoio incondicional às suas direções, sempre se enaltecendo os mesmos e os isentando de qualquer crítica.

A questão colonial, assim, se tornou um dos fatores de prestígio frente à população por parte do PCP, no entanto, se aproveitando muito bem do secretismo das negociações e suas decisões que foram tomadas em gabinete, não havendo o tão esperado debate popular. O próprio PCP defendeu o secretismo das negociações, só se lembrando de chamar a atenção para o debate popular em momentos de convocar a população nas ruas para apoiar o fim da guerra.

O PCP ainda se valeu do prestígio e da tradição de luta, desde o período fascista, para se afirmar como o principal defensor da causa, usando o para o apoio à questão colonial seus contatos no exterior como a União Soviética, utilizando-a como apoiadora da causa, reforçando seu apoio internacional frente à causa com a população, aproveitando sua ausência, nesse primeiro momento, nas mesas de negociações com os movimentos de libertação, assim, pressionando quando conveniente e se omitindo também de acordo com a conveniência do momento. Dessa forma, o PCP se posicionou como o vértice que se dizia essencial, como mediador tanto para o Governo como para os movimentos de libertação, para o caminho que conduza a democracia e a paz.

Capítulo 03

Do 28 de Setembro às Independências Africanas

No decorrer dos acontecimentos, o andar da questão da descolonização finalmente se desenvolveu após a entrada de Vasco Gonçalves no Governo Provisório, e com o aumento do poder político que os ditos setores progressistas do MFA ganharam com o processo, por terem sido os mesmos a terem conseguido os acordos para o cessar-fogo, mesmo que contrariando as ordens do governo chefiado por Spínola, gerando os atritos elencados no capítulo anterior.

Algumas questões serão levantadas a partir de agora, como: de que maneira a saída de Spínola causou alterações no que dizia respeito à descolonização? Que transformações ocorreram no MFA? De alguma forma essas mudanças alteraram a relação com a descolonização? Qual o posicionamento do PCP em relação às modificações ocorridas: o partido continuaria sua política de apoio à aliança Povo-MFA ou, dentro desse processo, ocorreria mudanças que iriam alterar a posição do partido em relação à descolonização?

Inúmeras foram as questões que o 28 de Setembro e a tentativa de Spínola de tomar o poder levantaram, mas o importante, depois do golpe fracassado, foi o impulso para a esquerda que ocorreu dentro da revolução. Dessa forma, passaremos aos acontecimentos do 28 de Setembro.

O 28 de Setembro foi a tentativa de António Spínola tomar o poder de forma “legal”, ou seja, dentro das bases do novo processo democrático que vinha sendo formado em Portugal, desde a queda do fascismo. Spínola foi a público pedir o apoio da “maioria silenciosa” de Portugal, para salvar o país do caos econômico e da ingovernabilidade do governo, além de salvar o país da “ameaça comunista”, no caso o próprio PCP, já colocado como um agente dos soviéticos interessado em transformar Portugal em um país satélite da política de Moscou. (CUNHAL, 1999; MAXWELL, 2006; VARELA, 2011)

As tentativas já falhadas de dissolução do MFA, abordadas no capítulo anterior, conjuntamente ao fracasso de controle da questão colonial por Spínola, tendo sido denunciado por suas conspirações com grupos neocolonialistas, acarretaram uma oposição dentro do seio das forças armadas. A relativa autonomia que o MFA nas colônias adquiriu, imprimiu uma nova dinâmica ao processo de descolonização, indo no caminho oposto às deliberações do General presidente da república, ainda fazendo com que nomes desconhecidos da população ganhassem notoriedade, como o caso de Melo Antunes, Vitor Crespo e Otelo Saraiva⁶².

Álvaro Cunhal, em seu livro *A Verdade e a Mentira na Revolução de Abril*, escrito após a revolução, fez inúmeras colocações a respeito do caso de 28 de Setembro de 1974, que na época pelo calor dos acontecimentos e a grande tensão no governo não foram postos. Além de revelações de líderes partidários que só posteriormente vieram à tona.

Cunhal elencou as tentativas de Spínola assaltar o poder, partindo das tentativas de dissolução do MFA, como o documento *Hugo dos Santos*, que tentou devolver o MFA aos quartéis. As tentativas de dissolução do movimento em plenários, se baseando em atritos gerados pela questão colonial e a crise de hierarquia, mostrando gradualmente que os problemas que o governo vem tendo desde o 25 de Abril, apontavam para uma perspectiva que dissolveria o MFA e daria plenos poderes a Spínola para dissolver o MFA e instaurar uma ditadura militar com o apoio de partidos conservadores⁶³. (CUNHAL, 1999, p.140)

Assim o golpe apoiado pela “maioria silenciosa” foi colocado como um projeto lentamente construído e embasado desde a renúncia de Palma Carlos, no I Governo Provisório. Cunhal ainda colocou as movimentações para o golpe, como os panfletos de 30 de Agosto, dando todo apoio ao presidente no governo e defendendo a saída dos

⁶² Melo Antunes, como já foi dito, foi o redator do documento do MFA antes do golpe, foi ele o responsável pelos acordos de cessar-fogo tanto em Moçambique como em Angola, ambos os esforços frustrados sob a tentativa de Spínola de coordenar o processo dos acordos (MARTELO, 2001, p.147). No caso de Vitor Crespo, ele foi o responsável pela não penetração sul-africana dentro do território moçambicano, mantendo o controle do território nas mãos da FRELIMO durante o período de transição. (MAXWELL, 2006, p.178). Otelo Saraiva foi o Segundo Comandante do COPCOM, no qual passou à chefia depois que Costa Gomes assumiu a presidência, no entanto, só em Junho de 1975 que Saraiva foi empossado no cargo devidamente. (REZOLA, 2006, p.220)

⁶³ No caso Spínola, ele se apoiou em setores conservadores como o Partido Liberal, o Partido Democrático Cristão e o próprio ELP. Depois da tentativa de golpe o ELP e os demais partidos citados, além de proibidos em Portugal, foram se refugiar em território espanhol. (CERVELLÓ, 1994, p.10)

comunistas. O comunicado de Spínola em 10 de Setembro veio para afirmar a ingovernabilidade nos padrões atuais, criticando a atuação de “partidos não interessados na verdadeira democracia”. (CUNHAL, 1999, p.142-143)

Cunhal colocou alguns pontos que Spínola se basearia na tentativa de tomada do poder pela via legal, as bases para o apoio seriam tidas em inúmeros setores, fossem militares, políticos, civis, coloniais:

O plano foi cuidadosamente definido e calendarizado, fazendo convergir, na acção final, todas as frentes em movimento: a militar, a económica, a social, a político-partidária, a ideológica, a propagandística e a colonial, sem esquecer acções de provocação desestabilizadoras, como o motim dos Pides na penitenciária de Lisboa e a libertação de dirigentes fascistas.

Na frente militar, falhada a tentativa de alcançar o poder absoluto através de uma dinâmica interna nas Forças Armadas (Buçaco, campanha de assinaturas, assalto spinolista ao Plenário do MFA), mantêm-se e procuram reforçar-se posições e apoios (...) Na frente política – com apoios públicos ou reservados do PPD e do CDS, forma-se um partido clandestino, de ex-pides e ex-legionários – o Partido Nacionalista Português. (CUNHAL, 1999, p.143)

A formação dessas frentes de apoio ao golpe contribuiu para o clima de instabilidade, além do apoio em sabotagens económicas, como o grupo Champalimaud e o Espírito Santo que chegaram a oferecer apoio económico em público, no caso do apoio a manifestação da “maioria silenciosa” para a revolução. Além da propaganda anticomunista que já estava em andamento. (Varela, 2011, p.110)

Spínola, no dia 27 de Setembro de 1974, chegou a dar um ultimato ao MFA, apresentando a situação de caos económico do país, além de já contar com o sucesso da manifestação de apoio no dia seguinte:

Precisamente no dia 27 de Setembro, Spínola, Presidente da República, convocou para Belém uma reunião do Conselho de Ministros. É o ultimato.

Apresenta a situação do país como de caos e desordem, anarquia, ruína da economia.

Acusa o Governo de responsável pela situação. Acusa o PCP de “ não ser um partido nacional” e não corresponder portanto a uma condição para ser admitido na vida democrática. Acusa concretamente o PCP de provocar a “terra queimada”, de preparar o assalto ao poder, e naturalmente de se querer opor à

manifestação “legal”, prevista para o dia seguinte, o dia 28. E aponta diretamente o Primeiro Ministro, Vasco Gonçalves, de responsável pela situação.

Exige medidas imediatas contra actuações contrárias à manifestação da “maioria silenciosa”, o controlo imediato da comunicação social, nomeadamente da RTP, Emissora Nacional e imprensa diária (...). Se o Governo não tomasse tais medidas, ele próprio, como Presidente da República, teria de tomá-las, respondendo ao apelo que todo o país lhe estava a ser feito, para “salvar o país”. (CUNHAL, 1999, p.149-150)

A manifestação de 28 de Setembro, no final, acabou por ser boicotada. O próprio MFA se opôs à manifestação, além do próprio PCP que se organizou ativamente para o boicote da manifestação da reacção. O PCP emitiu inúmeros comunicados denunciando a tentativa de golpe, o próprio *Avante* lançou no editorial uma convocação a toda a população e aos partidos da extrema-esquerda para lutar, cobrou também uma posição do MFA, além de organizar barricadas para barrar a manifestação e de contar ainda com a greve dos ferroviários que se dispuseram a boicotar os meios de transporte para impedir o acesso da manifestação a Lisboa. (VARELA, 2001, p.112)

Spínola acabou por renunciar no dia 30 de Setembro, então Costa Gomes⁶⁴ assumiu a presidência. O ponto a ser observado aqui é se com a saída de Spínola, após a tentativa de golpe frustrada, o processo de descolonização seria tomado como uma via irreversível pelo novo Governo, ou se no interior do Governo ainda existiriam forças para se opor ao processo.

Dentro do MFA, vários dos postos chaves da descolonização como, por exemplo, o alto-comissário de Angola, que era Rosa Coutinho e o alto-comissário em Moçambique que era Vitor Crespo, pertenciam a setores que se opunham a Spínola. Após o 28 de Setembro, o caminho traçado para a concretização do processo de descolonização foi colocado como irreversível. (RODRIGUES;BORLA;CARDOSO, 1979, p.53; REZOLA, 2006, p.38)

Após a saída de Spínola, o MFA foi a público assegurar a continuidade do processo democrático e confirmar o processo de descolonização, além da garantia da realização das eleições para a assembleia da república, inicialmente previstas para o mês de Março de 1975.

⁶⁴ Até então Costa Gomes era o comandante do COPCOM, como o presidente acumula o cargo de comandante do EMGFA (Estado Maior General das Forças Armadas).

Nas páginas do *Avante*, no mês de Outubro, a saída de Spínola foi noticiada e o aumento do prestígio do MFA não deixou de ser exaltado, abrindo a possibilidade para um novo governo verdadeiramente democrático que poderia ter sido formado e que assegurasse o processo de descolonização.

A ideia defendida pelo PCP, que começou a tomar forma, era a do socialismo que vinha se construindo em Portugal. Para o partido, Portugal estava no caminho do socialismo, para que tal meta fosse efetivada, a descolonização era parte essencial para a concretização dessa nova sociedade que estava se formando. A saída de Spínola foi exatamente o momento no qual o PCP vai afirmar esse novo caminho que se seguiu nos meses finais de 1974.

Para confirmar esse novo processo que estava se constituindo, o *Avante*⁶⁵ fez suas colocações acerca do novo governo que se formou pela derrota da reação, possibilitando uma maior coesão das forças democráticas e uma maior unidade para se governar. As manifestações de apoio contra a reação foram saudadas pelo apelo às liberdades democráticas, além da participação efetiva dos partidos políticos defendida, principalmente o PCP, PS e o MDP, além do próprio MFA:

Uma dura prova está vivendo o nosso povo. Uma vasta e bem organizada acção contra-revolucionária foi desencadeada pelas forças da reação e do fascismo, visando as forças democráticas o movimento das Forças Armadas, destruindo o processo democrático e a descolonização, atentando contra o Governo Provisório e abrindo caminho ao regresso do fascismo (...)

A adesão geral do povo aos apelos do Partido Comunista Português, do Partido Socialista e do MDP foi sinal evidente de como as massas populares entenderam o significado da manifestação contra-revolucionária (...) compreenderam a importância da cooperação com as Forças Armadas (...)

A lição que há de tirar dessa vitória já alcançada é de que é determinante a unidade das massas trabalhadoras, das forças antifascistas e democráticas e aliança com o MFA (...) pela aplicação das medidas económicas em defesa das massas trabalhadoras, pela continuação e aceleração do processo de descolonização [...]. (AVANTE, série VII, p.04, 04/10/1974)

O trecho acima citado se tornou extremamente esclarecedor no processo que segue rumo à descolonização, acelerar o processo o mais rápido possível, evitando

⁶⁵ *Avante*, série VII, p.01, 04/10/1974

maiores interferências, tanto externas quanto internas, buscando antever novas tentativas de se prejudicar o processo.

Com a derrota do golpe de 28 de Setembro⁶⁶ e a afirmação desse processo de descolonização que não poderia ser parado, o *Avante* trouxe os frutos desse trabalho com os resultados já ditos históricos⁶⁷ da descolonização:

Assim como foram obtidos resultados importantes na democratização da vida do País, também foram obtidos resultados históricos na descolonização.

Hoje existem o Estado da Guiné-Bissau independente livre, com boas relações de amizade com o Estado português, e o Governo transitório em Moçambique já com a FRELIMO a independência total de Moçambique em um espaço relativamente curto. Trata-se de resultados importantes na descolonização, o que não quer dizer que não haja ainda dificuldades sérias no prosseguimento desse caminho, particularmente no que respeita a Angola (...)

Sabe-se que uma das razões da demissão do general Spínola foi a sua dificuldade em acompanhar o processo de democratização e de descolonização. Ele teve um papel positivo antes do 25 de Abril, mesmo em certos momentos depois dessa data, mas tinha-se tornado um travão ao exercício das liberdades democráticas e ao processo de descolonização. Isto quer dizer que a saída desta crise política que acabamos de viver cria condições mais favoráveis também para a descolonização. (AVANTE, série VII, p.01, 11/10/1974)

Nas páginas do *Avante*, Álvaro Cunhal, em seu discurso, pontuou alguns elementos chaves para a continuidade do processo de descolonização: a não intervenção na política interna das antigas colônias, lembrando o direito à autodeterminação dos povos, no caso de Cabo Verde, por exemplo, a separação da Guiné⁶⁸ foi defendida pelos cabo-verdianos, questão na qual Cunhal frisou ser de interesse dos próprios cabo-verdianos a decisão não cabendo ao Governo português tomar quaisquer medidas a respeito.

O mesmo argumento foi utilizado em relação à continuidade do MFA-Guiné, que cabia exclusivamente à decisão das Forças Armadas, lembrando o papel decisivo que o MFA teve durante o golpe e a confiança depositada pelas forças democráticas no

⁶⁶ *Avante*, série VII, p. 01, 11/10/1974

⁶⁷ Discurso de Álvaro Cunhal publicado no *Avante*.

⁶⁸ Ferreira, 2001, p.421.

MFA. É importante ainda frisar que somente em Outubro que o PCP foi a público pela primeira vez fazer suas críticas ao governo de Spínola, colocando os benefícios de sua renúncia:

Nós não negamos o papel positivo que o general Spínola representou ainda no tempo da ditadura para o desenvolvimento do MFA para uma mais larga aceitação da ideia de uma solução política do problema colonial e para o 25 de Abril. Mas desde esta data, o general tinha mostrado a permanente vontade de restringir as liberdades e os direitos dos cidadãos, a tendência para centralizar em si o poder para refrear e fazer mesmo voltar para trás a democracia e descolonização, para instaurar uma ditadura pessoal e militar.

A sua renúncia ao cargo foi um grande e positivo acontecimento político. As estruturas do poder, embora ainda pesadas e complexas, ganharam em homogeneidade e capacidade operativa. (AVANTE, série VII, p.07, 11/10/1974)

Logo após a renúncia de Spínola, ficou clara a viragem de esquerda que começava a se formar em Portugal, não apenas pela postura crítica mais aberta que o partido tomou em relação à renúncia de Spínola, mas também pelo impulso que isso gerou dentro do processo de descolonização. O caso da Guiné⁶⁹ já era considerado como exemplar para o mundo, o qual ambas as partes estavam interessadas em objetivos comuns, mais do que isso, ambas as partes defendiam um ideal socialista de sociedade, o exemplo do PAIGC foi o que se tentou passar como referência para as futuras independências africanas que estavam por vir.

As descolonizações nunca estiveram sob a intervenção direta dos partidos políticos, muito pelo contrário, desde o princípio coube ao MFA resolver a questão e dar continuidade. Os próprios partidos tomaram uma postura de apoio à política de descolonização do MFA, dificilmente intervindo de forma direta. Fora casos do próprio PPD que via a questão como uma afronta ao dever moral que os portugueses tinham diante do problema colonial, no caso as independências sendo reconhecidas rapidamente e o abandono da causa portuguesa. (MARTELO, 2001, p.98)

⁶⁹ O caso da independência da Guiné de fato foi único dentro da revolução, fosse pela velocidade da independência ou mesmo pela relativa facilidade com que foi conseguido se desenvolver o processo, claro que em meio às turbulências do Governo. No entanto, a Guiné se tornou um dos principais estandartes do Governo em relação à descolonização, usada como exemplo de socialismo no qual Portugal estava caminhando e, mais tarde, após o 11 de março, o caminho para o socialismo deu lugar ao socialismo de fato que as forças do governo diziam que Portugal estava vivendo, usando em parte o exemplo da descolonização, além de outros fatores, como a institucionalização do MFA, as nacionalizações, reforma agrária, foi a viragem à esquerda da revolução que vai ser defendida (MAXWELL, 2006, REZOLLA, 2006, VARELLA, 2011)

O PCP em momento algum após a renúncia de Spínola fez alguma crítica ao MFA, o general foi claramente separado dos ditos setores progressista do movimento, assim o partido afirmou cada vez mais sua política de apoio do MFA às colônias⁷⁰ e mais ainda, o MFA como braço armado da revolução.

O protagonismo⁷¹ das Forças Armadas sempre foi colocado pelo PCP, como nos acordos de Lusaka, firmados pelo MFA mostrando a resposta à saída rodesiana de conservadores em relação à descolonização, mostrando assim a força da revolução e de seu ideal progressista dentro de Portugal. A descolonização integral era defendida, de forma que fluísse com maior eficiência:

O problema da descolonização continua a figurar entre as preocupações prioritárias do povo português. Havia motivos ponderáveis para se acreditar que o processo descolonizador avança mais rapidamente após a derrota da intentona do 28 de Setembro (...)

O plano fracassou mas as malhas da rede subversiva não foram destruídas tão completamente como seria desejável, pelo menos em Angola. É verdade que o cessar-fogo se tornou agora extensivo a todo território angolano. A atitude que o MPLA adotou há semanas numa clara demonstração do seu desejo de paz, foi finalmente seguida pelos últimos grupos que ainda empunhavam armas. (AVANTE, série VII, p.01, 18/10/1974)

A participação do MPLA para a concretização de um verdadeiro processo de descolonização em Angola não mudou desde o início do processo, o que vinha mudando era o tom das acusações que anteriormente tinham sido feitas, pelo PCP, aos outros movimentos reconhecidos em Angola, nomeadamente a FNLA e a UNITA, que aos poucos o PCP foi adquirindo um tom de conciliação para a resolução do problema em Angola.

A relação com o processo de descolonização e a revolução em Portugal foi sempre colocada em um ponto de convergência não apenas de objetivos da revolução,

⁷⁰ Desde o início da revolução os partidos não se envolveram diretamente com o problema da descolonização, mesmo Mário Soares em momento algum teve força política o suficiente e nem a intenção de intervir dentro do processo, a questão ficou a decisão do próprio MFA. De certa forma, a não intervenção dos partidos no processo foi considerado um fator positivo, apesar de não haver muitas referências diretas sobre a participação dos partidos nos processos ou mesmo o posicionamento dos mesmos sobre a questão, a própria convivência nesse caso é entendida como apoio à descolonização da maneira mais rápida possível, principalmente pelo momento delicado da política portuguesa.

⁷¹ Avante, série VII, p.01, 18/10/1974

mas também como uma ligação entre os processos⁷², em que o desenvolvimento da descolonização refletia diretamente dentro da revolução em Portugal.

O Jornal do MFA, *Movimento 25 de Abril*⁷³ contribuiu para a visão de processos conjuntos, a revolução em Portugal e a descolonização em África. O Folhetim colocou o atual momento da revolução como o passo definitivo para a descolonização em África. O Folhetim, inclusive, defendeu o PCP dos boatos da tentativa de Golpe de 28 de Setembro que diziam que tal partido estaria interessado em uma tentativa de um golpe⁷⁴ armado.

O *Avante*, nesse período final do ano de 1974, tratou, no referente à descolonização, especialmente sobre dois pontos: o primeiro, os avanços que o processo democrático fez em conjunto com os movimentos de libertação nas colônias; e os problemas ainda permanentes desse processo, que normalmente foram vinculados a grupos reacionários afetos do imperialismo.

A descolonização de Cabo Verde⁷⁵ foi um dos temas abordados, com a iniciativa do PAIGC de apoio ao processo para intervir, caso uma minoria branca estivesse interessada em prejudicar o processo. Mais⁷⁶ uma vez o caso do 28 de setembro foi lembrado, reafirmando que a descolonização teria continuidade.

A visita da delegação do PAIGC não deixou de ser comentada, colocando o programa de ajuda de médicos de Portugal, que seriam enviados a Guiné, como o previsto no acordo firmado entre os dois países, para a manutenção dos laços de amizade. Os problemas sobre a descolonização que apareceram com mais frequência eram os relativos a Angola e à participação de grupos imperialistas interessados em travar o processo da descolonização.

⁷² AVANTE, série VII, 25/10/1974

⁷³ O jornal do MFA, *Movimento 25 de Abril*, foi editado pela 5ª Divisão do EMGFA, chefiada por Vasco Gonçalves e contava com membros como Rosa Coutinho, até então Alto – Comissário em Angola, apesar dos artigos não terem sido assinados. O importante do surgimento desse folhetim informativo das Forças armadas que era quinzenal, tendo sua primeira edição na segunda quinzena de Agosto, deu informações ao público sobre as medidas tomadas pelo MFA dentro da revolução. O jornal surgiu com a proposta de defesa dos valores revolucionários, procurando informar melhor os leitores sobre o MFA e as tarefas da revolução, consequentemente informações sobre o processo de descolonização e a atuação do MFA.

⁷⁴ Movimento 25 de Abril, p. 05, 25/10/1974

⁷⁵ Avante, série VII, 01/11/1974

⁷⁶ Avante, série VII, 08/11/1974

Depois de firmado o acordo para cessar-fogo em Angola, vários distúrbios na região de Cabinda⁷⁷ aconteceram, a região rica em petróleo foi palco de inúmeros conflitos antes que o MPLA ganhasse o controle da região. A FLEC⁷⁸ (Frente de Libertação do Enclave de Cabinda) foi colocada nesse momento como o principal entrave ao caminho da paz dentro de Angola. O *Avante* ainda citou a reunião de Agostinho Neto e Holden Roberto:

Há poucos dias, Agostinho Neto, presidente do MPLA, afirmou em Dar Es-Salaam, que está tudo preparado para o estabelecimento de um governo de transição, seguindo o modelo de Moçambique, prevendo que sejam tomadas importantes decisões, ainda este mês. Revelou também que já foram estabelecidos contatos entre o MPLA e a FNLA, movimento dirigido por Holden Roberto, e que a Organização de Unidade Africana desempenhará um papel importante nas negociações tendente a formação de uma frente que discutiria com o Governo português a gradual transferência de poderes em Angola. (AVANTE, série VII, p.04, 08/11/1974)

No andamento das discussões que previam um acordo entre os movimentos de libertação para a transferência de poderes em Angola, o PCP, obviamente, deu seu apoio a MPLA, sempre lembrando que o movimento era o que possuía a maior predileção das massas em Angola.

Álvaro Cunhal, em seu discurso transcrito nas páginas do *Avante*, voltou a tocar na questão da descolonização, lembrando que ainda existiam grupos interessados em gerar conflitos em Angola e Moçambique e revelou seu desconforto em relação ao silêncio da movimentação dos grupos reacionários em Portugal:

Existem naturalmente pontes de vista diferentes acerca da solução e dar aos grandes problemas nacionais. Mas não só é necessário como é possível, e não só é possível como é indispensável para assegurar o futuro democrático de Portugal, a unidade das forças democráticas e a aliança do movimento popular com o movimento das Forças Armadas (...)

A reação tem ainda muita força. Tem posições de importância política. Tem poder econômico. Tem ainda um amplo campo de manobra incluindo o campo eleitoral. Seria um erro pensar que o aparente silêncio e calma da reação, os poucos sinais de vida que tem dado desde sua grande derrota de 28 de Setembro significam que se conformou com a derrota e que aceita o curso democrático.

⁷⁷ Enclave de Angola

⁷⁸ *Avante*, série VII, 08/11/1974

Não, camaradas. A reação continua ativa, ela conspira. Ela prepara novos golpes contra as liberdades (...) Ela organiza revoltas e conflitos armados em Angola, Moçambique e outros territórios, não só para entrar o processo de descolonização, como para provocar, por reflexo e por associação, novos e graves problemas na situação política interna de Portugal. (AVANTE, série VII, p.07, 15/11/1974)

O tom de Álvaro Cunhal era profético sobre uma nova tentativa de golpe da reação. Não muito tempo depois, o 11 de Março iria justificar essa preocupação com o silêncio da reação. O trunfo político que o processo de descolonização gerou em Portugal não passou despercebido pelo discurso do PCP.

O PCP ⁷⁹ lembrou-se dos laços comuns com os povos antes explorados pelo colonialismo português, a referência desse passado que não voltaria e a construção desse novo futuro foi sempre lembrada, muito na figura do PAIGC, colocando os frutos da revolução portuguesa no assegurar de uma revolução que se tornava cada vez mais forte, sempre lembrando que o caminho para o socialismo em Portugal passou pela concretização do processo de descolonização.

O projeto de reconstrução nacional do PCP apoiou o projeto do MFA de democratização, desenvolvimento e descolonização, os 3 “D” que eram recorrentemente defendidos nas páginas do *Avante*. No referente à descolonização e a continuação do processo, alguns avanços no caso angolano foram colocados, assim como seus problemas:

As conversações iniciadas em 10 de Dezembro de 1974 entre as delegações do MPLA e da UNITA, respectivamente, chefiadas pelos presidentes dr. Agostinho Neto e dr. Jonas Savimbi, debruçaram-se minuciosamente sobre a situação reinante em Angola, dando ênfase a busca de uma situação dos problemas da fase atual de descolonização. Considerando que a unidade dos movimentos de libertação de Angola é essencial à luta contra o colonialismo e o imperialismo e o instrumento de salvaguarda da independência nacional, tendo bem presente as manobras imperialistas que põe em causa a paz e a integridade territorial do país; considerando qe a ingerência de interesses estrangeiros na vida política e a existência de uma reação interna em Angola constituem uma ameaça à independência e ao desenvolvimento harmonioso da sociedade angolana (...) O MPLA e a UNITA decidem: 1 - Por termo a toda espécie de hostilidades (...) 2 – Estabelecer um clima favorável à cooperação estreita entre as duas organizações

⁷⁹ Avante, série VII, p. 04, 06/12/1974

(...) 3 – Defender constantemente e em comum os interesses das massas trabalhadoras e camponesas (...) 4 – criar em comum a todos os níveis da sociedade angolana, tendentes a solucionar “in loco” os problemas relacionados com a vida das populações (...) 5 – Não intrometer em assuntos internos das organizações signatárias desse acordo. 6 – Ter como objetivo fundamental o benefício das camadas mais exploradas do povo na reconstrução nacional e em todos os domínios. 7 – Procurar estabelecer com a FNLA (...) uma plataforma política comum (...) com o Governo português sobre a formação de um governo de Transição. 8 – Opor-se tenazmente à reação interna (...) 9 – Combater com rigor as manobras que atentem a unidade nacional e visem a secessão do país. (AVANTE, série VII, p.08, 20/12/1974)

Depois da tentativa de conciliar movimentos opostos, ficaram clara as deliberações defendidas pelo governo e defendidas pelo PCP, que passaram pela formação de um Governo de transição compostos pelos três movimentos reconhecidos, zelar pela integridade territorial e não intervir em questões internas dos movimentos de libertação, uma tentativa de regência trina dos movimentos de libertação com o Governo Provisório sendo teoricamente o moderador entre as partes.

Nesse quadro, se formou a tentativa de conciliação entre os movimentos de libertação para a independência anunciada para o dia 11 de novembro de 1975, além de ser uma das primeiras conversas entre os movimentos, antes do acordo que seria firmado em 10 de Janeiro, o Acordo de Alvor. Nesse momento, os movimentos de libertação já se movimentavam para se prepararem para o acordo com o governo português. No entanto, o que sucedeu foi uma batalha silenciosa entre ambos os lados, antes da eclosão de uma guerra declarada.

Voltaremos um pouco até depois de 28 de Setembro, para esclarecer alguns aspectos em Portugal. Primeiramente, como a atuação do PCP após a tentativa de golpe e também as transformações que ocorrem no MFA que após a tentativa de golpe abriu uma grande discussão em torno da necessidade de institucionalização do Movimento das Forças Armadas, defendido abertamente pelo PCP e após a saída de Spínola novos nomes ganharam força dentro do movimento.

O VII congresso do PCP de 20 de Outubro de 1974 foi o primeiro na legalidade, nele foi reunida a cúpula do partido, com dirigentes firmados desde a época salazarista. O partido teve uma verticalização das decisões que girava em torno de seus membros do comitê central. No congresso se definiu as bases de atuação que o partido tomaria na

revolução, que previu a continuidade do processo de descolonização com negociações a serem feitas com a FRELIMO e o MPLA, especialmente, a defesa da estabilidade econômica. (VARELA, 2011, p.116)

O programa contou ainda com propostas de estabilização do capitalismo português, defendendo a contenção das greves, colocando o problema sindical que girava em torno de uma central única dos trabalhadores ou uma formação pluralista sindical, além de defender a intervenção estatal em vários setores da economia. (CUNHAL, 1999, p.107)

Políticas como o domingo ⁸⁰de trabalho foram debatidas, colocando os problemas herdados do Salazarismo e a necessidade da população se comprometer com o processo revolucionário, além do momento de radicalização da crise:

A crise económica aprofunda-se no Verão e sobretudo no Outono de 1974, com a generalização dos despedimentos em muitas empresas do País. A crise de acumulação provoca diretamente despedimentos (e encerramento de fábricas e empresas), que surgem como uma forma de eliminar custos com o capital variável, numa tentativa de impedir a queda tendencial da taxa de lucro. A crise mundial tem outros efeitos económicos e sociais em Portugal, como a diminuição do número de emigrantes, por um lado (o que provoca também o aumento do desemprego), e a quebra das remessas da emigração, por outro. (VARELA, 2011, p.129)

As críticas aos partidos⁸¹ políticos também começaram a se tornar mais duras, pela política antigrevista adotada, algumas perturbações dentro do próprio MFA começaram a surgir, com os próprios soldados apoiando os movimentos grevistas. No mês de Janeiro ocupações de fábricas, invasões de latifúndios ao sul de Portugal se generalizavam, gerando uma grande fuga de capitais de Portugal. (MAXWELL, 2006, p.160)

O MFA após o 28 de Setembro sofreu alterações dentro de sua estrutura, primeiro reafirmando o compromisso com a descolonização e com o processo democrático, ainda após a tentativa de golpe o movimento buscou uma maior aproximação dos partidos políticos, defendendo a via do pluripartidarismo. Assim o

⁸⁰ Com a crise econômica, o PCP fez a convocação da população para doar um dia da semana de trabalho para nação. (ROSAS, 2004, p.98)

⁸¹ Mesmo nesse cenário de crise os quadros de militantes do PCP não paravam de crescer, até o verão de 1975. (VARELA, 2011, p.152)

MFA tentou resolver uma das principais questões pendentes do movimento desde o 25 de Abril, que era a questão sobre a institucionalização⁸² do movimento. (BANAZOL, 1976, p.112)

A tutela militar do movimento das Forças Armadas sobre a revolução foi assegurada, prevendo ainda que o futuro presidente ficou ao cargo da escolha da JSN⁸³, que já contava como um órgão soberano dentro da revolução. O MFA ainda centralizou mais o poder em suas mãos com a criação do Conselho da Revolução (CR), que visava permitir a maior integração com partidos, ligando os militares à vida política mais efetivamente. (REZOLA, 2006, p.51)

Exatamente nesse momento de viragem à esquerda da revolução, em um momento maior de aproximação entre o MFA e os partidos políticos, foi que algumas diferenças se acentuaram no interior do movimento, como a aproximação da 5ª Divisão do EMGA com setores ligados ao PCP, vários partidos a diferentes setores do MFA, como o PRP (Partido Revolucionário Proletário) que se aproximou de Otelo Saraiva. (RODRIGUES; BORLA; CARDOSO, 1976, p.68)

Nesse momento de vassalagem dos partidos políticos ao MFA, foi caracterizada a discussão que colocou qual deveria ser o papel do MFA, fosse como protagonista da revolução e seu braço armado, ou como um agente fiscalizador que deveria passar o poder a esfera civil:

Deveria o MFA ser entendido como o braço armado da Revolução? É essa a ideia com que ficamos das declarações feitas, a 9 de Outubro, pelo líder comunista Álvaro Cunhal: “Em Portugal há armas para defender a democracia e elas estão em boas mãos – As do MFA”.

O Protagonismo alcançado, ou desejado, pelo MFA leva Mário Soares, um dos mais acérrimos defensores da implantação de um regime parlamentar democrático, tipo ocidental, a falar na possibilidade de uma via original para a democracia e para o socialismo em Portugal. “A originalidade do nosso processo depende e está relacionada com a circunstância do MFA ser hoje um fator de

⁸² O MFA foi legalizado pela lei nº3/74 de 14 de Maio, levando em consideração o momento particular derivado do fim do antigo regime, e mais afrente quando os embates foram travados pela institucionalização do MFA especialmente após o 28 de Setembro foi colocado à situação especial do caso português que definiu a necessidade da institucionalização do movimento pelo caráter revolucionário, o PCP era o principal apoiador político pela institucionalização do MFA. (REZOLA, 2006; VARELA, 2011)

⁸³ Após o 28 de Setembro a JSN contou com o saneamento de membros spinolistas dentro do órgão. (BANAZOL, 1976, p.115)

democratização e estabilidade no nosso país, fenómeno este que é, não só na Europa mas mesmo no Mundo, excepcional.” (REZOLA, 2006, p.57)

A questão que o MFA tinha a responder agora é em que condições seriam feitas as eleições para a assembleia da república, e se os prazos seriam mantidos, uma vez que as eleições estavam previstas para até o final do mês de Março de 1975. A discussão em torno das eleições e da unidade sindical foi um dos primeiros atritos sérios entre o MFA e os partidos, mas diretamente entre o MFA e o PS. (RODRIGUES; BORLA; CARDOSO, 1976, p.80)

A participação do MFA na assembleia constituinte foi debatida por diferentes pontos de vistas, o PCP se colocou em defesa do MFA para que tivesse direito a voz dentro da assembleia constituinte, posição que gerou atrito com o PS e o PPD que se opunham à participação do MFA, em torno dessa discussão é que surgiu a proposta de um pacto entre o MFA e os partidos:

Assim, na reunião de 21 de Dezembro, centrando-se na problemática das relações entre o MFA e os partidos políticos o Conselho dos Vinte reafirma a sua “firme disposição de garantir a instauração de uma democracia pluralista em Portugal” e apresenta os parâmetros que, em seu entender, são fundamentais para alcançar esse fim: “isenção partidária do MFA”, “a situação extrapartidária do MFA”, o não comprometimento do MFA “com qualquer partido ou movimento político” e, finalmente, “o apoio do MFA a todas as forças antifascistas”, porque “todas são necessárias e devem coexistir, traduzindo a variedade das opiniões e a prática das liberdades”. (REZOLA, 2006, p.69)

Depois desse impulso, a democratização foi defendida pelo MFA e o apoio foi firmado para acelerar o processo de descolonização, restam-nos agora ponderar os acontecimentos nas colônias. Já foi dito que a saída de Spínola fez o processo de descolonização ganhar novo impulso. Nas regiões onde a situação já era controlada pelos movimentos de libertação como a Guiné e em menor medida em Moçambique a situação se mostra mais controlada, não era o mesmo caso o angolano.

Angola teve uma pausa nos conflitos internos após o cessar-fogo assinado com o MPLA em Outubro, a questão agora seria o Governo português conseguir encontrar uma saída para o conflito na tentativa de conciliação entre os três movimentos concorrentes. De fato os três movimentos em Angola já eram reconhecidos como os

legítimos representantes⁸⁴ do povo angolano, mas o clima de instabilidade política na colônia ainda era grande.

A aprovação⁸⁵ do Estatuto Orgânico de Angola, em 28 de novembro previu uma saída negociada para a independência do país, organizando-se uma mesa redonda com os três movimentos de libertação. No entanto, mesmo os confrontos abertos ainda não acontecendo, o ambiente era bastante tenso:

Durante o mês de Novembro e na sequência dos contatos que tinha estabelecido com os principais delegados dos movimentos em Luanda onde os seus centros, filiais e casas do povo se multiplicavam por toda a zona suburbana da cidade e os respectivos guerrilheiros se albergavam armados em “seguranças” e as respectivas máquinas de guerra começavam a ser constituídas tive, por duas ou três vezes na messe da Força Aérea, uma inesperada visita – o Comandante Barreiros da FNLA (...) O Comandante Barreiros, não tinha dúvidas porquanto afirmava serem eles os únicos que tinham capacidade em termos de efetivos e organização militar para atingirem esse objetivo. Estavam preparados ou determinados a tomar o poder pela força, foi a simples conclusão que tirei. (CARDOSO, 2000, p.461)

No desenvolver da questão, o Governo de Transição, como já foi exposto no capítulo anterior, excluiu das negociações para a independência qualquer movimento que fosse posterior ao 25 de Abril. No caso angolano, que diferia da Guiné e de Moçambique, não havia apenas um movimento forte militarmente e ideologicamente que dominasse o território. Gradualmente, o Governo português deu predileção ao MPLA, por ser o movimento, pelo menos em teoria, mais próximo dos ideais defendidos pelo MFA. (PIMENTA, 2006, p.130)

O Governo português e o PCP defenderam abertamente a exclusão desses grupos classificados como reacionários e interessados em perturbar a paz em Angola, como a

⁸⁴ Legitimidade nesse caso pode ser compreendida como conquistada pelos meios bélicos, ainda temos que levar em consideração que o Governo português reconhece os movimentos de libertação, também baseado no histórico dos três na luta contra o colonialismo antes da queda da ditadura. Todos os três movimentos já haviam conquistado o reconhecimento internacional, como da OUA e da ONU. (MARTELO, 2001; MAXWELL, 2006; VARELA, 2011)

⁸⁵ Fora os militares, é o PCP que compareceria posteriormente nos territórios libertados nas independências a convite dos próprios movimentos de libertação, nenhum outro político português vinculado aos principais partidos sequer pisou em território africano. O PCP divulgou largamente o apoio que os próprios movimentos conferiram ao PCP. No caso do PS e de Mário Soares, Silva Cardoso faz inúmeras críticas a postura de conivência com o MFA diante dos problemas coloniais. (CARDOSO, 2000, p.463)

PLEC e a FUA⁸⁶. A predileção do governo pelo MPLA fez o Zaire, país vizinho apoiador da FNLA, se pronunciar:

Esta foi uma, de entre muitas, tomadas de posição do Governo do Zaire relativamente à forma como a descolonização de Angola estava a ser conduzida e principalmente a forma como as autoridades de Angola, diga-se Rosa Coutinho e o MFA, estavam a apoiar o MPLA. Logo após o 25 de Abril, tanto no exterior como no interior do território, esta intensão foi demasiado evidente para poder passar despercebida. Com frequência se recorreu a processos pouco claros e indecorosos para camuflar este apoio deliberado como tinham sido as declarações de Rosa Coutinho sobre o plano da Junta de Salvação Nacional garantindo que todos os angolanos iriam participar no processo de descolonização. Um ponto que se evitou sempre abordar e que constava desse mesmo plano, foi a elaboração da lei eleitoral e da Assembleia Constituinte. Aqui seria demasiado arriscado assumir intenções que seria impossível satisfazer dentro da linha de ação definida por quem de direito. (CARDOSO, 2000, p.472)

O próprio presidente da FNLA, em reunião com os membros da Junta de Inquérito de Angola, se pronunciou contra o favorecimento do MPLA pelo Governo português, o governo tentou dar garantias que a situação seria contornada. No dia 18 de Dezembro, a reunião de Rosa Coutinho com os líderes do MPLA e da UNITA, para um acordo de cessar de hostilidades entre ambos os movimentos, foi feita, nela o MPLA acusou a FNLA de receber apoio do imperialismo, propriamente dizendo dos Estados Unidos, o MPLA lembrou o caso da apreensão de Armas nos portos vindo pelo Zaire com destino a Luanda. (CARDOSO, 2000, p.479)

No caminho para a formação do Acordo de Alvor, uma pré-cimeira em Mombaça foi estabelecida para tentar acalmar os ânimos entre os três movimentos. Foi decidido que a reunião aconteceria antes do encontro no Algarve e que os três movimentos chegariam a um acordo. Nessa reunião ficaram claras as posições irreconciliáveis entre o MPLA e a FNLA. Importante ressaltar que não foi permitida a presença portuguesa neste evento. (CARDOSO, 2000, p.496)

⁸⁶ A FUA realmente era um movimento constituído por brancos como aponta a historiografia, no entanto seus membros diluíram no interior dos movimentos de libertação reconhecidos, seja o MPLA a FNLA ou a UNITA. (PIMENTA, 2006, p.131)

As próprias dissidências do MPLA seriam ignoradas pelo Governo Português, como a “Revolta Activa”, que no período que se seguiu para o Acordo de Alvor foi completamente engolida pela liderança de Agostinho Neto, que conseguiu abafar todas as discordâncias dentro do MPLA.

Durante o período de Outubro de 1974 a Janeiro de 1975, Angola ainda não estava sofrendo com a evasão das camadas brancas que povoavam a burocracia angolana, fato que aconteceu após a internacionalização do conflito em Angola em Junho e Julho de 1975, mas o Governo português já se preocupava com um eventual conflito anunciado e tentava preencher os serviços burocráticos de Angola com membros dos movimentos de libertação. (PIMENTA, 2006, p.125)

A movimentação política da “Revolta Activa” praticamente cessou no período de Outubro a Janeiro de 1975, pela coerção de seus membros pela ala netista do MPLA:

Em Dezembro de 1974 e até aos acordos de Alvor, desenvolvemos a nossa ação sobretudo na região de Luanda. Procuramos, com reduzido ou nulo êxito, realizar ação política em Malanje, litoral de Benguela e no Planalto Central que ficara encarregada de difundir o espírito da Revolta Activa nas suas terras de origem. Na realidade, os responsáveis de Luanda pouco sabiam do que se passava em cada uma das outras cidades – era um período febril, durante o qual se procurava espalhar quer as ideias do MPLA, em luta política contra os outros movimentos, quer as ideias de cada uma das facções do MPLA, de alguma forma lutavam entre si (...) A partir de Fevereiro de 1975, a nossa atividade política limitava-se a informar os nossos adeptos sobre a marcha das negociações com a direção do MPLA, a discutir com eles a situação política e a estarmos em vários encontros solicitados por algumas entidades estrangeiras (nomeadamente portuguesas) que queriam conversar conosco sobre a conjuntura.

Na prática, a Revolta Activa deixou de existir como tendência organizada desde Fevereiro/Março de 1975, ou seja, logo a seguir aos Acordos de Alvor. (PIMENTA, 2006, p.127-128)

O próprio problema étnico em Angola se tornou ainda mais complexo, mesmo que os movimentos tivessem em sua maioria uma base étnica que os representassem, à primeira vista, após o andar dos fatos em Angola a situação se tornou mais complexa:

Julgo que ninguém dos movimentos nacionalistas era capaz de se apresentar como representante exclusivo de uma etnia, mesmo que a sua base maioritária proviesse de uma certa etnia. A realidade é que tanto a FNLA como a UNITA –

muito embora marcados etnicamente – tinham militantes de todas as etnias. De modo algum, o MPLA podia ser visto como o representante de uma dada etnia, mesmo que a quase totalidade da população de língua kimbundu o apoiasse. A sua implantação ia bem além dessas zonas e, sobretudo, as populações urbanas apoiavam maciçamente o MPLA, sobretudo as do litoral, pelo que era impossível aponta-lo como um movimento étnico. (PIMENTA, 2006, p.131)

Diante desse quadro de impossibilidade de representações étnicas em Angola, a proposta do Governo de criação de representações étnicas falhou. Voltando ao acordo de Alvor, a assinatura desse acordo foi colocada como a consumação da independência, já que as bases de cooperação entre os movimentos tinham sido estabelecidos e a data para a independência reafirmada para o dia 11 de Novembro, sem possibilidades de atraso:

Mas a verdade é que os Acordos de Alvor foram feitos à medida do que cada um dos três movimentos nacionalistas angolanos queria: uma aparente partilha do poder para um reposicionamento de forças, como vista à próxima eliminação dos outros. A UNITA devia estar a contar com a sua forte base étnica e com o apoio de uma parte importante da população branca e da África do Sul; a FNLA com a poderosa retaguarda do Zaire de Mobutu, mais o tradicional apoio dos Estados Unidos da América; o MPLA estava a contar com o forte apoio das populações urbanas angolanas, com o número e a qualidade dos quadros que encontrou no interior do país – inclusive brancos – com a cumplicidade de uma parte substancial das autoridades portuguesas (em Portugal e em Angola) e das forças políticas da esquerda e da extrema esquerda portuguesas e com o apoio do bloco soviético.

Dentro da Revolta Activa não constituíram surpresa os Acordos de Alvor. Desde Agosto de 1974 que nos apercebemos de que o poder de Lisboa tinha enormes dificuldades em lidar com a questão angolana. O modo como foram assinados os acordos de tréguas e a maneira como se estava a desenrolar a ação política portuguesa em Angola fizeram-nos compreender que o governo português estava com pressa de se libertar de uma situação que se tornava cada vez mais complexa (...)

Os Acordos de Alvor representaram um fato consumado, isto é, em breve Angola iria ser mesmo independente. Ora, uma vez que os três movimentos participaram nos Acordos, se realizariam eleições e se estabeleceu um período de transição sob administração quadripartida (Portugal mais os três movimentos), a maior parte da população branca pareceu sentir-se segura quanto ao futuro. (PIMENTA, 2006, p.134-135)

Os acordos de Alvor no ambiente português significaram um grande avanço que foi colocado em relação à descolonização e a evolução do processo democrático português.

Agora passemos para os acontecimentos do 11 de Março, a tentativa de um novo golpe militar para derrubar o Governo Provisório e mais uma tentativa de Spínola de assalto ao poder.

A situação anterior ao 11 de Março era caracterizada pelas invasões a imóveis abandonados em Lisboa seguidos pela formação dos comitês populares urbanos, pelas ocupações de fábricas e a formação dos comitês de fábrica, além das invasões de terras no Sul. (MAXWELL, 2006, p.154)

Spínola tentou, novamente, um golpe frustrado, anteriormente já se havia tentado dois golpes pela via legalista, em 9 de Julho e em 28 de Setembro, agora o general arquitetou o plano para a tomada do poder à força:

O Golpe não foi apenas preparado em termos militares, mas, como os anteriores, também no plano político e cumplicidades nos partidos. Desenvolvendo campanhas e organizando provocações a fim de criar a ideia de que o PCP estava a liquidar as liberdades, a provocar o caos, a instalar uma ditadura. Respondendo aos apelos para que salvasse o país. Intensificado, pela ação de banqueiros e outros grandes capitalistas, a sabotagem económica e financeira. (CUNHAL, 1999, p.168)

O 11 de março fechou as tentativas de golpes⁸⁷ falhados infligidos pela direita durante o período revolucionário, de fato fez parte de um processo já trabalhado desde Julho na tentativa de dissolução do MFA, além de um programa de salvação capitalista em um momento de agudos conflitos no ambiente produtivo das fábricas dentro de Portugal. No entanto, a tentativa de golpe já era esperada:

⁸⁷ O PCP acusou abertamente o PPD do apoio à tentativa de golpe, em 9 de Julho de 1974. Posteriormente, na bibliografia sobre o tema, o próprio Álvaro Cunhal publicou as acusações de conivência do PPD e do PS em relação às sucessivas tentativas de golpe, o caso PPD por já ser um apoiador de Spínola assumido. No entanto, só em Janeiro de 1975, que o PCP fez essa acusação, após a propaganda anticomunista do PPD e do PS, que acusava o PCP de querer instaurar uma ditadura soviética dentro de Portugal. (VARELA, 2011, p.177). Posteriormente, Cunhal ainda levantou as suspeitas sobre o PS e especialmente sobre a figura de Mário Soares, que convenientemente se encontrava fora de Portugal durante as tentativas de Golpe de 28 de Setembro e 11 de Março, mais ainda pela relação mantida pelo PS com Spínola mesmo após a derrota do golpe de 28 de Setembro, Álvaro Cunhal foi ainda mais longe e acusa Mário Soares de ter conhecimento da tentativa do Golpe em Março, a única diferença foi que a tentativa sucedeu mais cedo do que o esperado, o golpe inicialmente seria planejado para o final de Março. (CUNHAL, 1999, p.170)

Álvaro Cunhal e o PCP tinham clareza sobre a preparação de um golpe. Cunhal conhecia a história. Era duvidoso que uma situação revolucionária se mantivesse por longos períodos sem que as forças em presença se confrontassem diretamente (...)

O PCP esperava o golpe. Acusava a reação de o querer levar a cabo e as divisões no seio do Governo de poderem ajudar a concretizá-lo (...) É também no 11 de Março que o PCP começa a publicar várias notícias onde dá conta de uma preparação internacional de uma golpe, em que estariam interessadas a corrente social – democrata alemã e os EUA. Mas o golpe independentemente das posições políticas internacionais dos blocos afetos à URSS e aos EUA, foi preparado, dirigido e executado nacionalmente, mostrando de certa forma que tanto o PS como o PCP procuravam, em vão, encontrar no exterior explicação para uma situação política causada pelos conflitos nacionais, na sua essência. (VARELA, 2011, p.194-195)

O PCP⁸⁸ ainda tentou responsabilizar os setores da extrema esquerda pelo golpe, acusando a situação de divisão das forças políticas internas e a colaboração desses setores para a criação de um clima de instabilidade nacional, o qual a reação usou em benefício próprio para tentar tomar o poder. Sobre o intuito da tentativa de golpe, Cunhal comenta:

Os objetivos políticos do putsch eram no essencial os mesmos do 28 de Setembro. Após a vitória do golpe, Spínola, ou um seu porta-voz, deveria comunicar ao país as medidas tomadas e a tomar. Spínola assumiria o poder, proclamaria o estado de sítio até ao “pleno funcionamento das instituições”, suspenderia as liberdades democráticas, adiaría as eleições para a Assembleia Constituinte marcadas para Abril e anunciaria para Novembro eleições, nas quais simultaneamente o povo português escolheria, de uma só vez, “o Presidente da República, a Constituição por que deseja reger-se, o Programa de Governo, que deseja seja executado e os deputados na Assembleia Nacional”. (CUNHAL, 1999, p.173)

O 11 de Março produziu efeitos quase que imediatos dentro da revolução, o primeiro deles foi a criação do Conselho da Revolução, que absorveu as funções da antiga JSN e do Conselho de Estado, se tornando o órgão máximo da revolução. As primeiras nacionalizações foram feitas, a realização das eleições foi confirmada para o dia 25 de Abril. (SECCO, 2004, p.134)

⁸⁸ CUNHAL, 1976, p.298

De fato, o MFA⁸⁹ saiu como o grande vencedor do 28 de Setembro e após o 11 de Março, se tornou o órgão mais poderoso dentro de Portugal. A guinada à esquerda dentro da revolução estava tomada, no entanto, eram grandes mudanças sociais em Portugal que contribuiriam para essa viragem à esquerda dentro do país:

Nesse ínterim, porém, os políticos e militares estavam rapidamente perdendo o controle do rumo dos acontecimentos. Nas áreas rurais, especialmente no Alentejo, os trabalhadores agrícolas estavam fazendo a lei com as próprias mãos. Em março de 1975 muitos dos proprietários de terra da região já haviam fugido do país, e alguns estavam presos (...) O movimento popular de esquerda tinha três fontes de força: as fábricas, os bairros urbanos e periféricos mais pobres e as grandes propriedades agrícolas que empregavam trabalhadores diaristas. Cada um dos movimentos populares nesses três setores começou com reivindicações imediatas: Com a velha polícia política desativada ou encarcerada e as tradicionais forças da ordem pública confusas e temerosas, conforme as batalhas políticas pelo controle do aparelho de Estado se intensificaram e as divisões nas forças armadas se tornaram mais óbvias, a iniciativa realmente chegou às ruas e ao local de trabalho, como Caetano reaceara e previra. (MAXWELL, 2006, p.166-167)

Várias medidas foram tomadas pelo Governo, desde as primeiras nacionalizações da banca e de companhias de seguro, até a remodelação nos quadros do CR, que já veio com atritos, por exemplo, Vitor Crespo, o Alto Comissário de Moçambique, ameaçou a retirada das tropas do território moçambicano caso alterações não fossem feitas dentro do conselho e que fosse feito um balanceamento de forças, uma vez que as cadeiras do conselho haviam sido tomadas por oficiais afetos de setores comunistas. Melo Antunes tomou partido nessa discussão, também, sobre esse desvio do caminho democrático que estava acontecendo dentro do MFA. (REZOLA, 2006, p.139)

⁸⁹ A saída política do 11 de Março foi o reforço da autoridade do MFA, que gerou sua institucionalização quase que imediata. Os debates travados anteriormente sobre a necessidade ou não da continuação do MFA após as eleições da assembleia constituinte foram deixados de lado, debates nos quais o PCP e o PS se enfrentaram publicamente, o PCP a favor da institucionalização do MFA e do movimento como braço armado da revolução para garantir as conquistas e assegurar o processo democrático. O PS constantemente chamava a atenção para o aumento dos poderes do MFA que em prática apesar da situação única da revolução, essa concentração de poderes poderia gerar uma nova ditadura dentro de Portugal. (REZOLA, 2006, p.84-87)

O CR se reestruturou criando comissões políticas e militares, visando à descentralização do poder, criando órgãos conselhistas, que teriam determinada autonomia de posicionamento em relação ao Conselho, a assembleia dos 20 que já tinha se tornado a assembleia dos 200, passou ser a dos 240, além de assegurar a realização das eleições para a assembleia constituinte em 25 de Abril de 1975. (REZOLA, 2006, p.162)

A proposta do PCP de um pacto MFA-Partidos políticos foi aceita, nela os partidos se comprometeram em entrar em concordância com as propostas do MFA e a lutarem pela manutenção das conquistas já adquiridas. Diferente do que muitas vezes a historiografia propõe, não houve uma coerção⁹⁰ por parte do MFA no sentido de exclusão de algum partido no caso de não se comprometerem a assinar o pacto, mas sim um aproveitamento do momento político para acelerar a adesão dos partidos às propostas já tomadas pelo governo, não por acaso que o tempo para a leitura do documento foi curta, no período de 31 de Março à 11 de Abril, quando foi assinado. (REZOLA, 2006, p.175)

Raquel Varela coloca que muitas das medidas tomadas pelo governo⁹¹ provisório foram decididas pela dinâmica da própria revolução que impôs aos partidos e ao MFA a necessidade da nacionalização de setores chaves da economia:

As nacionalizações foram realizadas sob o impacto de uma crise generalizada de acumulação mundial e, de certa forma, a metodologia com que foram feitas – sem controlo operário – sugere que a burguesia portuguesa lançou mão das nacionalizações para salvar os dedos, uma vez perdidos os anéis. Ou seja, como forma de acabar com os conflitos sociais nas empresas e resgatá-las da crise de acumulação. O que é confirmado pela retórica dos partidos da coligação governamental que, sem exceção, apelavam à contenção das lutas nas empresas nacionalizadas alegando que estas agora pertenciam ao povo português, omitindo que o Estado permanecia capitalista, bem como as empresas por este administradas. (VARELA, 2011, p.214)

⁹⁰ Lincoln Secco coloca a perspectiva de uma coerção por parte do MFA para a assinatura do pacto MFA-Partidos baseado no tempo para a assinatura do documento. Freitas do Amaral acusou o MFA de uma tentativa antidemocrática derivada de uma manobra política do movimento para prevalecer partidos como o PCP, em uma stalinização do governo português. (SECCO, 2004, p.136)

⁹¹ No período de Março à Maio que foram efetuadas a maioria das nacionalizações de setores já tomados por trabalhadores, como foi o caso da companhia das Águas de Lisboa, o Banco de Portugal, o Banco de Angola, o Banca Nacional Ultramarino, além de outros setores da economia, como a siderurgia, cimentos, transportes, marítimos, celulose, eletricidade, gás, tabaco, construção, transportes. Muitas dessas indústrias pertencendo aos grupos Champalimaud e Espírito Santo. (VARELA, 2011, p.212-213)

O Estado português ainda interviu nas empresas em caso de abandono, descapitalização. No final, mais de trezentas empresas sofreram a intervenção estatal. O aparelhamento das lutas dos trabalhadores pelo governo foi inevitável, com o Conselho da Revolução tomando todos os méritos das lutas que, no final, acabaram por separar os trabalhadores do processo produtivo e o afastamento das comissões das decisões a serem tomadas. (VARELA, 2001, p.227)

Esse momento da revolução, após o 11 de Março e o início do verão quente em Maio à Julho, foi um período o qual Portugal vai fechou-se em si mesmo para a resolução de seus problemas sociais. Nesse período, aconteceram ainda as eleições para a assembleia constituinte, a qual o PS surpreendendo o governo saiu como o principal vencedor, o PCP ficou apenas com 12% dos votos e em terceiro lugar atrás do PPD. (SECCO, 2004, p.140)

O próprio Governo e o PCP subestimaram os resultados eleitorais, dizendo não corresponderem à verdadeira relação de forças dentro da revolução, o que mais tarde se mostrou um grande engano:

Três fatores complexos passaram então a atuar. Primeiro, a coincidência entre a tomada de poder pelos militares radicais e seus partidários comunistas em março e a vitória dos partidos moderados nas eleições de abril para a Assembleia Constituinte criaram fortes e potencialmente conflitantes fontes de poder e legitimidade. Segundo, o resultado da eleição demonstrou que a base de poder da revolução era mais estreita do que parecia. Terceiro, a eleição revelou que o Partido Socialista, devido a seu alcance nacional, seria um participante fundamental no arbitramento da explosiva divisão entre o Norte conservador e o Sul radical. Portanto, os resultados forneceram inadvertidamente uma geografia para a contra-revolução, uma geografia da qual logo se aproveitariam os inimigos dos comunistas dentro e fora de Portugal. (MAXWELL, 2006, p.163)

Desde o início do cessar-fogo em Angola, que a descolonização vinha ganhando menos projeções dentro de Portugal, os próprios jornais do PCP e do MFA, respectivamente o *Avante* e o *Movimento 25 de Abril*, muito pouco se pronunciaram a respeito do assunto. No *Avante*, a questão praticamente desapareceu, só voltando a ser notícia em Julho, com as independências de Cabo Verde e Moçambique e em Outubro de 1975, com os conflitos abertos em Angola.

Após o Acordo de Alvor, o secretismo e preocupação com Angola afastaram do público os acontecimentos dentro de Portugal, de fato, o Acordo de Alvor pôs um ponto na questão em Angola, referente à descolonização, que colocou a independência como prioridade e sem possibilidades de volta. O Governo ganhou um novo impulso com a contensão aparente da situação de Angola, o MFA saiu com mais força pelos acordos.

Voltaremos⁹² aos jornais para acompanhar o andamento da questão. O *Avante* colocou, a partir da saída de Spínola, a evolução da descolonização, mais do que isso, o caminho que Portugal ajudou a trilhar na construção de um mundo socialista, que após o 11 de Março, foi tido como Portugal já vivendo esse mundo socialista⁹³.

Esse Portugal socialista teve seu contraponto na descolonização que assumiu a forma da comprovação desse novo modelo de sociedade que estava surgindo com o apoio de Portugal na formação desses novos países socialistas, para tanto, a luta contra a reação e os grupos interessados em travar esse processo eram aqueles que deveriam ser combatidos.

Nesse ponto, a luta pela continuidade do socialismo em Portugal dependia diretamente da continuidade da descolonização, funcionando como uma espécie de prova que o advento da descolonização foi para a construção de um socialismo apoiado por nações irmãs em face dessa crise capitalista, ressaltando o papel fundamental do MFA nesse processo.

Os estandartes desse novo mundo para o *Avante* foram a Guiné na maior parte, e em menor escala Moçambique, mostrando a efetividade desse projeto que se tornou concreto de descolonização. Angola que só voltaria a ser notícia efetiva em Maio, fazendo parte da outra face da luta em meio à contra grupos concorrentes do MPLA, que após o não cumprimento dos acordos de Alvor que o *Avante* voltou a tratar da questão apoiando abertamente ao MPLA.

No mês de Janeiro⁹⁴, o pronunciamento do presidente da República reforçou a ideia de que o passo foi acelerado para a concretização do processo de descolonização,

⁹² Análise minha, feita com base na leitura das fontes.

⁹³ Rezola coloca, como essa viragem à esquerda, a revolução impulsionando o início dessa ideia de Portugal estar vivendo já um período socialista pelas mudanças na sociedade, mesmo que em muito essas mudanças se dessem apenas em nível político, com as bases que sustentavam essa economia não sendo alteradas, como coloca também Raquel Varela. (REZOLA, 2006; VARELA, 2011)

⁹⁴ AVANTE, série VII, p.04, 03/01/1975

Costa Gomes vai a público declarar o andamento satisfatório do processo, reconhecendo Angola como o caso mais problemático, mas ainda assim com confiança para a futura independência.

O *Avante* reforçou o papel do MFA, colocando a importância do movimento no 25 de Abril na descolonização e subsequente democratização de Portugal:

Deve-se ao Movimento das Forças armadas o derrubamento do governo fascista e, a partir do 25 de Abril, um papel do mais alto relevo nas defesas das liberdades e no progresso da democratização e descolonização.

Precisamente por isso, o MFA tornou-se um dos alvos principais das forças contra-revolucionárias e conservadoras. Do 25 de Abril a 28 de Setembro, não só o general Spínola, não só os generais que depois foram afastados, mas diversos elementos contra-revolucionários e oportunistas procuraram persistentemente dissolver o MFA e subordinar os “capitães” do 25 de Abril a uma hierarquia de generais reacionários. (AVANTE, série VII, p.02, 09/01/1975)

Após o acordo ⁹⁵de Alvor, o passo decisivo à descolonização foi comemorado com ressalvas, especialmente em relação à presença de grupos financeiros internacionais interessados em intervir na política angolana. A dificuldade da reunião que girou em torno da conciliação ideológica entre os movimentos foi colocada, mas ficaram definidas as linhas gerais de cooperação entre os movimentos de libertação e o Estado Português.

O trabalho na Guiné⁹⁶ também foi mostrado, colocando o trunfo do socialismo instalado no país, além das dificuldades da herança colonial e a exploração que os séculos do colonialismo deixou, além das dificuldades tecnológicas, mas sempre reforçando o apoio popular ao PAIGC.

Em Angola com a chegada da tomada de posse do Governo⁹⁷ de Transição, o *Avante* aclamou o momento histórico vivido, lembrando ainda dos desafios que se encontraram para contornar o divisionismo, os problemas raciais e as intervenções externas.

⁹⁵ AVANTE, série VII, p.09, 16/01/1975

⁹⁶ AVANTE, série VII, p.09, 16/01/1975

⁹⁷ AVANTE, série VII, p.10, 06/02/1975

O jornal *Movimento 25 de Abril* foi quem vai se ocupou mais da questão da descolonização durante esse período até Julho, antes de acabar jornal. O jornal colocou a intervenção feita por Agostinho Neto⁹⁸ em nome dos três movimentos de libertação felicitando o MFA pela maleabilidade com que lidou com a situação, relembrando ainda que existia flexibilidade dos movimentos de libertação, o que provou isso foi o acordo de Alvor e ainda algumas colocações a respeito do papel do MFA:

Ao quarto movimento de libertação, quero dizer ao Movimento das Forças Armadas, que catalisou a vontade popular para derrubar o fascismo em Portugal e lançar as bases sólidas para terminar a exploração colonial, espinha dorsal da vontade popular para as transformações democráticas em Portugal, nós, representando do FNLA, do MPLA e da UNITA, desejamos dizer o quanto admiramos a sua coragem e firmeza, que permitiram não só libertar o povo português da ditadura salazarista e caetanista... (MOVIMENTO 25 de ABRIL, p.06, 28/01/1975)

O jornal do MFA, no decorrer do período, constantemente reafirmou o reforço do apoio aos movimentos de libertação, pela concordância com os princípios do MFA, especialmente o PAIGC a FRELIMO e o MPLA, além de reiterar a confiança depositada neles para a construção dos futuros governos. Sobre o exemplo da Guiné o jornal se pronunciou:

Como tem sido observado por vários observadores internacionais, o processo de descolonização Português tem-se revestido de aspectos completamente inéditos na História da Humanidade.

Pela primeira vez se assiste a uma descolonização, em que ambas as partes intervenientes (há bem poucos meses em posições antagônicas) demonstram terem grande número de objetivos comuns, que se podem sintetizar na intenção de construir novos países de expressão portuguesa, verdadeiramente independentes, não sujeitos aos interesses neocolonialistas (...)

A descolonização da Guiné, em que o MFA soube dar todo o apoio às forças de libertação e ao povo, é um exemplo que está a repetir nos outros territórios.

Como ainda recentemente afirmava um dirigente da FRELIMO, Portugal tem demonstrado que descolonizar não significa abandonar. Descolonizar não é só assinar de acordos nas conferências, é fundamentalmente a defesa e consolidação no dia a dia desses acordos (...)

⁹⁸ MOVIMENTO 25 de ABRIL, p.01, 28/01/1975

A amizade e cooperação com os novos Estados de língua portuguesa deve guiar-se, como já vem referido no protocolo aprovado na cimeira do Algarve, entre Portugal e os três movimentos de libertação de Angola, pelos princípios da independência – não opressão e não ingerência nos assuntos internos – igualdade, liberdade, respeito mútuo e recíproco de interesses. (MOVIMENTO 25 de ABRIL, p.06, 11/02/1975)

As bases eram bem claras para o MFA dar continuidade à descolonização: não ingerência em assuntos internos; cooperação com os movimentos de libertação; não separação do território nacional, zelando pela integridade do todo territorial; por último o conceito chave que sintetiza essa atuação, a neutralidade ativa:

O saldo positivo ou negativo do processo de descolonização em Angola está indissolúvelmente ligado ao sucesso do processo revolucionário em Portugal. As consequências políticas (económicas e sociais) de uma descolonização serena daquele território africano, a capacidade que os movimentos de libertação angolanos mostrarem na salvaguarda dos princípios essenciais da unidade nacional do seu país e na resistência às formas diversas de neocolonialismos que ensombram Angola. Serão benéficas para a África, para Portugal e para o futuro de uma comunidade lusófona (...) As consequências políticas de um processo abrupto repercutir-se-ão no equilíbrio do processo revolucionário português (...)

A posição portuguesa quanto à questão angolana é clara e tem sido interpretada com realismo pelas forças militares portuguesas (pelo MFA) em Angola, na base do princípio de neutralidade ativa – não ingerência nos assuntos internos daquele país, ação consequente no sentido do respeito pelos acordos de Alvor por parte dos três movimentos de libertação, atuação firme no sentido de contribuir para o processo de paz quer contra as forças reacionárias, quer contra prevaricadores dos acordos. (MOVIMENTO 25 de ABRIL, p.01, 30/05/1975)

A efetividade da continuação do processo de descolonização foi questionada por jornais em Portugal. Em resposta, o Jornal do MFA dedicou o mês de Maio⁹⁹ a mostrar o que foi feito pelo MFA em Angola, no entanto, o que foi publicado no jornal normalmente girava em torno de questões de funcionamento internos do MFA, como a nova filosofia para o exército de democratização das Forças Armadas, na tentativa de conter a crise de hierarquia.

⁹⁹ MOVIMENTO 25 de ABRIL, p.02-05, 30/05/1974

No mês de Junho¹⁰⁰, com a aproximação das independências Cabo Verde e de Moçambique, o jornal se dedicou às informações sobre os países, reforçando a efetividade da neutralidade ativa e do papel do MFA nas colônias como força descolonizadora. Fez uma retrospectiva dos atritos do MFA com Spínola, colocando o posicionamento firme em torno do ideal de pôr fim ao colonialismo.

Em Julho¹⁰¹, com a descolonização de Moçambique, o jornal colocou os avanços da descolonização no país, além da política socializante em Moçambique. Na mesma perspectiva, colocou as independências de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, fechando um ciclo de independências. A questão angolana, que era a mais complicada, sumiu do jornal em Junho, Julho e Agosto, que foi o mês que o jornal acabou, pouco depois da queda do IV Governo provisório.

O *Avante* pouco reservou em suas páginas espaço para a descolonização, normalmente essas notícias vinham na página de notícias internacionais. No fim do jornal, colocando os mesmos problemas colocados até aqui, as conspirações reacionárias em território angolano como tentativas de entrar o processo de descolonização:

A situação existente em Angola tem-se caracterizado por um clima de permanente tensão. A partir de 28 de Abril agravou-se extraordinariamente. Em consequência da onda de violência desencadeado por forças e elementos interessados em entrar o avanço do processo de descolonização, morreram mais de 1000 pessoas em poucos dias (...) O Conselho da Revolução e o Governo Transitório tem talvez evitado pronunciar-se sobre os acontecimentos de Angola, porque o Governo de Transição instalado em Luanda assumiu responsabilidades concretas, nos termos do Acordo de Alvor, e a reação se serve de todos os pretextos na sua campanha de calúnias contra a Revolução Portuguesa (...)

Convém recordar que os Acordos de Mombaça precederam os do Alvor e neles se definiram as bases para a cooperação leal entre a FNLA e o MPLA. Todos esses compromissos, pelo visto, nada representam para o responsável máximo pelas forças armadas da FNLA. E não se trata, infelizmente, de um caso isolado (...) Por outro lado o MPLA, tem sido prejudicado por uma política de omissões e complacências cujos meandros são mal conhecidos. (AVANTE, série VII, p.10, 08/05/1975)

¹⁰⁰ MOVIMENTO 25 de ABRIL, p.02, 17/06/1975

¹⁰¹ MOVIMENTO 25 de ABRIL, p.05-08, 25/07/1975

Em Maio, foi a primeira vez, desde o cessar-fogo, que o *Avante* lançou críticas à FNLA pelo não cumprimento dos Acordos de Alvor, ainda foi em defesa do Governo justificando a falta de informações em Portugal sobre o andamento da questão. Mário¹⁰² Soares fez uma crítica a propósito da falta de informações, questionando o Governo sobre a nebulosidade da situação em Angola. Mário Soares ainda afirmou que ele só teve conhecimento de vários fatos sobre o conflito em Angola através de jornais.

A Guiné¹⁰³ foi o contraponto da situação de Angola, mostrando os avanços desde a independência, no estabelecimento de relações fraternais entre os dois países, recordando a forma como a descolonização procedeu de forma exemplar na Guiné:

Um mesmo destino político irmana o povo português e o povo guineense, nações em que as massas se levantaram unicamente na defesa da paz e na construção de uma sociedade de bem-estar, sob ambas pesou a ameaça quase simultânea da reação quando da malograda tentativa de golpe de 11 de Março. Não foi por acaso que as forças reacionárias escolhiam como alvo o nosso país e a República da Guiné-Bissau.

O modo exemplar como se tem desempenhado o processo de descolonização da Guiné e em Cabo Verde, a identidade de objetivos entre os dois países e uma tradição de combate comum contra o fascismo colonialista fazem de Portugal e da República da Guiné-Bissau um mesmo bloco de coerência na via por um futuro de independência e liberdade (...)

Afirmar uma vez mais a determinação sincera do nosso povo, do nosso partido e dos nossos Estados, de agirem constantemente no sentido do reforço da amizade e da cooperação entre os nossos países, na base dos princípios históricos estabelecidos nos acordos de Argel e Lisboa, os quais fixaram o quadro em que devem desenvolver-se as nossas novas relações. Queremos também proclamar a nossa total confiança no sucesso da luta difícil que o vosso povo trava neste momento. Estamos certos de que, continuando a agir sob a vossa direção esclarecida, o Movimento das Forças Armadas, apoiado pelos partidos e organizações democráticas e progressistas de Portugal e orientado pelos nobres ideais que inspiram o Movimento que derrubou o fascismo, vai tornar irreversíveis as vitórias alcançadas pelo vosso povo após o 25 de Abril, no caminho da construção da sociedade democrática e socialista por que livremente optou. (AVANTE, série VII, p.05, 12/06/1975)

¹⁰² REZOLA, 2006, p.202

¹⁰³ AVANTE, série VII, p.10, 15/05/1975

Com as independências de Cabo Verde e de Moçambique¹⁰⁴ próximas, o *Avante* trouxe o processo como a vitória das forças da paz contra os colonialistas, lembrando os acordos de Lusaka em 8 de Setembro, as manobras frustradas de Spínola com intuítos neocolonialistas, a derrota do 28 de Setembro em Portugal e nas colónias.

Além de ressaltar que, frente às massas, a força da FRELIMO não pôde ser alcançada pelos demais grupos concorrentes. No referente a Cabo Verde, o protagonismo do PAIGC frente ao processo e os novos laços que se formaram com a jovem república. Assim, em 5 de Julho, Cabo Verde se tornou independente e em 25 de Junho a FRELIMO¹⁰⁵ assumiu formalmente o governo, restando agora apenas Angola, o mais problemático dos casos.

Agora voltando ao verão quente em Portugal, entre Maio e Julho, a situação política e econômica em Portugal começou a se extremar, por vários fatores: a crise econômica e de produção, os atritos entre o PS com o MFA e o PCP que tomaram proporções enormes, seguido da saída do PS do Governo provisório junto com o PPD, colocando fim a aliança MFA-Partidos.

Dois conflitos foram o estopim para a ruptura do PS com o MFA, os conflitos envolvendo a rádio Renascença e o jornal *República*. Ambos começaram como conflitos laborais e com o decorrer dos acontecimentos foram se tornando embates políticos acerca da liberdade dentro da revolução.

Tanto no caso da rádio Renascença quanto no jornal *República*, os trabalhadores retiraram seus chefes dos cargos. No caso da rádio, que era católica, os trabalhadores acusaram a direção eclesiástica de difamar a revolução, e no caso do *República* a acusação foi do editor estar transformando o jornal em um reduto do PS.

Ambos os casos sofreram intervenção direta do MFA, que fecharia os locais até que os problemas fossem resolvidos, foi então que o PS tomou partido, chegando a ameaçar a deixar o governo, caso não fossem resolvidas as questões que, de acordo com os socialistas, implicavam diretamente em um golpe às liberdades adquiridas. A questão

¹⁰⁴ AVANTE, série VII, p.06, 26/06/1975

¹⁰⁵ AVANTE, série VII, p.05, 10/07/1975

se alargou a um ponto em que o PS¹⁰⁶ alegando a impossibilidade de continuar no Governo, pediu a saída no dia 10 de Julho. (ROSAS, 2004, p.120)

Com a saída do PS do Governo, seguido do PPD, seguido de um período de greves generalizadas, com o descontentamento popular aumento e críticas ao MFA, chegando a se pedir a renúncia do Primeiro Ministro Vasco Gonçalves, o IV Governo Provisório chegou ao fim.

As tentativas de se salvar o Governo após a saída do PS não foram bem sucedidas, com a saída dos socialistas, grande parte do apoio popular também caiu junto. As tentativas de se centralizar mais ainda o poder junto ao MFA foram recebidas de forma desastrosa, como o documento guia Povo-MFA, que tentava estabelecer o controle do MFA sobre os movimentos sociais. (VARELA, 2011, p.267)

O PCP começou a tentar reaver setores importantes que tinham perdido para o PS, como nos sindicatos, pressões para a concretização de propostas, além da tentativa de ampliação das bases do partido, no entanto:

O período que antecede a tomada de posse do V Governo Provisório é de grande mobilização por parte do PCP. Desde logo porque o Governo tinha que ser formado com o maior apoio popular possível; a divisão do MFA era incontrolável; mas também porque a onda de violência sobre o PCP começa a ter consequências sérias para a organização (...) No 5º balanço geral de organização, o PCP torna público, em Outubro de 1975, que perdeu cerca de 10% dos centros de trabalho com os ataques. (VARELA, 2011, p.274)

Após a tomada de posse do V Governo Provisório, o PCP se retirou do Governo, ao menos de qualquer função dentro dele, reiterando somente o apoio ao Governo. O PCP no V Governo Provisório perdeu praticamente todos os cargos chaves que possuía na economia, fosse na reforma agrária, sindicatos e outros. Diante da eminência de um

¹⁰⁶ O PS já havia dado demonstrações de força de mobilização popular, colocando mais de 2 milhões de pessoas nas ruas, nas manifestações do 2º de Maio, puxadas pelo conflito nas manifestações de 1º de Maio, na qual as discussões entre o PS e o PCP, acerca de quais partidos teriam voz para se manifestarem no estádio de Maio, geraram conflitos violentos entre militantes de ambos os partidos, inclusive Mário Soares foi impedido de entrar no Estádio (REZOLA, 2006, p.193)

possível golpe militar o PCP ¹⁰⁷decidiu tentar uma aliança tática com a extrema-esquerda, através da FUP (Frente de Unidade Popular). Após dois dias o PCP abandonou o apoio a FUP:

Talvez fosse mais preciso dizer que a perda de controlo da situação política por parte do PCP se dá exatamente não quando o PCP constitui a FUP, mas quando rompe com ele e simultaneamente apoia o Governo de Pinheiro Azevedo. Ou seja, o PCP terá de justificar à sua base porque depois de ter mobilizado a favor do Governo de Vasco Gonçalves e contra o “imperialismo e social-democracia”, deixa cair o V Governo e se junta ao PS e ao Grupo dos Nove, num novo Governo, com o “Diabo”, como escrevia Saramago. (VARELA, 2011, p.291)

Outro ponto fundamental desse período é a apresentação do *Documento dos Nove*, que assinalou a ruptura aberta dentro do MFA:

Rejeitando a “teoria leninista” da vanguarda revolucionária e procurando recuperar a imagem primitiva do MFA, que deverá afirmar-se como movimento suprapartidário, desenvolvendo uma prática política realmente isenta de toda e qualquer influência dos partidos, o Nove acabavam por rejeitar abertamente não só as propostas gonçalvistas como também o populismo de Otelo.

Afirma-se, ainda, que as divergências surgidas no seio do MFA são o reflexo de projetos ideológicos distintos. Projetos incompatíveis entre si, pois não é possível conciliar uma concepção totalitária de organização de sociedade com uma concepção democrática e progressista ou ainda com vagas concepções populistas de feição anarquizante. Por isso mesmo, os Nove exigem uma clarificação da situação interna ao próprio Movimento como primeiro passo para a resolução da crise nacional: “a questão do poder é a questão do poder dentro do interior do MFA”. (REZOLA,2006, p.350)

O *documento dos Nove*, que em suma foi composto por membros apoiadores de Melo Antunes, como Vitor Alves, Vitor Crespo, ambos participaram do processo de descolonização e foram Altos-Comissários ou envolvidos diretamente nas negociações com os movimentos de libertação, ou seja, aqueles que ganharam prestígio no decorrer da revolução e apoio, eram em parte aqueles que tiraram seu apoio do MFA nessa conjuntura.

¹⁰⁷ A batalha na produção foi uma das bandeiras do PCP depois do 11 de Março, em suma foi uma política antigreve, que tentava manter em funcionamento setores chaves da economia, foi mais um episódio dos conflitos do PCP com as comissões de fábrica e com a extrema-esquerda. No entanto, com a situação caótica do governo o PCP fez uma proposta de uma frente composta pelos setores de esquerda de Portugal, utilizando uma plataforma única de atuação, foi a primeira vez que o PCP durante toda a revolução conseguiu unir a esquerda portuguesa em torno do partido. (VARELA, 2011, p.287)

Agora o desfecho da revolução se aproxima, o próximo passo, depois da independência de Angola em 11 de Novembro, foi o 25 de Novembro que dissolveu o MFA, acabando então o processo revolucionário e instituindo uma democracia de moldes ocidentais. Mas antes, voltemos a Angola para a conclusão do processo.

Voltando à questão angolana, agora para assinalar a falência do projeto de neutralidade ativa defendido pela crise de hierarquia dentro do MFA-Angola e incapacidade do Governo Transitório de conter os conflitos no território, nem mesmo dos acordos de Alvor:

Quem é que alguma vez poderia acreditar que seria possível realizar eleições em Angola no período que mediava entre 31 de Janeiro, data de posse do Governo de Transição e 11 de Novembro, data acordada para a independência. Isto só poderia ser congeminado por mentes loucas ou criminosas. Mas todos ficaram “felizes” com essa cláusula e muito especialmente o MFA, o seu aliado MPLA e a FNLA. Ambos estes movimentos só admitiam que o poder fosse adquirido através da força e pela força. O MPLA contava com o MFA e a URSS para militarmente o pôr de pé, e ambos cumpriram o seu papel (...) A FNLA contava com o apoio do Zaire (indireto dos EUA) e a China para reforçar o seu poderio militar. A UNITA acreditava em eleições porque não dispunha de uma componente militar que lhe permitisse tomar o poder pela força pois se pudesse também o faria. (CARDOSO, 2000, p.584)

A situação já estava em tal nível de tensão que até mesmo ataques forjados eram criados para justificar empreitadas em nível de guerrilhas urbanas dentro de Luanda, como a FNLA várias vezes já havia feito. O Governo de Transição muito pouco podia fazer, só acompanhar os acontecimentos:

Nas NT começava a acentuar-se o “não estamos a fazer nada”, ou porque o seu único objetivo em Angola era aguardar que chegasse o dia de regressar à metrópole ou por pretenderem ter uma ação mais ativa, mais atuante, como parte que eram do processo. Este espírito resultante duma postura altamente louvável, tinha no entanto os seus riscos dado estarmos numa situação de contração do dispositivo e, essencialmente, pela presença de outras partes igualmente responsáveis. Agora tínhamos deixado de ter inimigo e a nossa postura teria de ser cooperante e toda a atuação deveria ser conduzida com o máximo de prudência para não sermos acusados de partidarismos que seriam de imediato condenados e explorados politicamente. (CARDOSO, 2000, p.595)

Para conter os conflitos generalizados, já em Abril cogitava-se a proposta de armar a UNITA, para contrabalancear as forças na capital, no entanto o governo não tinha condições de fornecer armamento de qualidade. Mesmo nas reuniões com os movimentos de libertação, nas quais se tentava uma saída para o problema, nenhum resultado era sentido, tudo que se tinha eram acordos assinados que não produziam efeito algum. (CARDOSO, 2000, p.597)

Os próprios movimentos de libertação começaram a exigir a retirada do Governo de Transição, assim como a proposta da OUA de análise da situação de Angola foi recusada de prontidão pelos três movimentos:

A própria OUA pretendeu analisar a situação em Angola, análise esta que foi rejeitada pelos líderes dos três movimentos, não admitindo a interferência da organização nos problemas do país cuja a solução era sua inteira responsabilidade (...) Importa referir que nesta preparação de cimeira, nem Holden Roberto, nem Savimbi queriam a presença de Portugal. Justificavam-se dizendo que o então Governo português, claramente marxista, não iria ter uma posição neutral mas de pleno alinhamento com o MPLA, cujo líder tinha estado recentemente em Lisboa. (CARDOSO, 2000, p.605)

Os próprios relatórios de Melo Antunes não eram nada animadores quanto à questão angolana, colocando a impossibilidade de coesão entre os três movimentos, assinalando a resistência em excluir intervenções estrangeiras dentro do processo político, além da incapacidade do Governo de conter os conflitos. (FERREIRA, 2000, p.497)

Sobre o conceito de neutralidade ativa frente à incapacidade portuguesa de controle dos conflitos e a omissão do Estado português, com um projeto efetivo que possibilitasse uma descolonização pacífica, o General Silva Cardoso ironizou a situação em torno da ideia de neutralidade ativa com a situação já fora de controle entre Maio e Junho de 1975:

Mas o Conselho da Revolução tinha dotado o Alto-Comissário do “instrumento” indispensável que lhe devia permitir ultrapassar ou eliminar todas as constantes violações aos Acordos praticadas pelo MPLA e FNLA, com a criação do brilhante e salvador conceito da “neutralidade ativa”. Tudo tinha ficado simplificado e agora era só aplicar a receita presente (...) Para exemplo bastará referir que o MPLA dispunha em Luanda de trinta e quatro delegações em vez das quinze estabelecidas, da FNLA desconhecia-se o número exato mas

também ultrapassava o máximo fixado e a UNITA tinha apenas três. E como vamos fazer cumprir as ordens com neutralidade ativa? (CARDOSO, 2000, p.614)

Entre Junho e Julho de 1975, com a situação militarmente instável com o conflito aberto entre os movimentos de libertação, Angola ainda enfrentava uma grave crise econômica, com o fechamento da ferrovia de Benguela a situação piorou. O Zaire e a Zâmbia, países com a economia em crise também, dependiam da ferrovia para o escoamento de suas produções. Nesse momento as ligações do Governo do Zaire e dos EUA se aproximaram da FNLA para uma intervenção militar em Angola. (FERREIRA, 2000, p.500)

No governo de Spínola, visitas já haviam sido feitas aos EUA para o alerta de uma possível expansão do comunismo em território africano. Na época, Spínola não conseguiu apoio efetivo para uma empreitada em África para o combate, situação que se inverteu em 1975, com a contribuição americana para o desastre anunciado:

Essas circunstâncias geraram uma consequência fundamental: o interesse direto genuíno pelos acontecimentos na África Central que as autoridades americanas finalmente começaram a demonstrar foi, em grande parte, resultado das medidas diretas e significativas que a União Soviética estava tomando para combater as tentativas demasiado óbvias do Zaire para excluir o MPLA e Neto dos frutos da vitória que, com incentivo soviético, haviam lutado durante vinte anos para conquistar. Aquela altura, porém, os Estados Unidos já estavam enredados em uma estrutura de alianças, suposições e fracassos passados mal compreendidos da qual era difícil escapar. O destaque dado em Washington para o apoio comunista ao MPLA serviu para encobrir o fato de que as raízes da escalada residiam nas ações em que os Estados Unidos haviam estado direta e indiretamente envolvidos por intermédio de seu cliente zairense. (MAXWELL, 2006, p.182)

Em Agosto de 1975, a internacionalização do conflito se tornou aberta, com o Governo Português, apenas como observador. O MPLA ficou restrito nos finais de Outubro a zona de Luanda e Cabinda, sofrendo fortes revezes dos ataques da FNLA. Ainda contando com a intervenção da África do Sul, que interveio militarmente em Angola para barrar a expansão comunista em África. (MAXWELL, 2004, p.204)

O MPLA só conseguiu se recuperar das ofensivas da FNLA em Novembro, com a chegada de soldados cubanos para apoio, desde logístico treinamento, além do apoio

financeiro e militar soviético que já era constante desde Março de 1975, enviando armamentos para o MPLA:

Em 7 de novembro começou a chegar a Angola um grande reforço cubano, com 650 soldados enviados via Barbados e Guiné-Bissau. Em 27 de novembro um regimento de artilharia e um batalhão de soldados motorizados e de infantaria cubanos desembarcaram no litoral angolano após uma viagem marítima de vinte dias. Nesse interím, os soviéticos haviam mobilizado uma força naval em águas angolanas para proteger os navios que descarregavam e faziam baldeação de armas de Pointe-Noire (Congo) para Angola. Aviões de transporte soviéticos estavam trazendo reforços e armas de fins de outubro. A intervenção soviética e cubana foi decisiva. Salvou o MPLA e seu regime e alterou profundamente o equilíbrio de poder no Sul da África. (MAXWELL, 2006, p.203)

Voltando a Portugal, no dia 5 de Novembro o Governo português já havia se retirado de Angola, mesmo que a data para a independência tivesse sido mantida, já não havia mais um governo de transição, nem presença portuguesa efetiva em Angola. O governo há muito tempo só acompanhava os acontecimentos, sem capacidade de intervir, fosse politicamente ou militarmente. (FERREIRA, 2000, p.444)

Portugal, em Novembro de 1975, estava com um governo em frangalhos, sem apoio, com as principais forças envolvidas no processo em conflito, a situação em Angola já há muito havia se perdido o controle, quando a independência angolana aconteceu em 11 de Novembro¹⁰⁸, o PCP só pôde oferecer apoio ao MPLA. Pouco tempo depois, aconteceu o golpe que terminou com o processo revolucionário:

A 25 desse mês, o setor radical comete o erro de tomar a iniciativa militar. Numa iniciativa concreta, os para-quadistas, afetos do COPCOM, ocupam todas as bases aéreas do país, à exceção de Cortegaça; o regimento de artilharia de Lisboa ocupa posições nos acessos à auto-estrada do Norte, no aeroporto e em Beiroas, Forças da Escola Prática de Administração Militar voltam a ocupar a RTP (...) Pressionado pelo grupo dos 9, o presidente da República Costa Gomes, declara o estado de sítio parcial em Lisboa e legitima o plano de ação há muito prepara por este setor. Aproveitando bem o fato de Otelo se ter recusado a assumir o comando das tropas do COPCOM, que agiam sem chefia nominal, e de o PCP ter retirado o tapete aos setores radicais, ordenando a desmobilização da greve e das concentrações e impedindo a saída da poderosa força dos

¹⁰⁸ AVANTE, série VII, p.02, 20/11/1975

fuzileiros navais, o chefe operacional do “nove”, general Ramalho Ernesto Eanes, assume rapidamente o controlo da situação (...)

O 25 de novembro não foi, em rigor, uma contra-revolução: o PCP e os partidos da esquerda radical não só não foram ilegalizados, como aquele continuou no VI Governo Provisório, e aos objetivos socialistas da revolução viriam a ser solenemente consignados na Constituição de 1976 (...) Negociação entre o PCP e os “Nove”(entre Álvaro Cunhal e Melo Antunes) que, permitindo ao PCP conservar suas posições, introduziu, todavia, duas mudanças de rumo essenciais: consagrou inequivocamente a legitimidade das urnas (e não a legitimidade revolucionária) como fundamento das novas instituições e extinguiu o MFA... (ROSAS, 2010, p.115-116)

Com o 25 de novembro, o braço armado da revolução foi dissolvido, o MFA foi devolvido aos quartéis após a realização de sua diretriz fundamental: a descolonização. Em meio a todos os problemas, a derrota do processo revolucionário se concretizou, interessantemente após tantos ataques dos meios conservadores apoiadores de Spínola. Foi exatamente nos quadros do próprio MFA e de seus capitães, agora generais condecorados pela bravura dentro da revolução, que dissolveram o movimento e concretizaram o processo eleitoral de Abril que abriu a mudança nas esferas de poder portuguesas.

Considerações Finais:

A política do PCP referente às colônias nunca fez parte dentre as principais preocupações do partido, só nos anos de 1950 que a questão ganhou projeções mundiais, o que se observa é a falência de um projeto de fundação de um partido comunista na África lusófona, as tentativas em Angola, Moçambique, Guiné-Bissau e Cabo-Verde, todas, sem exceção, fracassaram.

A tentativa dos anos 50 foi a primeira intenção real que o PCP demonstra de interesse em território africano, se acompanharmos ainda as tentativas de controle dentro dos movimentos legalistas como o MUD e o MUDJ, dos estudantes africanos, muitos dos quais haviam aderido ao PCP romperam com o partido, prova disso é o MAC que, nos anos 60, rompeu com o Partido Comunista, com os estudantes africanos se declarando, eles próprios, os representantes de seus povos.

No decorrer da década de 1960, com a eclosão da guerra colonial, o partido comunista não contou com nenhuma forma de controle ou influência dentro dos movimentos de libertação africanos, fosse o MPLA, FRELIMO ou o PAIGC, apesar dos contatos estabelecidos entre os líderes dos movimentos de libertação com o Partido Comunista, a relação dos movimentos de libertação com o PCP foi marcada por desconfianças de intervenções na política interna dos movimentos por parte do PCP, sempre acarretando em um afastamento do partido do funcionamento interno e deliberações desses movimentos.

Na prática, a tentativa do PCP de controle político e intervenção em relação aos movimentos de libertação nunca deram frutos, acabando ainda com dissidências dentro PCP em relação à questão colonial, como foi o caso do debate do PCP com o CMLP em 1965, já havendo um embate ideológico na esquerda em relação ao problema colonial, no qual o livro de Álvaro Cunhal *Rumo à Vitória* se insere nesse debate ideológico, dando enfim o apoio à resistência armada dos movimentos de libertação.

A Revolução dos Cravos, em 1974, que aconteceu com o principal intuito de terminar com guerra colonial, com o golpe do MFA em 25 de Abril de 1974, o período dos cinco primeiros meses da revolução foram os quais se travaram as batalhas políticas decisivas que determinaram os rumos da revolução. A presença de Spínola e a tentativa

de um projeto federalista, colocado como neocolonialista poderia significar o fim do próprio processo revolucionário.

O PCP, nesse período, tomou uma atitude de extrema cautela ao lidar com um problema tão delicado como o colonial, a atuação do partido nesse momento era para se conseguir o reconhecimento dos movimentos de libertação como os legítimos representantes dos povos africanos, pelo Governo. O reconhecimento do direito à independência dos povos e à autodeterminação, além da saída política e não militar do problema colonial, como já definidos no programa do MFA.

Durante o período de Maio a Julho de 1974, com a continuidade da guerra e a dificuldade para se conseguir um cessar-fogo em África, o MFA nas colônias que teve o papel mais relevante dentro da descolonização, já que foi nas estruturas do MFA dentro das colônias que aconteceram os primeiros passos para os acordos de cessar-fogo, aproximação com os movimentos de libertação para alcançar os acordos de forma unilateral à revelia das ordens do Governo de Lisboa.

No embate travado durante o período entre Spínola e o MFA, com as sucessivas tentativas de dissolução do MFA por parte do general, além das sucessivas tentativas de apoio a setores opostos dos movimentos de libertação e contatos com potências estrangeiras (os EUA especialmente) para tentar entrar uma descolonização integral dentro do território africano, geraram atritos irreconciliáveis do general com o MFA. Então à medida que Spínola se encontrava cada vez mais isolado dentro do governo, os capitães até então desconhecidos da população começaram a ganhar projeção.

Nos acordos para o cessar-fogo, homens como Ernesto Melo Antunes que ganharam projeção na política portuguesa, aliados aos fracassos de Spínola nas negociações para um cessar fogo e a crise de hierarquia que se formou entre o Governo de Lisboa e o MFA nas colônias, aliando esses fatores à própria situação interna de Portugal, em meio a greves, ruas tomadas por trabalhadores, críticas ao governo do general, a atitude de Spínola foi preparar um novo golpe, o 28 de Setembro.

Com o fracasso do golpe, o MFA saiu como o grande vitorioso da tentativa de golpe, a partir daí o caminho para a descolonização integral, com o reconhecimento à autodeterminação e à independência, reconhecimento dos movimentos de libertação com os legítimos representantes dos povos coloniais foi tomado sem volta. Os partidos

políticos nesse período que foi até o 28 de Setembro, incluindo o PCP, não possuíam formas de atuarem efetivamente no controle do processo de descolonização que estava interinamente nas mãos do MFA.

O Partido Comunista nem sequer foi chamado para as negociações para um cessar-fogo com os movimentos de libertação nos primeiros cinco meses. Mário Soares, líder do PS, foi quem assumiu o ministério de relações exteriores e participou das primeiras conversas, mas nem ele teve capacidade de negociação com os movimentos, sendo limitado pela figura de Spínola, sendo o MFA a tomar conta das negociações e a definir o caminho para a descolonização.

Com a saída de Spínola do Governo, a atitude do PCP, até então de maior cautela em relação ao problema colonial, passou a ser de apoio absoluto à política do MFA de descolonização pela viragem à esquerda da revolução. De fato, a aliança tática Povo-MFA teve o PCP como principal defensor institucional entre os partidos.

O período que se seguiu até o 11 de março acarretou a institucionalização do MFA colocado como uma garantia para o processo revolucionário e da descolonização, mostrou também a preocupação permanente em torno de um novo golpe pela reação, incluindo o retrocesso na descolonização que poria fim ao processo revolucionário. A palavra de ordem depois disso era descolonizar o mais rápido possível.

Nesse período que se formou a concepção que eu chamo agora de uma defesa de um bloco socialista de língua lusófona, composto pelos principais correspondentes da política no MFA nas colônias, o PAIGC na Guiné, a FRELIMO em Moçambique e o MPLA em Angola. A partir dessa concepção o projeto de descolonização do MFA se torna evidente.

Esse projeto de um bloco socialista de língua lusófona é acarretado como uma opção da viragem de esquerda que a revolução gerou, após o 28 de Setembro Portugal foi tido como rumo a uma sociedade socialista, após o 11 de Março, com as nacionalizações de setores chaves da economia, as invasões de terra ao sul, além dos conflitos entre o Governo/Partidos com os movimentos populares em torno da produção, uma luta entre diferentes interesses, mas que pelas transformações conquistadas na ruas que o próprio governo reclamou para si como conquista da revolução.

No caminho para a descolonização a comprovação de um socialismo que se defendia Portugal estar vivendo é colocado como realidade pelas conquistas da revolução. Para a concretização desse caminho nas colônias, o Governo apoiou os movimentos afetos ao MFA, os declarando os únicos representantes dos povos, excluindo outros movimentos que surgiram no período.

A Guiné-Bissau foi o exemplo a ser defendido pelo Governo em termos de descolonização, pela própria facilidade que se decorreu a descolonização, Moçambique entra nessa concepção em menor medida. O caso de Angola foi o mais complexo, mas foi relativizado. Em Angola, com três movimentos concorrentes entre si lutando pelo poder, o Governo encontrou uma saída para a resposta, que era a neutralidade ativa.

O MFA apoiou o MPLA não abertamente, o PCP colocou seu apoio aberto ao MPLA, mas durante o período dos acordos de Alvor as acusações aos demais movimentos pararam. A política nas colônias defendida pelo MFA é a do PCP, que passa pelo apoio ao secretismo das negociações e falta de informação do processo e defesa de um processo compartilhado do poder. Assim os inimigos do processo de descolonização são classificados, como oportunistas, neocolonialistas e imperialistas.

Os Acordos de Alvor foram a batalha silenciosa travada entre os três movimentos concorrentes em Angola, se preparando para um conflito aberto próximo, claro que foi do conhecimento do Governo português essa futura guerra ainda não declarada abertamente.

Em meio a intervenções externas em Angola, fosse do Zaire/EUA, URSS/Cuba, o governo português permaneceu passivo, praticamente assistindo o início da situação caótica prestes a estourar a partir de Maio/Junho, e virando uma guerra civil a partir do Outubro. Esse período foi exatamente o qual Portugal se fechou mais para o mundo externo, foi nesse período que os conflitos entre o PS com o PCP e o MFA se intensificaram, acabando com a saída do Partido Socialista do Governo Provisório.

Nesse período de crise política, foi também o momento em que a crise econômica se agravou com a paralisação de setores chaves da economia, os rachs dentro do MFA aconteceram, o PCP era alvo de uma enorme leva anticomunista dentro de Portugal, e a situação em Angola se tornou caótica. As dificuldades internas e externas dentro do processo de descolonização levaram o PCP a tentar explicar a

situação de confronto como uma intervenção de forças contrárias ao socialismo, reacionários e imperialistas, a dificuldade na compreensão dos processos pelas vertiginosas mudanças que ocorreram dentro do país acarreta o afastamento da descolonização.

Apesar de o PCP defender a ideia da conexão entre o processo de democratização de Portugal e a descolonização como unidos e interdependentes, a verdade é que o problema é muito mais profundo do que uma relação de causa e efeito entre as partes. É dentro da própria revolução com as dissidências do MFA que a oposição ao governo encontra uma forma de derrubar a revolução, com os mesmos que antes derrubaram o fascismo e fizeram seus nomes nesse novo período atuando não só em Portugal, mas também sedimentando o caminho para uma descolonização sem volta.

Apesar da defesa que o PCP faz do Governo em torno da descolonização em Angola, a internacionalização do conflito, os atritos entre os próprios movimentos de libertação, geraram a falência da neutralidade ativa defendida. Mesmo que a descolonização em maior ou menor medida tenha ocorrido na Guiné, Cabo Verde e Moçambique, o simples processo de cumprir a principal meta estabelecida no derrube da ditadura, não foi o suficiente para dar forças ao Governo Provisório, nem ao PCP.

No adentrar do mês de Novembro já não se tinha essa perspectiva de Portugal vivendo o socialismo, já não se tinha essa concepção das colônias participarem desse processo, a ideia de um bloco socialista lusófono falhou, falhou o processo de descolonização de Angola que mergulhou em uma guerra civil. Após a independência angola em 11 de Novembro, pouco tempo depois o MFA foi dissolvido em 25 de Novembro, junto com a própria revolução.

FONTES:

Jornais:

Avante! Série VII, 17 de Maio à Dezembro de 1975.

Movimento 25 de Abril: Boletim Informativo das Forças Armadas/ Direção: Comissão Coordenadora do Programa do MFA, 25 de Outubro a Agosto de 1975.

Revolução Popular: Órgão do Comitê Marxista- Leninista Português. Edição Completa, 1964 – 65. Edições: voz do povo.

Entrevistas publicadas:

CAETANO, Marcelo. Entrevista ao Jornal Mundo Português. A Verdade Sobre o 25 de Abril. Portugal: 1976.

PIMENTA, Fernando Tavares. *Conversas com Adolfo Maria*. Porto: Edições Afrontamento, 2006.

Cartas:

LARA, Lúcio. *Documentos e Comentários para a História do MPLA até Fevereiro de 1961*. Lisboa: Dom Quixote, 1999.

Opúsculo:

Declaração de Princípios e Programa do Partido Socialista. Portugal: Textos “Portugal Socialista”, 1973.

Documentação publicada em livros político-partidários:

CUNHAL, Álvaro. *A Arte, O Artista e a Sociedade*. Lisboa: Caminho, 1997.

- _____. A crise politico-militar. Lisboa: Avante, 1975.
- _____. A Questão Agrária em Portugal. Lisboa: Avante, 1968.
- _____. A Revolução Portuguesa: Passado e o Futuro. Lisboa: Avante, 1976.
- _____. A Verdade e a Mentira na Revolução de Abril (A contra-revolução confessa-se). Lisboa: Avante, 1999.
- _____. As eleições para a Assembleia da República, Lisboa: Avante, 1977.
- _____. As Lutas de Classes em Portugal nos Fins da Idade Média. Lisboa: Caminho Coleção Universitária, 1997.
- _____. Avanço e Derrota do Plano subversivo “AD” 1980. Lisboa: Avante, 1981.
- _____. Discursos Políticos III. Lisboa: Avante, 1975.
- _____. Discursos Políticos IV. Lisboa: Avante, 1975.
- _____. Discursos Políticos V. Lisboa: Avante, 1975.
- _____. Do 25 de Novembro às Eleições para a Assembleia da República.: Lisboa: Avante, 1976.
- _____. Duas Intervenções: Numa Reunião de Quadros. Lisboa: Avante, 1996.
- _____. Em Defesa das Conquistas da Revolução. Lisboa: Avante, 1978.
- _____. Entre Duas Eleições. Lisboa: Avante, 1978.
- _____. Não ao Mercado Comum (intervenção de Álvaro Cunhal; conclusões gerais). Lisboa: Avante, 1980.
- _____. O Aborto: Causas e Soluções (tese apresentada em 1940 para exame no 5º ano jurídico da Faculdade de Direito de Lisboa). Porto: Campo das Letras, 1997.
- _____. O Partido com Paredes de Vidro. Lisboa: Avante, 1985.
- _____. O Radicalismo Pequeno-Burguês de Fachada Socialista. Lisboa: Avante, 1975.
- _____. Os Chamados Governos de Iniciativa Presidencial. Lisboa: Avante, 1980.
- _____. Rumo à Vitória (As tarefas do Partido na Revolução democrática e Nacional). Porto: Avante 1974.
- _____. Uma Política ao Serviço do Povo. Lisboa: Avante, 1977.
- Que Fazer? Cadernos Marxistas-Leninistas nº2. Diretor: Manuel Quirós. Lisboa: Março, 1975.

RODRIGES, Francisco Martins. Os Anos do Silêncio. Lisboa: Abrente Editora, 2008.

SAMORA, Machel. Declaramos Guerra ao Inimigo Interno. São Paulo: Editora Quilombo, 1980.

Angola Documentos do MPLA/ edição, José Fortunato. Lisboa: Umeiro, 1977.

Bibliografia geral:

ANACLETO, A. Neves. O Traidor Otelo. Lisboa: MAP, 1976.

ANDERSON, Perry. Portugal e o fim do ultracolonialismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

APPIAH, Kwame Anthony. Na Casa de Meu Pai: A África na filosofia da cultura/ Kwame Anthony Appiah; tradução, Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

As Duas Faces: Álvaro Cunhal. Lisboa: Edições e Conteúdo, 2009.

As Duas Faces: Vasco Gonçalves. Lisboa: Edições e Conteúdo, 2009.

BANAZOL, Luís Ataíde. Os “Capitães Gerais” e os “Capitães Políticos”. Lisboa: Prelo Editora, 1976.

BITTENCOURT, Marcelo. Dos Jornais às Armas: Trejectórias da contestação angolana. Lisboa: Vega Editora, 1999.

BOAVIDA, Américo. Angola: Cinco séculos de exploração portuguesa. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1967.

BRITO, Carlos. Álvaro Cunhal: Sete Fôlegos do Combate. Lisboa: Sodilivros, 2010.

BRUNSHWIG, Henri. A Partilha da África Negra. São Paulo: Editora perspectiva, 1974.

CABRERA, Maria Rey/ edição Maria Rey Cabrera, revista El Oficial. La Guerra de Angola. Habana: Editora Política, 1989.

CARDIA, Mário Sottomayor. Por uma Democracia Anticapitalista. Lisboa: Seara Nova, 1973.

- CARDOSO, António Silva. Angola: anatomia de uma tragédia. Córdova, Sociedade Editorial, 2000.
- CARREIRA, António. Angola: Da Escravatura ao Trabalho Livre. Lisboa: Editora Arcádia, 1977.
- CASTELO, Cláudia. O Modo Português de Estar no Mundo: O Luso-Tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1926-1961). Portugal: Editorial Estampa, 1998.
- CERVELLÓ, Sanchez Joseph. Cronologia das Organizações de Direita (1973-1976); Trad. de: Manuela Cruzeiro e Maria Natércia Coimbra. Centro de Documentação 25 de Abril, Coimbra, 1994.
- EDIÇÕES ANTENA. Estudo Sobre as Campanhas de África (1961-1974). Sintra: Edições Antena, Ltd, 2000.
- FERREIRA, José Medeiros. Após o 25 de Abril. . In:____. História de Portugal. Tengarrinha, José; (org.). Bauru: Editora UNESP, 2001.
- GIL, L. Pereira. Processo de Uma Revolução. Lisboa: Amigos do Livro, 1974.
- GONÇALVES, José Júlio. Protestantismo em Africa; Junta de Investigações do Ultramar, 1º volume nº38, Lisboa: 1960.
- GUERRA, João Paulo. Memórias das Guerras Coloniais. Porto: Edições Afrontamento, 1994.
- HERNANDEZ, Leila Leite. A África na sala de aula: visita à história contemporânea. São Paulo: Selo Negro, 2005.
- JUDT, Tony. Pós-Guerra: uma história da Europa desde 1945/Tony Judt; tradução: José Roberto O'Shea. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.
- MADEIRA, João. Os Engenheiros de Almas: O Partido Comunista e o Intelectuais (dos anos trinta a inícios de sessenta). Lisboa: Editorial Estampa, Lda, 1996.
- MANUEL, Alexandre; CARAPINHA, Rogério; NEVES, Dias. PIDE: A História da Repressão. Portugal: Editora Jornal do Fundão, 1974.

MARTELO, David. 1974 Cessar-Fogo em África. Portugal: Publicações Europa-América, Lda, 2001.

MATEUS, Dalila Cabrita. A Luta Pela Independência: A Formação das Elites Fundadoras da FRELIMO, MPLA, PAIGC. Portugal: Editorial Inquérito, 1999.

MATTOSO, José/ direção sétimo volume: O Estado Novo (1926-1974). História de Portugal. Portugal: Editorial Estampa, 1998.

MAXWELL, Kenneth. O Império Derrotado: revolução e democracia em Portugal. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

MENEZES, Filipe Ribeiro de. Salazar: biografia definitiva/ Felipe Ribeiro Meneses; tradução de Tereza Casal – São Paulo: Leya, 2011.

OLIVEIRA, Händel de. Cabo Verde-72 Ano Quinto da Seca: Como vivem os que trabalham no Portugal europeu e os que permanecem nas ilhas do arquipélago. Lisboa: Reportagens Publicadas no Diário de Notícias, 1972.

OLIVEIRA, Hermes de Araújo. Guerra Revolucionária. Lisboa: Liga dos Combatentes da Grande Guerra, 1962.

OLIVEIRA, Pedro Aires. Os Despojos da Aliança: A Grã-Bretanha e a questão colonial portuguesa 1945-1975. Lisboa: Tinta-da-China, 2007.

PANTOJA, Selma. Angola e Brasil nas rotas do Atlântico Sul . Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

_____. Identidades, memórias e histórias em terras africanas/organizadora Selma Pantoja. Brasília: LGE editora , 2006

PÉLISSIER, René. As Campanhas Coloniais de Portugal 1844-1941. Lisboa: Editorial Estampa, 2006.

PEREIRA, José Pacheco. Álvaro Cunhal “Daniel”, o jovem Revolucionário (1913-1941) volume 1. Lisboa: Círculo de Leitores, 1999.

_____. Álvaro Cunhal “Duarte”, o Dirigente Clandestino (1941-1949). Lisboa: Circulo de Leitores, 2001.

_____. Álvaro Cunhal: uma biografia política (1949-1960) volume 3. Lisboa: Temas e Debates, 2005.

PIMENTEL, João Pimentel, Memórias do Capitão. Porto: Inova Editora, 1958.

PINTO, António Costa. O Fim do Império Português. Lisboa: Livros Horizonte, 2001

PORTUGUÊS, Partido Comunista. 60 anos de Luta ao Serviço do Povo e da Pátria (1921-1981). Lisboa: Edições Avante, 1981.

REZOLA, Maria Inácia. Os militares na Revolução de Abril: O Conselho da Revolução e a transição para a democracia em Portugal (1974-1976). Lisboa: Campo da Comunicação, 2006.

RIBEIRO, Maria da Conceição. A Polícia Política no Estado Novo (1926-1945). Lisboa: Editorial Estampa, 1995.

RODRIGES, Avelino; BORLA, Cesário; CARDOSO, Mário. Abril no Quarteis de Novembro. Lisboa: Livraria Bertrand, 1979.

RODRIGUES, Avelino; BORLA, Cesário; CARDOSO, Mário. O Movimento dos Capitães e o 25 de Abril. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2000.

ROSAS, Fernando. Lisboa Revolucionária (1908-1975). Lisboa: Edições Tinta-da-China. Lisboa, 2010

_____. Portugal Entre a Paz e a Guerra (1939-1945). Lisboa: Editorial Estampa, 1990.

_____. Pensamento e Ação Política. Portugal século XX (1890-1976). Lisboa: Editorial notícias, 2004.

ROSAS, Fernando; BRITO, J.M Brandão. Dicionário de história do Estado Novo, volume I. Portugal: Círculo de Leitores, 1996.

_____. Dicionário de História do Estado Novo/ volume II (m-z). Lisboa: Círculo de Leitores, 1996.

SECCO, Lincoln. A Revolução dos Cravos e a crise do império colonial português: economias, espaços e tomadas de consciência. São Paulo: Alameda, 2004.

SILVA, Alberto da Costa e. A Manilha e o Libambo: A África e a Escravidão de 1500 à 1700. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

SILVA, Marilene; GOMES, Uene José/ Organização Marilene da Silva, Uene José Gomes. África Afrodescendência e Educação. Goiânia: Ed. Da UCG, 2006.

SOUZA, Julião Soares. Amílcar Cabral (1924-1973): Vida e Morte de um Revolucionário Africano. Portugal: Nova Vega, 2012.

TEIXEIRA, Rui Azevedo; organização. A Guerra Colonial: Realidade e Ficção; Livro de Actas do I Congresso Internacional. Lisboa: Editorial Notícias, 2001.

TEIXEIRA, Rui Azevedo; organização. A Guerra do Ultramar: Livro de Actas do II congresso Internacional Sobre a Guerra Colonial. Lisboa: Editorial Notícias, 2002.

TORGAL, Luís Reis. O Estado Novo. Salarismo, Fascismo e Europa. In:____. História de Portugal. Tengarrinha, José; (org.). Bauru: Editora UNESP, 2001.

_____. Estados Novos Estado Novo. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009.

VARELA, Raquel. História do PCP na Revolução dos Cravos. Lisboa: Bertrand Editora, 2011.

VIDAL, Nuno; ANDRADE, Nuno. O Processo de Transição para o Multipartidarismo em Angola. Lisboa: Edições Firmamento, 2006.

VILAÇA, Alberto. Para a História Remota do PCP em Coimbra (1921-1946). Lisboa: Editorial Avante, 1997.

WESSELING, H.L. Dividir Para Dominar: A Partilha da África (1880-1914)/ tradução; Celina Brandt. Rio de Janeiro: Editora Revan, 1998.

WODDIS, Jack. África: As Raízes da Revolta/ Jack Woddis; tradução, Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1961.